

ATA 35ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias de maio de 2022, às nove horas, realizou-se a trigésima quinta Plenária Extraordinária do CEAS, coordenada pela atual presidente Mariana de Resende Franco que assumiu a condução da mesma onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Arlete Alves de Almeida - O Movimento do Graal no Brasil; Elder Carlos Gabrich Júnior – SEDESE; Gabriela de Almeida Loiola - CMAS/Salinas; Grazielle Vieira Cachapuz Machado – CRP; Isac dos Santos Lopes – ASQUIS; Joao Vitor Da Silva Jorge - CMAS/Caeté; Kariny de Amorim Silva - Bem Estar do Menor; Lucas Estevão Ribeiro da Silva - Conselho Central de Curvelo S.Vic de Paula; Ludson Rocha Martins – CRESS; Maria Juanita Godinho Pimenta - Federação das APAES do Estado de Minas Gerais; Marilene Faustino Pereira- FETAEMG; Silvestre Dias – SEF; Simone Maria da Penha de Oliveira - CMAS/Belo Horizonte. Ainda os seguintes Conselheiros Suplentes: Carla Valéria Soares Vita - Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais – FASEMIG; Cinara Lucena Rocha dos Santos Pio - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira – ADRA; Daniel Martins de Mello Neto - CMAS/Barbacena; Iara da Costa Nogueira Reis - Congregação São João Batista – CSJB; Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi - CMAS/Cordisburgo; Leandro Luis da Cruz Sena - Instituto de Desenvolvimento Socio político Brasileiro – ID; Lígia Camargos da Silva - SES; Magna Cupertino Carvalho – COGEMAS; Philippe Nunes Vieira e Silva - Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS – FETSUAS; Rodrigo dos Santos França - Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – ASSPROM; Sandra Regina Ferreira Barbosa - SINTIBREF; Suzanne Cristina Horta Silva – SEDESE; também, os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Maria Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida, Daniel Henrique Campos da Cunha e Sirlene Morais. **PRESIDENTE:** Bom dia. Podemos tomar assento à mesa para fazer a primeira chamada? Temos muitos Conselheiros presentes. Bom dia a todos. Muito obrigada pela presença. Hoje vamos realizar uma plenária extraordinária. É a 35ª Reunião Extraordinária, conforme deliberação da plenária do mês passado. Foi necessária a realização dessa plenária para a gente conseguir vencer pontos de pauta que estavam já na agenda do conselho desde fevereiro e não puderam ser deliberados em abril porque o tempo foi insuficiente. E considerando que é uma reunião extraordinária, nós fizemos uma proposta de pauta, encaminhamos para a Mesa Diretora. Na Mesa Diretora não houve divergência. Conselheira Juanita pediu só uma adequação. E depois que ela pediu a adequação dos pontos de pauta, só fazer esclarecimento, a gente verificou que pelo Regimento Interno teria que adequar novamente. Eu falei sobre isso no nosso grupo de WhatsApp da Mesa Diretora ontem

38 e a gente vai apresentar a proposta de pauta aqui para ser deliberada. Mas antes de
39 entrar na proposta de pauta, vou pedir à Secretaria Executiva para fazer a menção dos
40 presentes e as justificativas. E aí a gente passa para a apresentação da pauta. Cirlene,
41 por favor. **SIRLENE - CEAS:** Bom dia. Mariana, presente. Elder, confirmou, mas não
42 chegou ainda. Érika justificou. Elisa não justificou. Marinete justificou por trabalho.
43 **PRESIDENTE:** A Lígia é suplente e está aqui. **SIRLENE - CEAS:** Desculpa porque é a
44 minha primeira plenária. **PRESIDENTE:** Só confirmando. Vamos verificar titulares e
45 suplentes em condição de titularidade. **SIRLENE - CEAS:** Ok. Vou começar de novo.
46 Mariana presente. Elder presente. Érika justificou, a suplente está presente. Elisa faltou,
47 mas a Lígia está presente. A Marinete justificou. A Magna está presente. João Victor
48 justificou... **PRESIDENTE:** A Magna está aqui? **SIRLENE - CEAS:** Não. Perdão. Não
49 está. João Victor presente. João Victor está? **PRESIDENTE:** Não. **SIRLENE - CEAS:**
50 Também não. Silvestre presente. Keila não apareceu ainda. Sandra também não está
51 presente. A Camila justificou. Ana Carla não está presente. Arlete não está ainda. A
52 Carla Valéria também não está presente. Gabriela está presente. Crislaine justificou.
53 Grazielle está presente. Philippe está presente? **PRESIDENTE:** Sim. **SIRLENE - CEAS:**
54 Ok. Isac está presente. Leandro está presente. Kariny está presente. Rodrigo está
55 presente. Lucas está presente. Cinara não justificou e não está presente. Ludson está
56 aqui? **PRESIDENTE:** Sim. **SIRLENE - CEAS:** Sandra não está presente e não justificou.
57 Maria Juanita ainda não chegou. Iara está presente. Marilene está presente. Maria
58 Aparecida Baião justificou. Simone está presente. Jacqueline também está presente.
59 **PRESIDENTE:** Nosso quórum é de 12 Conselheiros em condição de titularidade?
60 **SIRLENE - CEAS:** Em condição de titularidade e mais 2 suplentes em condição de
61 titularidade. Temos 14. **PRESIDENTE:** Então nós temos quórum qualificado. Muito
62 obrigada, pessoal. Você pode colocar a proposta de pauta na tela, porque eu vou
63 apresentar aos Conselheiros. **SIRLENE - CEAS:** A Juanita acabou de chegar.
64 **PRESIDENTE:** Como eu estava esclarecendo, essa proposta de pauta foi feita
65 considerando os pontos não vencidos na última plenária e também o nosso Regimento
66 Interno. Bom dia, Arlete. Cirlene, você pode contabilizar a Arlete, Juanita. **SIRLENE -**
67 **CEAS:** Já está contabilizado. **PRESIDENTE:** Obrigada. Essa proposta de pauta foi feita
68 considerando os pontos não vencidos na plenária passada e o nosso Regimento Interno.
69 A proposta que nós trazemos hoje, passando essa primeira questão de posse da
70 Conselheira. A Conselheira não está presente, então ela não pode ser empossada hoje.
71 Sobre a apreciação da ata da plenária passada, a empresa não conseguiu concluir a
72 degravação. Não é isso, Secretaria Executiva? É isso, Cirlene? **SIRLENE - CEAS:** É
73 isso mesmo. Não houve tempo hábil para recebimento da ata e verificação da mesma.
74 **PRESIDENTE:** Nós ainda não tivemos acesso à ata, por isso não foi encaminhada para

75 os Conselheiros. Então também não podemos fazer a apreciação dessa ata. A
76 justificativa de ausências foi realizada. A proposta de pauta que trazemos aqui é
77 Informes. Eu também peço para retirar, porque como plenária extraordinária, a gente
78 não tem os informes. A gente deixa os informes para sexta-feira, que é a plenária
79 ordinária. Os pontos que a gente trouxe que não foram vencidos na plenária passada,
80 como primeiro ponto de pauta, a gente propõe a criação do GT sobre o funcionamento
81 do CEAS que discutimos no mês passado. A gente tem hoje a resolução de criação
82 desse GT com a composição dos membros. Depois a resolução sobre deliberação do
83 Plano de Aplicação de Recursos do FEAS. Isso foi discutido na reunião conjunta de
84 comissões do mês passado, mas não conseguimos concluir na plenária. Portanto, é um
85 assunto que já foi discutido em reunião conjunta de comissões, mas não foi deliberado
86 agora na plenária. Passando para a parte da tarde, a nossa proposta é a deliberação
87 sobre o Planejamento das Comissões e o Planejamento do CEAS. Ele foi apresentado
88 até para os Conselheiros no mês passado, enviado no grupo, impresso. Só que não foi
89 colocado em deliberação de plenária. Temos também a resolução sobre o vale-refeição
90 que foi uma proposta que saiu na plenária passada, sobre o reconhecimento e a garantia
91 do vale-refeição para esse ano e para os próximos, que é uma resolução do CEAS. E
92 também temos a necessidade de atualizar a resolução que trata da recomposição das
93 comissões. Nós estamos com algumas comissões incompletas e sem paridade. A gente
94 também precisaria fazer a recomposição das comissões. E, só adiantando o assunto e
95 justificando, porque temos os pontos que precisam ser tratados ainda na plenária de
96 sexta-feira, que seriam: a prestação de contas do quarto trimestre, a revisão do PEAS
97 e a prestação de contas do primeiro trimestre desse ano que, conforme o regimento,
98 tem que ser apreciado em reunião conjunta de comissões. Por isso não está entrando
99 na proposta de pauta hoje porque, de acordo com o regimento, a gente teria que passar
100 isso em discussão de reunião conjunta e essa reunião só vai acontecer amanhã. E isso
101 só poderia entrar na plenária de sexta-feira. Essa é a proposta de pauta que eu trago,
102 discutida com a Secretaria Executiva. Eu consegui colocar isso para a Mesa Diretora
103 ontem e na semana passada, mesmo depois que a Juanita fez um comentário. A
104 Conselheira Juanita fez um comentário sobre essa questão de que alguns pontos. A
105 gente tem que estar sempre passando na reunião conjunta de comissão. Mesmo que
106 ele não foi trazido nas plenárias passadas, está com um pequeno atraso para a gente
107 deliberar, a gente precisa fazer a reunião conjunta de comissões. Primeiro, coloco a
108 proposta de pauta para apreciação e aprovação da plenária. **MARIA JUANITA,**
109 **FEAPAES/MG:** Bom dia a todos. Presidente, como houve alterações e acabou que eu
110 me perdi, mas a gente precisa colocar mais uma que ficou pendente da última reunião,
111 que é a resolução que a gente precisa reavaliar. Aquela que foi publicada sem a nossa

112 deliberação do texto. Solicito a inclusão na pauta para a gente trabalhar ela hoje.
113 Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok. A gente tinha colocado ela até para sexta-feira. Não vejo
114 problema de colocar hoje. Se der tempo, a gente inclui no final. Se não conseguir discutir
115 hoje, vai ficar para plenária de sexta-feira da mesma forma. Pensando que o nosso
116 esforço para vencer a pauta de hoje porque na sexta-feira a gente também já tem pauta
117 grande. O que não conseguir vencer hoje automaticamente vai passar para sexta-feira.
118 Vocês concordam de incluir hoje? Se der para discutir hoje, a gente vence hoje. Cirlene,
119 você inclui no último ponto, por favor. Rediscussão da Resolução do Piso Mineiro.
120 Vamos lá. Qual é a resolução? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:**
121 É a resolução, salvo melhor juízo, é a 05, como a Sirlene mencionou, sobre a
122 necessidade de o governo estadual articular com o governo federal para conseguir mais
123 aporte de recurso para a assistência social no estado. É essa. **SIRLENE - CEAS:**
124 Ampliação do Piso Mineiro? **PRESIDENTE:** Como ponto de pauta: Rediscussão da
125 Resolução CEAS nº 05/2022. É isso? Ok. Consideramos essa pauta aprovada?
126 Conselheiros que nada se opõem, pauta aprovada por unanimidade. Passando para o
127 primeiro ponto, que é a Resolução de Criação do GT de Funcionamento do CEAS. A
128 Secretaria Executiva já tem a proposta de resolução para colocar em tela para
129 apreciação. A sociedade civil fez a indicação dos membros. O governo também. Vou
130 pedir à Secretaria Executiva para fazer a leitura do texto. Por favor, Cirlene. **SIRLENE -**
131 **CEAS:** “Resolução CEAS nº s/n, de 18 de maio de 2022. Cria o grupo de trabalho
132 Funcionamento do CEAS com a atribuição de elaborar fluxo de trabalho para o Conselho
133 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. O Conselho Estadual de Minas Gerais
134 – CEAS-MG, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de
135 dezembro de 1993, pela Lei nº 12.262, de 23 de julho 1996, pelo seu Regimento Interno
136 e considerando a Deliberação da 272ª Plenária Ordinária do CEAS realizada em 29 de
137 abril de 2022, resolve: Art. 1º. Criar o grupo de trabalho GT Funcionamento do CEAS
138 que terá como atribuição elaborar o fluxo de trabalho para o Conselho Estadual de
139 Assistência Social de Minas Gerais – CEAS-MG, de acordo com o seu Regimento
140 Interno aprovado pela Resolução nº 358/2011. Parágrafo único – O fluxo de trabalho a
141 ser criado deverá dispor sobre os processos de funcionamento do CEAS-MG. Art. 2º. O
142 Grupo de Trabalho Funcionamento do CEAS, respeitada pela idade de seus membros,
143 será composto pelos seguintes Conselheiros: 1º) Presidente do CEAS-MG – Mariana
144 de Resende Franco. 2º) Vice-Presidente do CEAS-MG – Arlete Alves de Almeida. 3º)
145 Representantes da Sociedade Civil: Maria Juanita Godinho Pimenta - Representante
146 das Entidades de Assistência Social. Iara da Costa Nogueira Reis – Representante das
147 Entidades de Assistência Social. Grazielle Vieira Cachapuz Machado – Representante
148 dos Trabalhadores da Assistência Social. 4º) Representantes Governamentais: Elder

149 Carlos Gablich Júnior – Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
150 Social. Suzanne Cristine Horta Silva – Representante da Secretaria de Estado de
151 Desenvolvimento Social. Érica Pereira Alves Beltrame – CMAS/Coronel Fabriciano. 5º)
152 Equipe Secretaria Executiva do CEAS. Parágrafo Único – O GT Funcionamento do
153 CEAS poderá convidar especialistas com conhecimento no assunto para contribuir com
154 os trabalhos. Art. 3º. O GT Funcionamento do CEAS terá o prazo de 60 (sessenta) dias
155 para se reunir e elaborar proposta para apresentar na plenária do CEAS. Art. 4º. O GT
156 Funcionamento do CEAS definirá sua agenda de trabalho. Art. 5º. A Secretaria
157 Executiva do CEAS providenciará suporte administrativo necessário ao funcionamento
158 do GT Funcionamento do CEAS. Art. 6º. Essa resolução entra em vigor na data de sua
159 publicação. Belo Horizonte, 18 de maio de 2022.” **PRESIDENTE:** Eu só ia pedir para
160 tirar a palavra ‘funcionamento’ no artigo 5º porque ficou duas vezes. **SIRLENE - CEAS:**
161 É porque o grupo de trabalho ficou com o nome de funcionamento, não é?
162 **PRESIDENTE:** Proposta de resolução apresentada para discussão da plenária.
163 Nenhum inscrito? Podemos considerar essa resolução aprovada? Conselheiros que
164 concordam e que se manifestam pela aprovação da resolução, por favor. Conselheiros
165 contrários a resolução? Conselheiros que se abstém? Aprovado por unanimidade.
166 Registrar a presença do COGEMAS. A Conselheira Magna chegou. Bom dia, Magna.
167 Muito obrigada. Passando para o segundo ponto. Plano de Aplicação dos Recursos do
168 FEAS de 2022, que foi discutido em reunião conjunta de comissões na reunião do dia
169 28 de abril de 2022, aqui nesta Casa de Direitos Humanos. Peço à Secretaria Executiva
170 para apresentar a súmula da reunião. E, depois da súmula, eu quero apresentar também
171 complementação de informações que a SEDESE apresentou, conforme solicitação da
172 reunião conjunta. **SIRLENE - CEAS:** “Reunião das comissões conjuntas do CEAS, dia
173 28/04/2022, de 15h às 17h, na Casa de Direitos Humanos. Pauta: Plano de Aplicação
174 dos Recursos do FEAS. Súmula: Após a discussão do assunto do Plano de Aplicação
175 dos Recursos do FEAS para 2022, foi dado encaminhamento para aprovação e
176 solicitados os seguintes pontos: 1º) Apresentação da justificativa das ações do Plano de
177 Aplicação que dispõe sobre metas físicas ou financeiras diferentes das constantes do
178 Plano Estadual de Assistência Social – PEAS; 2º) Apresentação da relação dos valores
179 atualizados que cada município recebe a título de Piso Mineiro de Assistência Social
180 Fixo, bem como a base de cálculo para atualização. 3º) Apresentação da relação de
181 valores do Piso Mineiro de Assistência Social Variável sem pagamento, bem como
182 informação sobre possibilidade de retomada de pagamento do mesmo. 4º)
183 Apresentação da relação das unidades de entidades socioassistenciais beneficiadas
184 pelo Programa Rede Cuidar, nos exercícios de 2017, 2019, 2021, 2022, e das que ainda
185 poderão ser beneficiadas pelo programa no exercício de 2022. 5º) Inserção dos fóruns

186 de usuários do SUAS, Uniões Regionais de Conselhos Municipais de Assistência Social,
187 as URCMAS, caravanas e reuniões descentralizadas nas atividades previstas da ação
188 4133, Apoio ao Controle Social e Gestão Descentralizada.” **PRESIDENTE:** Retomando
189 a discussão que a gente fez sobre o Plano de Aplicação, quanto a esses
190 questionamentos levantados, a SEDESE fez um ofício para o CEAS. Eu vou pedir à
191 Secretaria Executiva para apresentar. Esse ofício também foi encaminhado no e-mail
192 com as justificativas e informações solicitadas. Pode ler o ofício, por favor. **SIRLENE -**
193 **CEAS:** “Ofício SEDESE/SUAS nº 11/2022. Belo Horizonte, 13 de maio de 2022. Ao
194 Conselho Estadual de Assistência Social. A/C. da Secretaria Executiva do CEAS.
195 Assunto: Envio Informações Complementares sobre o Plano de Aplicação de Recursos.
196 Nº do Processo SEI 1480010000442/2022-67. Prezados, considerando as discussões
197 ocorridas em reunião conjunta de comissões do Conselho Estadual de Assistência
198 Social, no dia 28 de abril do ano corrente, durante a análise e discussão do Plano de
199 Aplicação dos recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, em
200 consonância com a Lei Orgânica Anual de Minas Gerais de 2022, prestamos as
201 informações a seguir e reenviamos o Plano de Aplicação de recursos de 2022,
202 contemplando as solicitações realizadas pelo CEAS. Nº 1. No documento anexo CEAS,
203 Plano de Aplicação Reprogramação 2022 constam as justificativas por ação
204 orçamentária sobre as divergências entre metas físicas e financeiras do Plano Estadual
205 de Assistência Social – PEAS em relação ao Plano Plurianual de Ação Governamental
206 – PPAG e conseqüentemente a esse plano de Aplicação para 2022. A justificativa por
207 ação orçamentárias metas físicas e financeiras constam da coluna F do documento. No
208 documento anexo piso 2022, número de famílias maio 2021 e valor constam a relação
209 de municípios os respectivos valores do Piso Mineiro de Assistência Social Fixo e
210 quantidade de famílias no CadÚnico em maio de 2021. Foram incluídas as atividades
211 dos fóruns de usuários do SUAS, Uniões Regionais de Conselhos Municipais de
212 Assistência Social – URCMAS, caravanas e reuniões descentralizadas na Ação 4133.
213 Apoio ao controle social e a gestão descentralizada no plano de aplicação. Destaca-se
214 no documento anexo plano de aplicação, reprogramação, não havia o valor de R\$
215 1.410.000,00 de Fonte 10, na ação orçamentária 1059. O documento anexo CEAS plano
216 de aplicação, reprogramação 2022, segue com esse valor que foi inserido na LOAS
217 2022 por meio de Emenda Parlamentar nº 115 de autoria do Deputado Luiz Humberto
218 Carneiro quando da tramitação do projeto de lei na Assembleia Legislativa de Minas
219 Gerais – ALMG. Na descrição das atividades dessa ação orçamentária, o texto foi
220 alterado para melhor adequação à meta física e consonância com os valores apontados.
221 Ademais, no documento anexo CEAS, plano de aplicação, reprogramação 2022, o
222 termo pagamento de pessoal foi alterado para pagamento de prestador de serviço para

223 melhor adequação do item de despesa previsto. Quanto ao esclarecimento, reiteramos
224 que o valor distribuído foi o autorizado na LOAS 2022 e que as suplementações serão
225 informadas nas prestações de contas trimestrais. Quanto as demais solicitações feitas
226 durante a reunião e listadas abaixo, informamos que a SEDESE/SUBAS está
227 levantando, junto ao setor SEDESE SPGF, e fará encaminhamento posterior a esse
228 CEAS, que são relação dos valores do Piso Mineiro de Assistência Social Variável sem
229 pagamento, bem como, informação sobre possibilidade de retomada de pagamento do
230 mesmo. Em relação das unidades socioassistenciais beneficiadas pelo Programa Rede
231 Cuidar do exercício de 2017-2019-2021. Atenciosamente, Mariana de Resende,
232 Subsecretária de Assistência Social.” **PRESIDENTE:** Obrigada, Cirlene. Só acrescentar
233 que até para essa reunião, o FEAS conseguiu a relação das unidades do Rede Cuidar
234 de 2021 e também outro pedido que foi feito nessa mesma reunião conjunta de
235 comissões, foi a relação do passivo do Piso Mineiro Fixo. Essa informação o FEAS já
236 levantou. A Roberta trouxe, mas é porque ela estava fechando isso ontem. Estava aqui
237 assim para mim, essa informação eu já consegui e já posso repassar. A gente vai
238 encaminhar hoje ainda no e-mail dos Conselheiros, porque é uma planilha grande,
239 contêm nome de todas as instituições. O que a gente não tem rápido, daquela reunião
240 para cá, é porque a gente depende de buscar arquivos mais antigos que são 2017 e
241 2019. Só complementando que tem informação que a gente consegue prestar ainda
242 hoje. Está aberta a discussão. Como eu disse aqui, como eu coloquei no ofício, a gente
243 já trouxe os esclarecimentos, as justificativas que foram solicitadas. O que a gente ainda
244 não conseguiu, assim que a gente conseguir, a gente vai encaminhar. **MARIA**
245 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu sugiro, assim, primeiro que os ofícios chegam bastante
246 próximo das reuniões. A gente tem o nosso trabalho fora o CEAS. A gente fica
247 impossibilitado de analisar os documentos. Eu gostaria que apresentasse essa nova
248 planilha que foi encaminhada pelo WhatsApp para a gente entrar aqui em ação por ação,
249 para ver se os nossos debates da última reunião foram incluídos na planilha, que é o
250 que vamos aprovar na resolução, o anexo da planilha. Eu entendo, pela tempestividade
251 da agenda da extraordinária, mas a gente faz um pedido aqui à Secretaria Executiva
252 que encaminhe os documentos que os Conselheiros têm que analisar com uma certa
253 antecedência da reunião para que a gente consiga agilizar mais a plenária. Obrigada.
254 **PRESIDENTE:** Ok. Roberta, você quer fazer a apresentação da planilha novamente?
255 Ela foi encaminhada junto com o ofício. Pode ficar à vontade. Cirlene, o ofício e a
256 planilha foram no e-mail, não foram? O Lucas está questionando se foi pelo e-mail. Foi
257 pelo e-mail? Esse ofício é o da semana passada, eu acho. De sexta-feira, semana
258 passada foi sexta-feira. É porque o tempo da última reunião para essa foi curto. Foram
259 duas semanas só. A reunião foi dia 29 de abril. Hoje já é... **LUCAS, CONSELHO**

260 **CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Eu vou sugerir, como já fizemos a leitura do ofício,
261 que fosse feita a leitura do anexo, de cada um daqueles anexos daqueles pontos que
262 foram mencionados, uma vez que não recebemos esse e-mail. Eu estou checando aqui
263 o meu e-mail, pelo menos eu não recebi, então não tenho conhecimento da matéria. Eu
264 acho que é importante pegar ponto por ponto que é justificado no e-mail e ir direto para
265 o anexo, fazer a leitura do anexo para que todos tenham conhecimento. Por mais que
266 já tenhamos avançado sobre essa discussão na plenária anterior, é importante que
267 todos nós tenhamos conhecimento de todo o conteúdo que vai ser deliberado por nós
268 futuramente. Obrigado. **ROBERTA, SEDESE:** Olá gente. Bom dia a todos. Vamos
269 passar direto no plano de aplicação. Vocês querem ir olhando o ofício batendo com o
270 plano de aplicação? O primeiro ponto do ofício. **PRESIDENTE:** Cadê a cópia do ofício
271 impressa para os Conselheiros? **SIRLENE - CEAS:** Os documentos não chegaram.
272 **ROBERTA, SEDESE:** Vai ao tópico 1, por gentileza. Tópico 1. Está falando aqui. O que
273 foi discutido na reunião conjunta das comissões é que para a gente incluir as
274 justificativas do porquê tinham algumas discrepâncias entre a meta física pactuada no
275 PEAS e no PPAG. O PEAS foi acordado em 2019 e a gente estava encaminhando, já
276 foi encaminhado, está para ser deliberado atualização dele perante o CEAS. Esse
277 documento já colocou essa justificativa. A gente tentou justificativa mais completinha
278 possível para vocês terem bastante clareza da situação. Para incluir essas justificativas
279 a gente teve o cuidado de fazer ação por ação e o tópico 1 é justamente falando dessas
280 justificativas que foram incluídas na coluna F do plano de aplicação. **MARIA JUANITA,**
281 **FEAPAES/MG:** Para nossa melhor visualização, eu sugiro que a gente vá direto no
282 plano de aplicação. Quando você terminar a nova redação, a gente vai no ofício. Eu
283 trouxe impresso porque não conseguir ler no meu trabalho, mas quem tem o WhatsApp
284 acompanha e quem quiser pedir mais informação complementar. Pode ser, Roberta?
285 **ROBERTA, SEDESE:** A gente vai na justificativa, então. Juanita, pode ser direto na
286 justificativa, que é onde está fazendo a alteração. Plano de aplicação. Ação 1049. Ações
287 assistenciais para população em situação de vulnerabilidade social e enfrentamento da
288 pandemia da Covid-19. É a fonte 71. São R\$ 1.000,00. A meta física é 1. É uma janela
289 orçamentária condicionada à captação de recursos. A gente incluiu aqui na justificativa
290 que não se aplicaria a justificativa da divergência entre a meta física e financeira do
291 PEAS versus PPAG porque a ação não constava no PEAS 2020-2023, elaborada em
292 2019. Essa foi criada posteriormente pela Lei Estadual nº 23.632, de 2 de abril de 2020,
293 para o enfrentamento aos efeitos da pandemia de Covid-19. A ação já consta na proposta
294 de atualização do PEAS, que foi enviada para o CEAS em abril de 2022 por meio do
295 Processo SEI nº 1480010003630/2022-30. Algum ponto nessa ação? Acho que ela está
296 esclarecida, não é? Ação 1059. Temos R\$ 1.000,00 da fonte 71 previsto na LOA e R\$

297 1.410.000,00 de fonte 10. A meta física: 38 municípios. Nesse caso o ofício explicita que
298 nós incluímos a fonte 10 porque o QDD que estava disponível para a gente no mês de
299 janeiro, mesmo sendo após a aprovação da LOA, ele não constava essa emenda
300 parlamentar. Esse é um valor de emenda. Não estava constando lá e, quando a gente
301 encaminhou para vocês, a gente não tinha nem essa informação desse anexo dessa
302 inclusão de R\$ 1.410.000,00 na LOA. A gente atualizou isso incluindo essa informação
303 que é um recurso de emenda parlamentar que foi colocado. Vou ler as justificativas para
304 vocês aqui. As metas físicas e financeiras constantes no plano de aplicação estão de
305 acordo com a revisão anual do PPAG e proposta de LOA 2022 em vigor aprovados pela
306 Resolução CEAS nº 741/2021 e dispostas na Lei Estadual nº 23.997, de 26/11/2021 e
307 na Lei Estadual nº 24.013, de 30/11/2021. No PEAS a meta física para 2022 era 73.
308 Uma vez que essa era a proposta original do PPAG e do PEAS feito em 2019.
309 Considerando que alguns dos 73 municípios já foram contemplados em 2021, conforme
310 rearranjo das etapas do programa e pactuações realizadas na CIB e no CEAS, a meta
311 foi ajustada para 38 no PPAG 2022 e no plano de aplicação. Essa adequação já consta
312 na proposta de atualização do PEAS que foi enviada para o CEAS em abril de 2022, por
313 meio do Processo SEI nº 1480013630/2022-30. Em relação à meta financeira, no
314 momento da revisão do PPAG e elaboração da LOA 2022, não havia orçamento
315 destinado para a ação. Havia previsão para captação de recursos posteriores que estão
316 sendo efetivados em 2022 via emendas parlamentares e autorização COFIN para
317 suplementação de recursos do FEM via decreto. Em relação à fonte 10, R\$
318 1.410.000,00. O valor foi incluído como emenda durante a votação na LOA da ALMG.
319 Deliberação de emendas pelo CEAS por meio da Resolução CEAS nº 8/2022. A fonte
320 71, a gente tinha colocado que estava como janela orçamentária condicionada à
321 captação de recursos. Esse valor de R\$ 1.000,00 era isso. E esse valor de R\$
322 1.410.000,00 é o repasse as atividades previstas são repasses de incentivo financeiro
323 e apoio técnico com os municípios mineiros com menores índices de IDH que é o que
324 está pactuado no programa. Não há dúvidas sobre isso. Ação 1066, transferência de
325 renda para famílias em situação de vulnerabilidade social. Fonte 71. Valor orçado/ano
326 R\$ 1.000,00. Meta física 1. Não se aplica a justificativa porque a ação não constava no
327 PEAS 2020-2023 elaborado em 2019. Essa foi criada posteriormente pela Lei Estadual
328 nº 23.632, de 2 de abril de 2020, para o enfrentamento dos efeitos da pandemia de
329 Covid-19. A ação já consta na proposta de atualização do PEAS que foi enviada para o
330 CEAS em abril de 2022 por meio do Processo SEI nº 1480010003630/2022-30. Era uma
331 janela orçamentária condicionada à captação de recursos para auxílios e repasses
332 socioassistenciais. Ação 4129. Capacitação, apoio técnico e gestão do SUAS. Fonte 56.
333 Valor orçado R\$ 126.523,00. E da fonte 71 R\$ 186.466,00. Meta física é de 15 mil

334 pessoas qualificadas. Justificativa, a discrepância entre a meta física e financeira entre
335 PEAS e PPAG, as metas físicas e financeiras constantes no plano de aplicação estão
336 de acordo com a revisão anual do PPAG e proposta de LOA 2022 em vigor. Aprovado
337 pela Resolução CEAS nº 741/2021 e disposta na Lei Estadual nº 23.997, de 26/11/2021,
338 e na Lei Estadual nº 24.013, de 30/11/2021. A alteração da meta já consta na proposta
339 de atualização do PEAS que foi enviada para o CEAS em abril de 2022 por meio do
340 Processo SEI nº 1480013630/2022-30. Alteração da meta financeira diz respeito ao
341 orçamento aprovado na LOA de 2022. O valor será suplementado ao longo do ano por
342 saldo financeiro de fonte 56 autorizado na reprogramação. Resolução CEAS Nº
343 01/2022. A alteração na meta física de R\$ 6.600,00 do PEAS para R\$ 15.000,00 definida
344 pela aprovação do PPAG se deu em virtude da ampliação do alcance das ações de
345 capacitação e apoio técnico em função da utilização de estratégias não presenciais
346 fortalecidas desde a pandemia, tais como: atendimento remoto aos municípios,
347 realização de videoconferências com os municípios e com as diretorias regionais da
348 SEDESE para multiplicação dos conteúdos aos municípios, disponibilização de cursos
349 de capacitação e treinamentos na plataforma EAD SUAS-MG, Webnários, Lives,
350 oficinas a distância, entre outros. **LUDSON, CRESS:** Só uma questão. A Secretaria
351 Executiva podia aumentar o tamanho da letra porque não está dando para entender
352 nada na apresentação. **ROBERTA, SEDESE:** De fato, o layout de Excel não é
353 adequado para fazer projeção. É só uma adequação do modelo de... **PRESIDENTE:** O
354 material impresso chegou. É isso, Paula, que você está entregando? Vai facilitar porque
355 a Paula está trazendo o material impresso. Suzanne enviou o material no grupo de
356 WhatsApp também. O Word com a justificativa. Obrigada, Suzanne. **ROBERTA,**
357 **SEDESE:** Nessa ação também, nas atividades, eu vou ler as atividades e a gente fez
358 adequação. Uma coisa que foi questionada durante a reunião que a gente estava
359 usando o termo 'pagamento de pessoal', então a gente trocou por prestador de serviços
360 para ficar muito claro que não tem nada a ver com pagamento da nossa folha de
361 pagamento. Isso é MGS. É prestador de serviços mesmo, como já dissemos,
362 explicamos e vocês já têm ciência disso. As atividades... **PRESIDENTE:** Só um
363 minutinho, Roberta. Porque ainda não está na tela, Cirlene. Está na 4129 e o que está
364 na tela é a 4130. Queria só conferir. Qual é o material que está na pasta? Para quem
365 está procurando na pasta, Secretaria Executiva? **SIRLENE - CEAS:** Nós não fizemos
366 pasta, mas imprimimos algumas cópias porque as pastas estavam com eles. Algumas
367 pastas nós levamos embora, mas não chegamos a colocar dentro das pastas.
368 **PRESIDENTE:** É porque os Conselheiros levaram as pastas para casa. Alguns
369 deixaram e a Secretaria Executiva complementou o material. Roberta, acho que pode
370 continuar. **ROBERTA, SEDESE:** As atividades da 4129. Gestão, despesas com

371 viagens, estagiários, prestador de serviços, equipamentos, manutenção e
372 desenvolvimento de sistemas e demais atividades inerentes à manutenção da SUBAS
373 e gestão do SUAS, custeio das ações de educação permanente, apoio técnico,
374 capacitação, formação e núcleo de educação permanente, presenciais ou a distância,
375 incluindo pagamento da Instituição de Ensino Superior (IES) sobre a gestão e oferta de
376 serviços e programas entre eles. Esse aí está no status programas que estão
377 contratados. Programa ACESSUAS Trabalho, Serviço de Convivência e Fortalecimento
378 de Vínculos, Vigilância Socioassistencial, Atuação Socioassistencial em contexto de
379 emergência e calamidade pública, Gestão Financeira e Orçamentária, Cadastro Único
380 e Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Ações Estratégicas no PET e outras. Com
381 a fonte 71. Gestão do SUAS, manutenção da SUBAS, manutenção e desenvolvimento
382 de sistemas PRODEMG, pagamento de prestador de serviço e educação permanente.
383 4130. **PRESIDENTE:** Juanita pediu inscrição para falar sobre a ação 4129, por favor.
384 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Obrigada, Presidente. Eu queria um esclarecimento.
385 Na verdade, nessa ação a gente, no início do ano, aprovou a reprogramação de
386 recursos da fonte 56, plano de ação do governo federal. E nós aprovamos recurso para
387 essa ação e na deliberação a gente solicitou que fosse incluído já aqui no plano de
388 aplicação esse recurso que foi aprovado, porque ele vai ser suplementado quando
389 vocês forem utilizar. A gente entende que já que o CEAS já aprovou esse recurso para
390 a SEDESE utilizar, isso tem que vir aqui até para a gente monitorar se a SEDESE está
391 gastando esse recurso para não geração do plano que vem de novo. Ficando fora, a
392 gente fica distante, se perde dessa informação. Nós tínhamos aprovado a
393 reprogramação, que está até aqui no papel que vocês mandaram à parte, no valor de
394 R\$ 679.000,00 da fonte do saldo financeiro do fundo nacional. E aprovamos também R\$
395 2.982.000,00 do recurso do IGD. Essa é uma questão que não está aqui nessa nova
396 proposta. A outra questão é que nessa ação de capacitação, que eram 15 mil pessoas
397 qualificadas e agora são 6, nós tínhamos deliberado que vocês apresentassem, é claro
398 que isso não está, mas na resolução deve constar. Que a SEDESE apresente um plano
399 de capacitação esse ano para o conselho deliberar sobre isso. Era isso. **PRESIDENTE:**
400 Primeiro sobre a questão dos recursos. Você pode esclarecer, Roberta? **ROBERTA,**
401 **SEDESE:** Os recursos já foram aprovados na reprogramação e ficou acordado na
402 reunião das comissões que a gente iria apresentar isso durante a prestação de contas.
403 **GABRIELE, SEDESE:** Bom dia. A gente inseriu ali no subtítulo do plano de aplicação
404 essa observação que destaca que foi distribuído o valor autorizado na LOA – Lei
405 Orçamentária Anual de 2022. E que as suplementações serão dispostas e
406 acompanhadas nas prestações de contas trimestrais. Foi esse o entendimento que a
407 gente teve da última reunião para essa. A gente manteve o plano de aplicação com a

408 distribuição da LOA, considerando que as suplementações por saldo financeiro ou
409 outras, seriam realizadas ao longo do tempo e elas são dispostas nas prestações de
410 contas trimestrais que acompanham a realização das ações desse planejamento. Sobre
411 o planejamento das capacitações, todos os anos a gente pactua na CIB. A gente propõe
412 junto ao Núcleo Estadual de Educação Permanente e pactua na CIB, depois delibera no
413 CEAS, o planejamento anual das qualificações que contêm as ações de capacitação e
414 as de apoio técnico. Esse pedido da Conselheira já está na programação. Esse
415 planejamento é pautado, primeiro ele vai ter que passar na CIB para depois no CEAS,
416 mas ele já foi discutido no NEEP na reunião do dia 30 de março. **MARIA JUANITA,**
417 **FEAPAES/MG:** Obrigada, Gabriele, pela informação. Nós estamos trazendo uma ação
418 aqui que já foi colocada a suplementação de R\$ 1.400.000,00 da emenda do deputado.
419 Sendo que esse CEAS já aprovou a reprogramação de recursos do fundo nacional, que
420 esse recurso está do FEAS, eu entendo que ele tem que vir para o plano de aplicação.
421 Como assim, nós já programamos a reprogramação. Eu entendo que o CEAS tem uma
422 conta única. À medida que vai precisando, vai fazendo a suplementação, a retirada
423 desse recurso. Só que o CEAS, nós não deliberamos em cima da organização do
424 estado. A gente já deliberou sobre a reprogramação de saldo do fundo nacional, então
425 ele tem que vir para o plano de aplicação para nortear os Conselheiros qual recurso real
426 que o FEAS tem para gastar durante o ano de 2022. Por que uma ação, a 1059, a gente
427 colocou a emenda que foi suplementada e nessa, 4129, a gente não pode colocar a
428 reprogramação de saldo do fundo nacional, sendo que esse CEAS já aprovou?
429 **PRESIDENTE:** Só uma questão de esclarecimento antes da Roberta falar. O plano de
430 aplicação, a proposta de plano de aplicação foi encaminhada para o CEAS junto com a
431 proposta de reprogramação lá em janeiro. Considerando que a gente está em maio, eu
432 estou entendendo o que a Juanita está trazendo, porque em fevereiro nós aprovamos a
433 reprogramação. Só que o arquivo que estava sendo analisado era o arquivo que foi
434 apresentado em janeiro quando o FEAS pegou o que estava na LOA. A questão da
435 emenda foi aprovada na assembleia em dezembro. E quando o FEAS pegou a LOA em
436 janeiro, a SEPLAG não tinha julgado ela lá dentro. É isso que a Roberta esclareceu. Na
437 tramitação da assembleia em dezembro apareceu a emenda. A SEPLAG, em janeiro,
438 quando mandou não tinha e depois atualizou e veio a LOA completa com as emendas.
439 Só um esclarecimento, porque há essa divergência temporal do envio e do recebimento
440 dos arquivos. Só voltando na nossa reunião conjunta de comissões, não tinha vindo
441 essa solicitação de inclusão dos valores da reprogramação, Juanita. Para mim não tinha
442 ficado registrado e nem na súmula da Secretaria Executiva, da equipe, porque senão a
443 gente poderia ter incluído. Não vejo problema, uma vez que a gente já tinha deliberado
444 sobre ela. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Ela está sim, porque estou com o meu

445 rascunho aqui, Presidente. Talvez a Secretaria Executiva não captou a informação, mas
446 ela foi deliberada e, na verdade, as nossas reuniões são muito confusas. Realmente, eu
447 acho que as informações se perdem, mas sou muito atenta com essas anotações.

448 **PRESIDENTE:** Ok. A proposta da Suzanne, e vou até perguntar para a gente tentar
449 chegar aqui em um consenso de um encaminhamento. A proposta da Suzanne é fazer
450 ainda essa alteração agora, ou seja, repetir o arquivo. A gente refaz esse arquivo mais
451 uma vez, porque, considerando que do mês passado para cá, a gente refez o arquivo e
452 incluiu o que foi solicitado na reunião passada. A gente poderia fazer isso ainda. A
453 Suzanne falou que consegue fazer. Você quer falar, Suzanne? **SUZANNE, SEDESE:** É
454 porque eu estou entendendo, Juanita, vê se é isso mesmo. Na verdade, é só colocar
455 uma linha a mais em cada ação colocando o valor suplementado. Eu estou me
456 oferecendo porque eu posso fazer isso agora de uma vez pegando a resolução de
457 reprogramação. **PRESIDENTE:** Não é valor suplementado. É o aprovado na
458 reprogramação, porque a suplementação não aconteceu ainda. Ok? **SUZANNE,**
459 **SEDESE:** É o da resolução, exato. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Se a SEDESE
460 quiser pode até colocar essa observação, mas, para nós, do Conselho Estadual, é
461 importante que venha no PEAS. **ARLETE, GRAAL:** De fato, Juanita, quando você traz
462 essa fala que fica confuso, nós precisamos avançar. A cada reunião parece que está
463 caminhando e, de repente, fica tudo confuso. Eu creio que isso é uma questão de
464 metodologia. Então, nós precisamos nos organizar para que quando a gente chegar
465 aqui, a gente ter claro do que vamos tratar. E quando a gente sair daqui ter ficado claro
466 o que ficou encaminhado, para que na próxima reunião, na hora que apresentar uma
467 planilha, que traga a pauta, que a gente vá para a discussão, a gente não tenha que
468 voltar para poder tentar compreender. Porque vai chegar no final do ano e a gente
469 continua patinando. Precisamos avançar de fato. **PRESIDENTE:** Concordo, Dona
470 Arlete. Eu tenho conversado muito com a Secretaria Executiva. Eu acho que a gente,
471 até para conseguir trazer os materiais impressos aqui, esse tipo de material quando é
472 planilha, dificulta mais ainda a apresentação. E para a Secretaria Executiva conseguir
473 imprimir todos os materiais em tempo e em hora, considerando os períodos curtos, eu
474 acho que está tendo uma dificuldade, mas eu acho que está melhorando. Não é,
475 Cirlene? Da semana passada para cá a gente conversou muito sobre a organização dos
476 materiais para a reunião de forma que fique o mais claro possível para vocês
477 entenderem aqui. **SIRLENE - CEAS:** Tentando melhorar essa situação nós vamos
478 conseguir. **GRAZIELE, CRP:** A gente aprovou um grupo de trabalho para tratar do
479 funcionamento do CEAS, mas, pelo que estou entendendo também, ele tinha um
480 número de funcionários que foi reduzido. Não é isso? A Secretaria Executiva? Não?
481 Continua com o mesmo número de pessoas? É o número mínimo. **PRESIDENTE:** Hoje

482 nós temos 10 pessoas na Secretaria Executiva. Tem uma que está de licença
483 maternidade. Dez ou onze pessoas? **SIRLENE - CEAS:** Acho que são dez.
484 **PRESIDENTE:** Tem mais, gente. É porque essa semana, esse mês, temos uma de
485 licença saúde e uma de licença maternidade. Mas o quadro todo é de 10 pessoas.
486 **GRAZIELE, CRP:** Só fazer um apontamento que talvez seja um excesso de trabalho
487 também. Como eu sou representante de trabalhadores, vou fazer uma defesa da
488 Secretaria Executiva porque talvez é isso que a gente tem que pensar aqui. Além de
489 discutir isso no GT, mas, talvez, seja uma organização mesmo da condição de trabalho
490 da Secretaria Executiva que a gente tem que pensar. **PRESIDENTE:** É muito material
491 sim, Graziele, para conseguir montar a quantidade de material e com o curto espaço de
492 tempo. Só ressaltando, porque tivemos a nossa reunião dia 29 de abril. Nós tivemos
493 aqui duas semanas, ou seja, dias úteis, poucos dias para a Secretaria Executiva,
494 considerando o transporte, o local da reunião, tudo. A logística não é simples. Eu só
495 peço a compreensão mesmo e dizer que estamos fazendo todo o esforço para melhorar
496 isso. **SIRLENE - CEAS:** Com certeza. Essa questão da organização a gente vai tentar
497 melhorar. Fora esse período um pouco curto, do dia 29 para hoje, ainda houve a
498 transição da saída do Daniel e a minha entrada. Até a gente conseguir capitar todas as
499 informações, pode dar um pouquinho de trabalho. **ARLETE, GRAAL:** Quando a gente
500 traz para essa mesa a questão do exercício do trabalho, nós temos que ficar muito
501 atentos na precarização da mão de obra. Nós estamos falando de trabalhadores e
502 trabalhadoras que tentam, dentro das condições postas, apresentar um bom resultado.
503 Isso também faz parte dessa mesa. A gente está atento à situação dessa equipe que
504 nesse dia, além do trabalho entre uma e outra reunião, fica nessa produção de material.
505 Fica aí atendendo as demandas que são deixadas a cada encontro. E a gente trazer a
506 sensibilização de compreender isso, entretanto, o governo precisa dar respostas
507 concretas, porque senão a gente não avança. E quanto à transição é tranquilo para nós.
508 Eu só quero te dizer que já estava antes de você chegar. É só uma questão de
509 sequência, mas eu tenho certeza de que vai funcionar. **SIRLENE - CEAS:** É o que
510 pretendemos. **PRESIDENTE:** Obrigada, pessoal. Podemos continuar? Só retomando, a
511 proposta é de refazer esse arquivo com a inclusão solicitada que é o valor aprovado na
512 reprogramação. Correto? Pode dar sequência. E, ao final do dia, a gente reenvia o
513 arquivo. **ROBERTA, SEDESE:** 4130. Regionalização da proteção social especial.
514 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Só mais uma questão. A Gabriele trouxe a questão
515 do plano de capacitação. Eu sei que anualmente isso é aprovado na CIB, como ela
516 falou, e no CEAS também. Mas o estado precisa ter um plano estadual de curto, médio
517 e longo prazo para capacitar seus trabalhadores. O representante do CEAS aqui que
518 compõe o núcleo de formação para pensar nessa proposta de ter um plano de

519 capacitação estadual até para a gente ir avaliando e trazendo resultado para a gente.
520 Porque nós recebemos a prestação de contas do primeiro trimestre. Eu não avaliei
521 ainda, mas olhei rapidamente. Já tem ação de capacitação lá no primeiro trimestre que
522 eu vi. A gente está aprovando uma coisa sem planejamento. Sei que vai para a CIB,
523 vem para o CEAS, mas já está executando. É esse timing que eu estou falando. Eu
524 peço a nossa representante do CEAS que está no núcleo para pensar sobre isso.
525 Obrigada. **GABRIELE, SEDESE:** Juanita, desculpa. Na minha fala eu me referi só ao
526 plano anual, que é o planejamento de curto prazo, mas a gente tem um Plano Estadual
527 de Educação Permanente aprovado de 2020 a 2023, que é esse plano de médio e longo
528 prazo. E a revisão desse Plano Estadual de Educação Permanente que corresponde
529 aos planejamentos anuais. Ele também foi aprovado pelo CEAS à época, também foi
530 2020. Mas a gente precisa trazer, não sei em qual comissão, essas informações aqui.
531 Até porque os Conselheiros mudaram e nem todos conhecem esse planejamento.
532 Quando a gente for discutir o planejamento anual, a gente pode remeter ao Plano
533 Estadual de Educação Permanente 2020 a 2023 também. **MARIA JUANITA,**
534 **FEAPAES/MG:** Pior ainda. Nós temos um plano estadual de capacitação e os
535 Conselheiros não têm conhecimento. Peço à Secretaria Executiva que encaminhe para
536 a gente, por gentileza, até para subsidiar a análise da prestação de contas. Obrigada.
537 **PRESIDENTE:** Só vou reforçar aqui, Secretaria Executiva, quem está no apoio é a
538 Cirlene, para o registro desses encaminhamentos ao longo da reunião para a gente não
539 deixar passar nenhum. Quem está com a equipe de apoio aqui porque a Sirlene está
540 preocupada em anotar. Está registrado. Agora passamos para a apresentação das
541 justificativas da ação orçamentária 4130. **ROBERTA, SEDESE:** 4130. Regionalização
542 da proteção social especial. Fonte 56. R\$ 805.789,00. Fonte 71. R\$ 3.723.739,00. 33
543 municípios atendidos é a meta física. Justificativa: as metas físicas e financeiras
544 constantes do plano de aplicação estão de acordo com a revisão anual do PPAG e
545 proposta de LOA 2022 em vigor, aprovados pela Resolução CEAS nº 741/2021 e
546 disposta na Lei Estadual nº 23.997, de 26/11/2021 e na Lei Estadual nº 24.030, de
547 30/11/2021. No PEAS a meta física para 2022 era 48, uma vez que essa era a proposta
548 original do PPAG e do PEAS feita em 2019. Considerando o total de municípios
549 abrangidos pelos CREASs regionais já implantados e cofinanciados para instituições de
550 referências técnicas, os municípios que são cofinanciados para oferta de serviço de PSE
551 em CREASs municipais, bem como aqueles que são cofinanciados por meio de termo
552 de aceite firmados entre a União, Estado e o Município, a meta foi ajustada para 33 no
553 PPAG 2022, e no plano de aplicação. Essa adequação já consta na proposta de
554 atualização do PEAS que foi enviada para o CEAS em abril de 2022 por meio do
555 Processo SEI nº 1480013630/2022-30. (trecho incompreensível) [1:06:09] são

556 atendimento a 26 municípios abrangidos pelos CREASs regionais, mais 6 municípios
557 que são contemplados pelos CREASs municipais (Canápolis, Paineira, Padre Paraíso,
558 Monte Alegre de Minas, Morada Nova de Minas, Biquinhas) e um termo de aceite Centro
559 Dia de BH. Atividades. 4130. Na Fonte 56. Manutenção dos 4 CREASs. Repasse de
560 parte do cofinanciamento federal de 5 CREASs. E pagamento de prestador de serviços.
561 Fonte 71 repasse do cofinanciamento estadual referente pactuações assumidas com
562 outros entes federados, manutenção dos CREASs regionais, pagamento de prestador
563 de serviços. **PRESIDENTE:** Só um minutinho. Alguma questão? **MARIA JUANITA,**
564 **FEAPAES/MG:** Também na deliberação da plenária passada eu solicitei a inclusão da
565 reprogramação de saldo fundo nacional que aprovamos, se eu não me engano, o valor
566 de R\$ 1.465.231,00 para essa ação. Se eu não estou enganada. Da mesma forma que
567 a outra, vai incluir uma linha aqui com essa reprogramação. Fica a critério da gestão
568 colocar essa observação. Aprovado pela reprogramação de saldo do CEAS número tal.
569 **PRESIDENTE:** Ok. Registrado. **ROBERTA, SEDESE:** 4131. **LUDSON, CRESS:** Só
570 queria um esclarecimento acerca dos CREASs. Esses são os CREASs regionais?
571 Nesse caso, só para eu entender, porque como eu não tenho muita familiaridade com a
572 forma como o estado faz a execução dos CREASs, o cofinancia. Como que é
573 cofinanciamento para os municípios, execução direta por parte do estado, porque achei
574 os valores muito pequenos. **PRESIDENTE:** CREAS regional é de execução direta do
575 Estado. São 4 CREASs regionais. Um em Águas Formosas, 1 em Almenara, 1 em
576 Peçanha e 1 em Diamantina. Atendendo aos municípios. **LUDSON, CRESS:** Só para
577 entender, contratação feita pelo estado, imóvel alugado pelo estado, tudo pelo estado.
578 **PRESIDENTE:** Execução direta 100% do estado. Cada CREAS hoje, salvo engano,
579 custa R\$ 100.000,00 por mês. **LUDSON, CRESS:** Por mês. E o total está dando R\$
580 805.789,00/ano. **PRESIDENTE:** Eu só estou querendo lembrar. São os 4 meses ou
581 cada um mês, Roberta? Você sabe? **ROBERTA, SEDESE:** Esses R\$ 805 mil são só de
582 fonte 56 que é da fonte do governo federal. Olhe embaixo, tem três milhões...
583 **PRESIDENTE:** Três milhões. É isso. **LUDSON, CRESS:** É isso. Desculpa, gente.
584 **ROBERTA, SEDESE:** Esses de fonte 56 têm a parte também que a gente utiliza para
585 cofinanciar o CREAS regional de execução direta do Estado e também tem uma parte
586 do cofinanciamento federal para os CREASs municipais... **LUDSON, CRESS:** O total do
587 financiamento vai chegar quase a R\$ 5 milhões? **ROBERTA, SEDESE:** Isso mesmo. A
588 não ser que haja reprogramação. **PRESIDENTE:** Isso. E outro esclarecimento. É porque
589 cada município referenciado ao CREAS regional, recebe um valor para cofinanciamento
590 de uma referência técnica municipal. Isso são CREASs regionais, mas têm os CREASs
591 municipais cofinanciados também pelo governo federal e pelo estado, separado, mas
592 que está nessa ação que são aqueles municípios separados que foram falados ali.

593 **ROBERTA, SEDESE:** 4131. Na ação 4131 nós temos da fonte 56, R\$ 300.288,00. Da
594 fonte 71, R\$ 8.175.232,00. A meta física são 57 unidades. A justificativa, a meta física
595 do PEAS considerava 330 pessoas acolhidas em unidades parceirizadas para oferta de
596 serviço de acolhimento institucional família. No PPAG atual a meta corresponde a 57
597 unidades cofinanciadas. A alteração se deu em função da retomada de pagamento das
598 unidades de residências inclusivas do aceite federal com cofinanciamento estadual e
599 federal. Assim, nessa ação inclui-se as 44 unidades parceiras de execução indireta de
600 acolhimento para pessoas com deficiência, incluindo as Casas Lares, APAEs, mais 13
601 residências inclusivas cofinanciadas. Aí a gente acrescentou uma coisa que já tinha sido
602 falada que é para pagamento piso com valor atualizado, a partir de maio, haverá
603 remanejamento de R\$ 453.045,40 de recurso da fonte 71, da ação 4131, para a 4132,
604 sem que haja comprometimento do repasse para as 44 unidades parceiras de execução
605 indireta de acolhimento para pessoas com deficiência, incluindo Casas Lares, mais 13
606 residências inclusivas cofinanciadas. As atividades. 56: Cumprimento do termo de
607 colaboração por oferta de serviço de acolhimento para pessoas com deficiência,
608 residências inclusivas, nos termos de aceite federal. E da fonte 71, repasse de
609 cofinanciamento aos municípios por oferta de serviço de acolhimento para pessoas com
610 deficiência e cumprimento de termos de colaboração para manutenção das vagas de
611 acolhimento para as pessoas com deficiência. É a mesma atividade em ambas. **MARIA**
612 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Essa justificativa não justificou a alteração da meta, no meu
613 entendimento. A meta era 330 pessoas acolhidas. Agora são 57 unidades. A justificativa
614 não justifica porque que saiu de pessoas acolhidas para unidades, na minha análise.
615 Não sei dos demais Conselheiros. É essa justificativa que tem que vir para o plano de
616 aplicação. **ROBERTA, SEDESE:** Aqui, só para explicar para vocês. A gente incluiu as
617 residências inclusivas. São as 13 unidades de residências que são cofinanciadas. Antes,
618 inclusive a meta estava em 375 no PPAG anterior. A gente estava pagando por vaga. A
619 gente estava medindo o número de vagas ofertadas e garantidas pelo estado de
620 residência inclusiva das parcerias. Só que quando a gente coloca as residências
621 inclusivas cofinanciadas, não justifica falar mais em vaga. Não cabe falar em vaga para
622 essas 13 unidades cofinanciadas porque as unidades, a gente faz cofinanciamento. A
623 gente não está financiando vaga para eles. A gente está passando o cofinanciamento
624 para essas unidades, para esses municípios. São fundos municipais. **LUDSON,**
625 **GRESS:** Sim, mas inclusive um deles é do meu município. Por exemplo, o plano de
626 serviço você tem lá o número de vagas. Não é a mesma coisa? Somar o número de
627 vagas execução direta e número de vagas execução indireta? **PRESIDENTE:** Eu quero,
628 talvez, só tentar esclarecer melhor. Se a gente tivesse cofinanciando a vaga, a gente
629 teria que reduzir o financiamento caso a pessoa saísse, por exemplo. A gente não está

630 cofinanciando a vaga. A gente está cofinanciando o serviço da unidade. A vaga é uma
631 referência, sim, no plano de trabalho. Mas a gente, por exemplo, se uma pessoa sai um
632 mês e vai entrar outra daqui dois meses, eu não corto o financiamento do serviço quando
633 isso acontece. Isso, inclusive, é uma garantia e foi discutido muitos anos que o
634 cofinanciamento é do serviço da capacidade instalada para a gente sair dessa lógica de
635 ficar contabilizando a pessoa, e a gente tem a manutenção da unidade. Vocês
636 entenderam? Isso é muito frequente. A gente está falando de instituição de acolhimento
637 que as pessoas morrem, as pessoas saem e o serviço tem que continuar funcionando.
638 Esse é um esclarecimento. Eu acho que dá para justificar melhor, talvez, a redação da
639 forma como ficou pode ser melhorada, mas entrei um pouco na discussão do caso
640 específico. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Questão de ordem. A gente não está
641 questionando aqui a alteração da meta. Isso é de autoridade da SEDESE. O que a gente
642 está questionando é que a justificativa não justifica a alteração. Se vier o que a Roberta
643 falou e está escrito aqui, sem nenhum problema, mas só que não está. A justificativa
644 não contempla a alteração de meta. Com relação à meta não tem nenhum
645 questionamento. É só fazer essa justificativa, porque saiu de pessoas acolhidas para
646 unidades acolhidas. É simples assim. **PRESIDENTE:** Lucas, só inscrições aqui. Lucas
647 e depois a Suzanne. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Eu quero
648 concordar com a fala da Juanita e dizer que a justificativa é bem simples. O padrão de
649 alteração da meta é justamente para que evite a redução do cofinanciamento daquela
650 unidade, uma vez da retirada, da saída de um dos que são atendidos. Só isso.
651 **SUZANNE, SEDESE:** Eu fiz uma proposta de redação. Se todo mundo concordar, eu
652 mando para a Sirlene e ela já inclui, e a gente já resolve isso. Coloquei assim: "A meta
653 foi ajustada, uma vez que a ação contempla tanto vagas financiadas por meio de
654 parcerias com entidades como cofinanciamento fundo a fundo para oferta de serviço de
655 acolhimento pelos municípios." Vocês acham que assim contempla? **PRESIDENTE:** E
656 o cofinanciamento é para o serviço e não é pessoa. **SUZANNE, SEDESE:** Eu vou falar
657 de novo: "A meta foi ajustada uma vez que a ação contempla tanto vagas financiadas
658 por meio de parcerias com entidades quanto cofinanciamento fundo a fundo para oferta
659 de serviço de acolhimento para municípios." Eu vou colocar assim: "A meta foi ajustada,
660 uma vez que a ação contempla o financiamento fundo a fundo para oferta de serviço de
661 acolhimento pelos municípios independentemente do número de vagas." **ROBERTA,**
662 **SEDESE:** Somente as 13 que são fundo a fundo. É só ter essa atenção aí para não
663 generalizar o tipo de repasse e parcerias. **ARLETE, GRAAL:** Eu acho que ser
664 independente isso pode gerar um alto número de pessoas com um recurso que não vai
665 atender. Eu acho que... **PRESIDENTE:** Aí, só esclarecendo, Dona Arlete. Na tipificação
666 nacional dos serviços, o serviço de acolhimento tem um limite que ele atende. A gente

667 trabalha, por exemplo, as Casas Lares, os serviços de acolhimento vão variar entre 10
668 e 20, dependendo da unidade. O limite de atendimento está na tipificação. Não é o
669 Estado que define. A instituição apresenta aquilo como uma referência de atendimento.
670 **ARLETE, GRAAL:** Está claro, mas me incomoda. Me incomoda porque não é bem isso
671 que a gente vê na prática. **SUZANNE, SEDESE:** Só considerando as falas da Juanita e
672 do Lucas, vou ler mais uma vez. Vou ler com calma agora. “A meta foi ajustada, uma
673 vez que a ação contempla, além das parcerias, o repasse fundo a fundo para oferta do
674 serviço de acolhimento aos municípios, independentemente do número de vagas.” Ok?
675 **PRESIDENTE:** Obrigada a todos pelas contribuições. **ROBERTA, SEDESE:** Podemos
676 seguir? 4132. Piso mineiro de assistência social fixo. Fonte 71. R\$ 72.045.693,00. Meta
677 física: 853 municípios cofinanciados. Meta mantida conforme PPAG e PEAS para
678 cofinanciamento a todos os municípios mineiros. Valor ampliado em função do aumento
679 do valor do Piso Mineiro aprovado em 2022. Resolução CEAS nº 3/2022 para
680 pagamento do piso com o valor atualizado a partir de maio haverá remanejamento de
681 R\$ 453.045,40 de recurso da fonte 71 da ação 4131... **LUDSON, CRESS:** Só queria
682 fazer um comentário acerca dessa meta. Não está diretamente relacionada à questão
683 financeira em si, mas é uma coisa que eu acho importante, que é a seguinte: há um
684 tempo atrás teve um acórdão do TCU falando da exigência dos municípios terem planos
685 de assistência social para receberem cofinanciamento federal. Em virtude disso rolou
686 um boato de que a SEDESE e o governo federal passariam a exigir isso por parte dos
687 municípios. E foi um boato interessante, porque, a partir dele, muitas cidades tomaram
688 vergonha na cara, inclusive a minha, e atualizaram e fizeram seus planos, muitas das
689 quais estavam com o plano desatualizado ou sem plano há muitos anos. A SEDESE
690 precisa, de fato, e é obrigação dela e ela nunca fez, cobrar dos municípios a existência
691 efetiva de plano para ter acesso ao cofinanciamento. Inclusive deveria constar isso no
692 sistema. O município deveria ter que colocar o seu plano em PDF, carregar, para tomar
693 vergonha na cara e fazer o plano. Tem muito município com o plano desatualizado.
694 Muito município sem plano. Eu acho que isso deveria ser incluído e alguma ação deveria
695 ser feita, seja por meio de formulário Google. “Secretário, carregue o seu plano aqui no
696 formulário Google para o drive da SEDESE.” Coloca a vigência dele. Tem muita gente
697 que vai ficar doido e vai dar um jeitinho de atualizar o seu plano por conta disso.
698 **GABRIELE, SEDESE:** Excelente a sua fala. Eu acho que desde 2017 a gente foi
699 chamado a apresentar esses planos até para garantir o cofinanciamento federal depois
700 do acórdão do TCU. E a União cobra. Faz essa averiguação dos planos de assistência
701 social estaduais e municipais, então à época o estado também teve que fazer o seu
702 plano. E só atualizando, Ludson, hoje para o município se cadastrar no CAGEC, que é
703 o Cadastro Geral, para ele conseguir fazer o plano dele no SIGCON, para ele conseguir

704 receber o Piso Mineiro, ele precisa apresentar o plano de assistência social. Hoje o
705 estado já se atualizou para isso. Eu acho que no informe a gente trouxe os municípios
706 que ainda estão com pendência no CAGEC. Não apresentaram esse documento. Mas
707 é fundamental e a gente pode explicitar melhor essas informações para vocês, porque
708 a gente já tem cobrado, sim. **LUDSON, CRESS:** Mas teve uma sistemática, por
709 exemplo, para monitoramento das vigências, como que vencem? **GABRIELE,**
710 **SEDESE:** A gente pede a resolução do conselho que aprovou. Só é aceita a vigência
711 de acordo com o PPA municipal, então isso foi atualizado. É uma atualização CAGEC
712 deste ano. É recente também, por isso que talvez vocês não acompanharam ainda.
713 **ROBERTA, SEDESE:** Podemos seguir? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Nós
714 tínhamos solicitado que a SEDESE aprovasse para a gente o passivo da dívida do piso
715 e a proposta de pagamento aos municípios. Como vocês falaram que trouxeram hoje, a
716 gente ainda não tem conhecimento. Eu gostaria de pedir a vocês para apresentar para
717 todos os Conselheiros, inclusive para mim. **PRESIDENTE:** As conversas paralelas aqui,
718 os Conselheiros estão pedindo para repetir. Juanita está solicitando apresentação da
719 planilha que o FEAS tem sobre o passivo do piso mineiro fixo. **MARIA JUANITA,**
720 **FEAPAES/MG:** Na verdade, a SEDESE trouxe uma planilha. Nós tínhamos solicitado a
721 informação. Como ainda não chegou oficialmente no CEAS, essa informação tem que
722 vir oficialmente até para esse CEAS deliberar sobre isso. **PRESIDENTE:** A solicitação
723 que nós entendemos da plenária passada foi fixo e variável. Não é isso? **MARIA**
724 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Sim, nós aprovamos sobre esses, mas é porque estamos
725 na ação... **PRESIDENTE:** É porque os Conselheiros aqui não estavam na mesma
726 página, não. Eles estavam achando que era outra informação. **MARIA JUANITA,**
727 **FEAPAES/MG:** Não. Nós deliberamos dois, mas nós estamos seguindo a lógica do
728 plano de aplicação, então agora é o piso. **ROBERTA, SEDESE:** Nós encaminhamos
729 juntamente com o documento do plano de aplicação essa planilha aqui que consta o
730 município, o número de famílias cadastradas no CadÚnico e o valor mensal a partir da
731 parcela referente a maio de 2022. E, além do total 2022 para cada um dos municípios,
732 dos 853 municípios. A Secretaria Executiva já encaminhou ou vai encaminhar para
733 todos os Conselheiros? Foi para a Mesa Diretora? Foi encaminhado para a Mesa
734 Diretora a planilha com todas essas informações, conforme a solicitação do conselho.
735 Esse foi o pedido em relação ao piso também. Foi uma das solicitações. Nós estávamos
736 também elaborando a análise do passivo. Eu estou com o passivo pronto aqui. Eu ainda
737 não encaminhei para o CEAS. Você está com internet aí, Cirlene? Eu posso te
738 encaminhar. **PRESIDENTE:** Roberta, tem que fazer o encaminhamento com o ofício.
739 Você pode fazer isso amanhã e na sexta-feira isso pode ser compartilhado. **ROBERTA,**
740 **SEDESE:** Pode ser compartilhado. Ok, gente? Do fixo já está prontinho e a gente

741 encaminha e compartilha com vocês. Hoje já está pronto o arquivo. É só fazer o ofício
742 e mandar. Está bom? A gente pode apresentar o arquivo, não é? Eu vou mandar. Eu
743 vou tentar abrir o arquivo aqui, mas a minha internet não está boa. Um momento.
744 **PRESIDENTE:** Só um esclarecimento aqui, Secretaria Executiva e Conselheiros, para
745 ficar claro, para a Secretaria Executiva conseguir encaminhar informação correta. São
746 duas informações que foram solicitadas no mês passado. Uma é a relação do valor do
747 piso com o acréscimo de 2022 e o número de famílias do cadastro único. Rosa,
748 entendeu? Cirlene? Daniel? Quem está aí olhando os arquivos. A outra informação é o
749 valor do passivo do piso mineiro fixo. Ok? Essas duas informações para passar no grupo
750 de WhatsApp e no e-mail dos Conselheiros também, por favor. O Lucas está pedindo
751 para transformar os arquivos em PDF para encaminhar no WhatsApp e no e-mail.
752 Roberta, conseguiu abrir o arquivo? Cirlene? São 853 municípios, por isso que a
753 dificuldade de entender o arquivo e de conseguir enxergar. **ROBERTA, SEDESE:** Eu
754 vou falar aqui para vocês as colunas que existem. Explicar isso, mas, obviamente, nós
755 vamos olhar só o total, porque senão a gente vai ficar até o final do ano aqui lendo.
756 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Na verdade, a gente só quer saber os anos que
757 estão devedor e o valor respectivo ao ano e o ano total. **ROBERTA, SEDESE:** Isso
758 mesmo. Justamente isso que a gente vai fazer. Aqui nós temos a lista detalhada
759 município a município. Nós temos identificados aqui desde 2015, passivos. De 2015, a
760 gente tem o passivo bem pequeno que é R\$ 18.000,00. **GRAZIELE, CRP:** Roberta,
761 você consegue explicar para a gente por que tem esse passivo? O que acontece de
762 modo geral? **ROBERTA, SEDESE:** De modo geral, você quer saber de todos os anos
763 ou ano a ano especificamente, Grazi? **GRAZIELE, CRP:** Se souber, pode ir. **ROBERTA,**
764 **SEDESE:** Tá bom. Em relação a esse passivo, nós temos passivos dos anos de 2015
765 a 2018. Não temos mais passivos a partir de 2019. Em 2019, eu vou falar do que já está
766 resolvido e aí eu falo do passivo especificamente. Em 2019 tinha sido feito um acordo
767 com a CIB, com o CEAS, de fazer o pagamento, foi retomado o pagamento. Tinha um
768 passivo de 23 meses devidos, de 23 parcelas que são essas que estão aqui. E aí foi
769 retomado o pagamento, mas ainda não com o valor integral. Foi acordado perante a CIB
770 e o CEAS um valor parcial para pagamento. Isso foi pago à época e no finalzinho de
771 2021, nós conseguimos a liberação para pagar esse passivo de 2019. Tinham os
772 empenhos, tinham sido cancelados e a gente não conseguiu restabelecer, então a gente
773 pagou por meio de DEIA. A gente executou já o pagamento agora. A gente conseguiu
774 fazer o empenho ano passado para a gente utilizar o recurso do ano passado. E a gente
775 efetivou o pagamento, o repasse para os municípios agora em janeiro desse ano.
776 Graças a Deus, isso já foi saneado. Foram R\$ 30.500,000,00 que foram pagos esse ano
777 referente ao passivo. Pagos no ano passado, processados esse ano por meio de resto

778 a pagar. Em relação aos anos anteriores, 2015 tem um restinho. Têm alguns municípios
779 que o pagamento ficou lá perdido em restos a pagar, porque já não tinha mais saldo
780 financeiro. Já tinha uma orientação que já não tinha mais dinheiro. Já não tinha mais
781 recurso. Estavam sendo realizados empenhos, mas por causa da crise financeira e fiscal
782 do estado, não estavam sendo efetivados os repasses para os municípios do piso
783 mineiro de forma integral. Do ano de 2016, aqui na planilha, vocês vão ver nas colunas,
784 a gente colocou o valor do piso anual. A referência para vocês terem, município a
785 município. Temos o valor pago ano a ano. Esse valor aqui a gente pegou o BO. Deu
786 bastante trabalho de fazer esse levantamento porque a gente teve que cruzar muita
787 base de dados, porque a base de dados de passivo do estado, os BOs são bem
788 complexos. Eram registros diferentes de 2015 a 2018. Depois de 2018 eram outros
789 registros, mas a gente tentou validar de todas as formas possíveis. Aqui tem os valores
790 pagos. Na frente tem aqui o valor não pago. O que foi devido. Na frente de cada uma
791 das colunas, veja que coloquei o número de parcelas não pagas também. Aqui tem as
792 parcelas devidas. **PRESIDENTE:** Deixa eu explicar, Roberta. Eles estão perguntando o
793 que não foi pago e por que não foi pago? Em 2015, valor não pago, R\$ 18.000,00. Em
794 2016, valor não pago R\$ 8.981.934,00. Em 2016, foi pago uma parte e não foi paga uma
795 outra parte. Isso varia de acordo com o valor de cada município. O número de parcelas
796 devidas. Em 2016, foram 2 parcelas não pagas, que é o equivalente a R\$ 8.981.934,00.
797 Em 2017, R\$ 40 milhões que é o equivalente... **ROBERTA, SEDESE:** Em 2016 são
798 duas parcelas em geral. **PRESIDENTE:** 2017, parcelas não pagas. Olhem ali, 9 parcelas
799 não foram pagas. E 9 parcelas é o equivalente a R\$ 40 milhões. Em 2018, 12 parcelas
800 devidas, ou seja, não foram pagas as 12 parcelas. Então, nós temos 2016, 2 parcelas
801 não pagas. 2017, 9 parcelas não pagas. 2018 nenhuma parcela paga. Essa é a
802 quantidade de referência do passivo do piso mineiro fixo. E tem o valor município por
803 município. No caso das justificativas, a gente já tem uma crise fiscal, financeira no
804 estado há vários anos. E a gestão de 2015-2018, ela deixou muitas dívidas com os
805 municípios. Isso todo mundo está cansado de saber, porque já foi divulgado
806 amplamente na mídia, não só da assistência social, mas de outras áreas. Enfim, acho
807 que é esse o esclarecimento. Ludson está inscrito. **LUDSON, CRESS:** Eu queria sugerir
808 um encaminhamento, inclusive para que a gente possa deliberar, que a SEDESE faça
809 a divulgação dessa planilha no seu site institucional. Porque ela dá publicidade, acho
810 que a essa situação para qualquer cidadão e gestor possa saber, inclusive daquilo que
811 está sendo feito, dos recursos que estão sendo pagos e que ela possa ser, nesse
812 formato aí mesmo, atualizada mensalmente. Inclusive, acho que a SEDESE já chegou
813 a divulgar quantidade de pagamento do piso mineiro em determinada época, mas isso
814 parou. Provavelmente porque deixou de pagar, mas acho que essa planilha, da forma

815 como está, ela é bem didática, ilustrativa e dá uma transparência bastante efetiva dos
816 recursos. **PRESIDENTE:** Obrigada, Ludson. Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**
817 **DE CURVELO - SSVP:** Em que pese o princípio da transparência e o princípio da
818 informação que deve nortear as informações do poder público, eu vou trazer uma
819 preocupação com relação a esses dados. Algo que me chama a atenção e algo que
820 também precisamos questionar para fazer esse levantamento. Essas informações são
821 passíveis de judicialização, é direito do município receber esse valor. A gente está com
822 uma corda no pescoço ainda invisível, com uma folga muito grande que ainda não
823 apertou o nosso pescoço, mas isso é direito constitucional dos municípios, o
824 recebimento desse recurso. E aqui, não entendam que eu não quero que divulguem a
825 informação que é devida, mas isso, querendo ou não, e nós enquanto guardiões da
826 política pública de assistência social, precisamos tentar fazer uma proteção da nossa
827 política pública. Mas, por exemplo, se todos esses municípios resolvem entrar na justiça
828 para requerer esse recurso, o dia que estiver no FEAS, a justiça pode bloquear todo ele
829 lá. **LUDSON, CRESS:** É isso aí. Eu acho que é direito dos municípios saberem o direito,
830 do cidadão saber ou não. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Isso
831 é inegável. Não estou falando que... **LUDSON, CRESS:** É para isso mesmo. **LUCAS,**
832 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Sim, mas a minha preocupação e é
833 importante que a gente tenha isso em mente é sobre a possibilidade de judicialização
834 disso. É algo que futuramente nós e todos aqueles que estiverem nessas cadeiras nos
835 representando, também vai ser uma preocupação que, por enquanto, agora, a gente
836 não está cuidando dessa judicialização, mas que futuramente isso pode virar uma onda,
837 assim como tem acontecido na saúde, assim como tem acontecido na educação. Isso
838 pode vir uma onda muito grande para a assistência social. Acho que é importante que
839 a gente tenha em mente futuramente mecanismos, junto com a SEDESE, para que a
840 gente consiga superar esse passivo com os municípios, tentar um diálogo mais
841 constante com esses municípios para que a gente consiga garantir a execução da
842 política. A gente sabe que o recurso é mínimo. Está bem aquém de aquilo que é
843 necessário para execução da política pública, mas que a gente tenha também esse
844 compromisso de pagar esse passivo que, de certo modo, vai dar para desafogar muito
845 daquilo que o município não conseguiu executar ao longo desses anos sem receber
846 esses recursos. Obrigado. **PRESIDENTE:** Juanita. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
847 Primeiro, registrar aqui que a planilha ficou muito boa, Presidente. Trouxe todas as
848 informações que a gente precisa. Nos dá um painel claro do buraco que o SUAS tem.
849 Eu acho que não cabe a gente fazer essa deliberação agora porque isso não é uma
850 informação oficial. Eu pedi só para apresentar aqui. Com certeza vai vir formalmente,
851 vai vir a proposta de pagamento, se tem ou não. A partir daí eu acho que a gente, a

852 comissão específica discute e propõe uma intervenção. Obrigada pela informação.

853 **PRESIDENTE:** Ok. Só voltando, a outra solicitação de apresentação da planilha com o

854 número de famílias do Cadastro Único ficou claro também? Porque são duas

855 informações. Podemos avançar? Ok. Obrigada. Retomando, a apresentação das

856 justificativas do plano de aplicação, das justificativas com a alteração. **ROBERTA,**

857 **SEDESE:** Retomando aqui a partir da 4133. Apoio ao controle social e gestão

858 descentralizada, que é a fonte recurso 56: R\$ 119.400,00 aqui do valor orçado. A meta

859 física no PPAG são 34 reuniões plenárias e conferências realizadas. Meta física mantida

860 conforme PPAG e PEAS. Alteração da meta financeira diz respeito ao orçamento

861 aprovado no LOA de 2022. O valor será suplementado ao longo do ano por saldo

862 financeiro de fonte 56 autorizado na reprogramação. As atividades são a manutenção

863 das atividades de apoio ao controle social incluindo reuniões, pagamento de

864 prestadores de serviço, capacitações, despesas de viagens dos Conselheiros, aquisição

865 de equipamentos. Aqui foi incluído agora nas atividades uma outra demanda também

866 que foi feita na reunião conjunta das comissões, que é despesas conforme planejamento

867 anual do conselho, manutenção da CIB, reuniões dos fóruns, URCMAS, caravanas e

868 reuniões descentralizadas conforme planejamento do CEAS. Esse último tópico foi

869 incluído conforme solicitação. **PRESIDENTE:** E só acrescentar a informação que o

870 planejamento do CEAS também vai ser objeto de deliberação nossa da parte da tarde.

871 Aí a Secretaria Executiva já fez uma proposta de reunião de URCMAS e retomadas. No

872 caso de outras atividades incluídas, isso também tem que entrar no nosso planejamento

873 que a gente vai discutir na parte da tarde. Só complementando a informação. **MARIA**

874 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu vou pedir à SEDESE para incluir também a linha da

875 reprogramação, porque se consta aí, mas para incluir o valor que a gente deliberou, que

876 foi R\$ 71.000,00, se eu não me engano. É que na proposta para a reprogramação do

877 fundo nacional para essa ação foi esse valor. Não foi? **ROBERTA, SEDESE:** Isso.

878 Quando a gente fez esse valor, a gente considerou aqueles 3% que é o mínimo do valor

879 a ser... **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu não me recordo mais. Eu só me lembro

880 que foi esse valor. **PRESIDENTE:** Ok. Registrado. Podemos passar para a próxima,

881 Roberta. **ROBERTA, SEDESE:** 4534. Piso mineiro de assistência social variável. Fonte

882 71. Valor orçado R\$ 1.000,00. Meta física, um município. A justificativa da meta física e

883 financeira, em relação ao PEAS, não se aplica. A ação não constava no PEAS 2020-

884 2023, elaborada em 2019, que na proposta original aglutinava as ações de piso fixo e

885 variável em uma só ação do piso mineiro de assistência social. Essa foi criada

886 posteriormente durante o processo de discussão participativa do PPAG na ALMG. A

887 meta física e financeira está de acordo com o PPAG e LOA vigente em 2022, em que

888 essa ação ainda consta como janela orçamentária. A ação já consta na proposta de

atualização do PEAS que foi enviada para o CEAS em abril de 2022 por meio do
Processo SEI nº 1480013630/2022-30. **PRESIDENTE:** Só acrescentando a justificativa,
a dificuldade nossa, enquanto FEAS e Subsecretaria de Assistência Social, levantar
essa informação do piso variável porque ele foi uma ação orçamentária criada no PPAG
de 2015. E ela foi uma ação orçamentária que aglutinou ações antigas da antiga série
histórica. E ela não foi executada nem em 2016, 2017 e 2018. Tem um passivo muito
grande. Só que isso está junto com o SPGF nosso, da SEDESE, que está com
dificuldade de levantar porque tem que fazer, como a gente fala, tem que casar os
relatórios do SEAFI, que é o Sistema de Empenho e Financeiro com o outro sistema
que é o SIGCON, onde registra o plano de serviços. Acho que para você fica mais claro
de entender isso. Essa informação a gente não tem pronta e a gente está construindo
junto com o SPGF, que é a informação do passivo do piso variável. **MARIA JUANITA,**
FEAPAES/MG: Nessa cadeira tem que ficar muito atenta a esse processo porque senão
a informação se perde e a gente não se dá conta. Por exemplo, essa série histórica,
antes do SUAS, que a gente não podia ter em hipótese alguma tirar dessa ação do
orçamento. Esse CEAS aprovou a extinção dessa ação do orçamento que era série
histórica. A CIB e o CEAS tinham que deliberar sobre essa série histórica, se ia acabar
ou se ia migrar para outra ação, se o piso variável ia acabar. Isso não foi feito pelos que
antecederam. Essa ação foi tirada do PPAG. Esse controle social não percebeu isso. E
os municípios estão com esse serviço lá, porque o serviço não fecha. Serviço para
criança, para idoso e para migrante. Um minuto que a gente vacila no controle social, o
SUAS corre um risco muito grande. Mas eu entendo perfeitamente o que a Secretária
colocou e a gente aguarda a informação. **PRESIDENTE:** Pode seguir, Roberta.
ROBERTA, SEDESE: 4535 – Rede Cuidar, aprimoramento da rede socioassistencial
do SUAS. Fonte 71. R\$ 1.000,00. Meta física 120 unidades assistenciais beneficiadas.
Justificativa não se aplica. A ação não constava no PEAS 2020-2023 elaborada em
2019. Foi criada posteriormente durante o processo de discussão participativa no PPAG
na ALMG. No momento da revisão do PPAG e elaboração da LOA 2022 não havia
orçamento destinado para a ação. Após acordo do governo com a ALMG foi definido o
direcionamento de recursos da fonte 71 para o Rede Cuidar que no ano de 2022 será
suplementado na ação por meio de decreto. A ação já consta na proposta de atualização
do PEAS, que foi enviada para o CEAS em abril de 2022 por meio do Processo SEI nº
1480013630/2022-30. **LUDSON, CRESS:** Qual é a previsão de valores? Pelo menos os
que estão sendo pleiteados, não é? **PRESIDENTE:** Sim. Isso eu posso esclarecer
também. Em 2021, a gente tem a lista fechada já que vai ser encaminhada. Foram 76
unidades. Para esse ano a previsão é de aproximadamente de 80 a 100 unidades. A
gente vai manter o quantitativo que a gente vem executando de 2019 até hoje. Isso é o

926 equivalente a R\$ 8 a R\$ 10 milhões. O valor por unidade que foi deliberado no ano
927 passado é R\$ 115.000,00 por unidade. Quando as unidades fazem o plano de trabalho,
928 algumas não fecham no R\$ 115.000,00, então na soma, depois que a gente pactua e
929 celebra, isso dá uma diferença. Mas em média é isso. **MARIA JUANITA,**
930 **FEAPAES/MG:** Eu estou entendendo que a SEDESE não conseguiu fazer esse
931 levantamento que a gente pediu também. **PRESIDENTE:** O de 2021 sim. **MARIA**
932 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Nós tínhamos pedido desde quando implantou o programa,
933 2019, 2020, 2021, que isso vai vir posteriormente. É uma tendência que a gente está. E
934 eu faço a mesma reflexão com os Conselheiros que aqui estão na nossa
935 responsabilidade de controle social por a gente brigar por coisas grandes e não ficar
936 brigando, no bom sentido, é claro, aqui nessa mesa, porque quando a gente fala que
937 esse conselho acordou em não fazer revisão do PEAS anualmente é um acordo
938 estranho minimamente. Porque a gente sabe que planejamento sempre precisa ser
939 alterado. Os acordos saem da cabeça dos Conselheiros. Os Conselheiros mudam. O
940 que fica, na verdade, é o papel. Na época que foi feito o PEAS 2019, a partir de 2020,
941 não tinha Rede Cuidar, mas ela foi incluída em 2020. Na revisão do PEAS 2021 essa
942 ação tinha que ter vindo. A gente precisa ficar muito atento porque o que norteia a
943 SEDESE e esse controle social é o PEAS, que é o principal instrumento que a gente
944 tem de controle social. Essa reflexão eu estou fazendo para esses Conselheiros que
945 estão aqui e por eu estar neste pleno também, porque muitas vezes a gente pensa
946 assim, que fica questionando muito, mas a gente precisa se ater a isso porque é o norte
947 que a gente tem para as deliberações que acontecem aqui, senão as deliberações ficam
948 soltas. Não tem isso registrado em instrumento de planejamento nenhum. Mas a gente
949 aguarda essa informação assim que possível. **ROBERTA, SEDESE:** Finalizamos.
950 **PRESIDENTE:** Obrigada. A Suzanne está pedindo inscrição também, e só para o nosso
951 encaminhamento ficar claro, a Suzanne já tem aqui algumas questões que ela quer
952 complementar. A Secretaria Executiva já tem uma proposta de resolução sobre o plano
953 de aplicação. Vou passar para a Suzanne e depois para a Secretaria Executiva
954 apresentar a proposta de resolução. **SUZANNE, SEDESE:** Na linha 1, a gente colocou,
955 já estava escrito “Destaca-se que foi distribuído o valor autorizado na LOA” e a gente
956 colocou essa frase “Contemplando-se também o valor já aprovado na reprogramação –
957 Resolução CEAS nº 1/2022”. Essa linha foi só essa alteração. **MARIA JUANITA,**
958 **FEAPAES/MG:** Só um esclarecimento, Suzanne. Essa ação teve reprogramação para
959 ela, não? **SUZANNE, SEDESE:** Teve não. É só o título que eu mudei. Ação 4129. As
960 linhas acima não foram alteradas. Eu acrescentei essa linha “Fonte 56 (Resolução
961 CEAS nº 1/2022)”, só para marcar que o valor não estava na LOA. Na coluna D, valor
962 R\$ 3.572.561,39. Na coluna G, o que eu fiz? Na coluna de atividades eu escrevi assim

963 “Conforme pactuado na Resolução CEAS nº 1/2022, em relação à reprogramação de
964 saldos das contas:” Só dei uma resumida no que está na resolução, por exemplo,
965 Capacita SUAS coloquei o número da conta e o valor que está lá no plano de
966 reprogramação. Eu coloquei esse padrão para todas as ações, mas eu vou citar.
967 Basicamente foi isso, eu coloquei um resuminho do que estava lá no plano de aplicação
968 e a quais contas essa soma se refere. Lá no plano está conta por conta, eu coloquei
969 uma soma. Lá no plano de reprogramação está conta por conta, eu coloquei uma soma
970 porque eu achei que ficaria menos poluído o arquivo. Ação 4130, que é a regionalização
971 da proteção social especial, na linha 13. Coloquei a mesma coisa “Fonte 56 (Resolução
972 CEAS nº 1/2022) Valor R\$ 685.231,80. E na coluna G a mesma coisa “Conforme
973 pactuado na Resolução CEAS nº 1/2022, em relação à reprogramação de saldo da
974 conta do bloco da proteção social especial.” E coloquei o número da conta. A próxima é
975 ação 4131, linha 16, “Fonte 56 (Resolução CEAS nº 01/2022) Valor R\$ 780.000,00. E
976 também na coluna G “Conforme pactuado na Resolução CEAS nº 1/2022, em relação à
977 reprogramação de saldo da conta do bloco da proteção social especial” e pus o número
978 da conta. É porque esse texto vai se repetir em todas. A próxima é a ação 4133, que é
979 a ação do CEAS, na linha 19, Fonte 56 (Resolução CEAS nº 1/2022) Valor R\$
980 89.474,92. Na coluna G atividade “Conforme pactuado na Resolução CEAS nº 1/2022,
981 em relação à reprogramação de saldo das contas”, coloquei o IGD do Bolsa Família e o
982 IGD-SUAS e o valor de cada um. É isso. **PRESIDENTE: Lucas. LUCAS, CONSELHO**
983 **CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Antes de a gente passar para a resolução, eu não
984 poderia deixar de falar no que diz respeito à ação do piso mineiro. Quando da nossa
985 reunião ordinária, saiu na mídia uma declaração do nosso governador a respeito do piso
986 mineiro com algumas informações quase que truncadas e não condizentes com aquilo
987 que discutimos neste conselho. Essa semana vi uma mídia de um dos pré-candidatos
988 ao Governo de Minas também trazendo sobre a discussão do piso mineiro. Eu não
989 poderia me furtar e deixar de falar sobre isso, porque é dever nosso, enquanto
990 Conselheiro, é defender a Política de Assistência Social, enquanto direito do cidadão,
991 aquele que dela necessite. Nós, enquanto conselho estadual, precisamos fazer a defesa
992 da discussão da Política de Assistência Social enquanto direito e essa discussão tem
993 que ser qualificada. Ela não pode ser discutida tão somente com base em números, tão
994 somente com base em especulações e sem conhecimento técnico daquilo que a gente
995 está fazendo. Toda aquela discussão que tivemos com relação à atualização do piso
996 mineiro, a verificação não só do quantitativo, dos valores que seriam empenhados,
997 destinados para essa ação, mas também da qualidade do serviço que deve ser
998 discutida. Eu, em algumas conversas de bastidores, cheguei a conversar com alguns
999 Conselheiros falando que a Política de Assistência Social vai estar no cerne e no centro

1000 da discussão das eleições deste ano. É claro que aqui não quero que avancemos para
1001 essa seara que não é uma seara nossa. Essa é uma seara partidária, mas, dentro da
1002 discussão da Política de Assistência Social, nós precisamos fazer a defesa e não aceitar
1003 que essa discussão da Política de Assistência Social seja discutida lá enquanto política,
1004 mas em termos de politicagem. Eu preciso deixar registrada essa manifestação que este
1005 Conselheiro, a sua representação não vai admitir, não vai aceitar que a Política de
1006 Assistência Social não seja discutida como deve ser, como discussão técnica, ouvindo
1007 os técnicos, justamente para que se garanta essa primazia da Política de Assistência
1008 Social enquanto direito do cidadão. Na oportunidade, como isso vai ficar registrado nos
1009 anais deste conselho, eu sugiro para que aqueles que pleiteiam uma cadeira no
1010 Governo de Minas Gerais que comecem a discutir a Política de Assistência Social de
1011 um ponto fundamental que é o valor mínimo, uma porcentagem mínima do orçamento
1012 para que seja destinado para essa política pública. E mais do que isso, a qualidade dos
1013 serviços. Mais do que isso, o passivo que temos com os municípios. Mais do que isso,
1014 a atuação e capacitação dos nossos trabalhadores que estão na ponta do serviço. Eu
1015 precisava fazer esse registro, porque aquilo me deixou com bastante indignação e isso
1016 ficou um pouco mais aflorado também, e tenho essa percepção por ser especialista na
1017 área eleitoral, isso vai para o centro do debate e precisamos fazer essa defesa e
1018 resguardar a imagem da Política de Assistência Social enquanto direito do cidadão. E,
1019 nessa oportunidade, eu sugiro também que este conselho faça uma nota pública,
1020 esclarecendo sobre o piso mineiro para que todos tenham conhecimento e que a nossa
1021 população não caia em determinadas falácias de discurso de marketing político.
1022 Obrigado. **PRESIDENTE:** Juanita está inscrita e depois Grazielle. **MARIA JUANITA,**
1023 **FEAPAES/MG:** Em parte eu já fui agraciada com a fala do Lucas. Eu ia sugerir também
1024 que este conselho fizesse uma nota de esclarecimento com relação ao pagamento do
1025 piso para disponibilizar nas redes sociais SEDESE ou, pelo menos, CEAS, e
1026 encaminhar para os municípios essa nota de esclarecimento. **LUCAS, CONSELHO**
1027 **CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Se me permite um aparte, Juanita, que seja
1028 publicado na imprensa também. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** E eu gostaria de
1029 fazer outra proposta, considerando a fala do Conselheiro, que esse CEAS faça uma
1030 proposta, apresente uma proposta aos candidatos ao Governo de Minas. Para a próxima
1031 plenária do dia 19 ou do dia 20, que a gente defina aqui qual que é a pauta da assistência
1032 social para os pleitos e que a gente tire aqui o representante ou a comissão que vai
1033 conversar com esses candidatos a governadores para assumir deles um compromisso
1034 nessa proposta. Essa é a minha proposta aqui. **GRAZIELE, CRP:** Contemplada com a
1035 fala do Lucas e da Juanita, mas só lembrar que essa nota de esclarecimento foi proposta
1036 na última plenária. A desorganização do CEAS reflete nessa dificuldade nossa. Nós já

1037 havíamos sugerido que essa carta de esclarecimento fosse feita na última plenária. E
1038 acaba que a temporalidade se perde, fica o que foi divulgado na mídia. Só fazer esse
1039 aparte que essa sugestão já havia sido colocada na última plenária. **PRESIDENTE:** Eu
1040 estou tomando nota aqui. Eu só queria propor como encaminhamento, a gente vai falar
1041 sobre piso mineiro na parte da tarde. Eu acho que na parte da tarde a gente pode tirar
1042 o encaminhamento da criação de um grupo, porque eu estou entendendo que vai ter
1043 que elaborar um texto. Tem que discutir, elaborar um texto. Esse grupo pode fazer isso.
1044 Traz na próxima plenária. A plenária aprova e dá o encaminhamento. Combinado? A
1045 Sirlene está tomando nota. Apoio da Secretaria Executiva, Daniel, Rosa, Paula, está
1046 auxiliando? Ok. Obrigada. **ARLETE, GRAAL:** E é interessante documentar essas
1047 questões porque a gente fica no vácuo com relação às respostas, tanto que a gente
1048 está aqui até hoje aguardando respostas que não chegam. A Juanita já chamou aí umas
1049 duas ou três vezes para o papel de Conselheiros e Conselheiras, e é isso mesmo,
1050 Juanita. A gente precisa estar atento e cobrar as respostas que não nos chegam. Eu
1051 espero que na plenária do próximo mês a gente tenha conseguido já esvaziar todas
1052 essas pendências que estão aí acumuladas. E que a gente possa prosseguir com mais
1053 clareza, eficiência, e cumprindo realmente esse papel que não é fácil. Eu estou saindo
1054 de um encontro nacional de grupo de mulheres e eu fiquei pensando o tempo todo lá:
1055 “Meu Deus, como que a gente aqui está conseguindo pontuar, avançar, esclarecer com
1056 mais celeridade do que nós no CEAS.” Eu fazia essa avaliação para mim mesma e até
1057 tentando tirar a minha culpa, porque todos os nossos trabalhos são em equipes, são os
1058 grupos, são as comissões, isso não é responsabilidade de uma ou duas pessoas, é
1059 responsabilidade de um pleno. Nós precisamos avançar. **PRESIDENTE:** Obrigada.
1060 Passamos para a leitura, pela Secretaria Executiva, da proposta de resolução? Feitas
1061 as inclusões sugeridas pela Conselheira Suzanne, já lidas. Essas inclusões vão para o
1062 documento que a SEDESE vai reenviar para o CEAS formalmente por ofício. E a gente
1063 passa para a leitura da proposta da resolução. Cirlene, por favor. **SIRLENE - CEAS:**
1064 “Resolução CEAS-MG s/nº/2022. Dispõe sobre a aprovação do plano de aplicação dos
1065 recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, em consonância
1066 com a Lei Orçamentária Anual de Minas Gerais de 2022. O Conselho de Assistência
1067 Social – CEAS-MG, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 13,
1068 da Lei Estadual nº 12.262, de 23/07/1996, pela Norma Operacional Básica do Sistema
1069 Único de Assistência Social 2012, NOBSUAS 2012, considerando a deliberação da 272ª
1070 Plenária realizada no dia 29/04/2022. Resolve: Aprovar o plano de aplicação dos
1071 recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, em consonância
1072 com a Lei Orçamentária Anual de Minas Gerais de 2022, conforme anexo considerando
1073 as informações e documentos enviados pela SEDESE, registrados no Processo Sei nº

1074 148001442/2022-67 e deliberação da plenária. Essa resolução entra em vigor na data
1075 de sua publicação. Belo Horizonte, 18 de maio de 2022. Mariana de Resende Franco.
1076 Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social Minas Gerais.” **PRESIDENTE:**
1077 Inscrição do Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu só
1078 queria acrescentar um parágrafo único no artigo 1º, no sentido de... Parágrafo único, no
1079 art. 1º Cirlene. Só no considerando, por que está 29 de abril? Na proposta já está 18 de
1080 maio. É a 35ª extraordinária. **SIRLENE - CEAS:** Quem está mexendo junto comigo?
1081 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Vamos para o parágrafo único
1082 e deixa o pessoal ajustar lá. “Parágrafo único – A aprovação mencionada no caput não
1083 desobriga o encaminhamento das informações solicitadas nas comissões.” Você quer
1084 sugerir para nominar, Juanita? **PRESIDENTE:** Só para melhorar a redação para ver se
1085 fica de acordo, lá no ofício, Cirlene, têm os dois pontos que a gente ficou de encaminhar.
1086 Você pode copiar e colar. Está no ofício. Têm dois pontos que a gente fala que vai,
1087 exatamente, é isso aí. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Você
1088 pode alterar o texto, Cirlene? “As informações que dizem respeito:” Aí você coloca inciso
1089 I e II. **PRESIDENTE:** Acrescenta “Piso mineiro de assistência social fixo e variável.” É
1090 porque a gente já trouxe um aqui, mas a gente vai encaminhar ela formalmente. Inciso
1091 II, ok. Juanita, está contemplada com a redação? Ok? **MARIA JUANITA,**
1092 **FEAPAES/MG:** Nessa resolução eu proponho incluir dois artigos novos que são de
1093 recomendação. A SEDESE que articule com a Secretaria da Fazenda as medidas
1094 necessárias para o pagamento dos passivos dos recursos dos pisos mineiro fixo,
1095 conforme apresentado em plenária. Recomendar à SEDESE que articule com a
1096 Secretaria da Fazenda as medidas necessárias que assegurem a regularização dos
1097 repasses... eu anotei aqui e vocês fiquem à vontade para contribuir. “Os repasses dos
1098 recursos do piso mineiro fixo”, coloca o número da ação e do variável. **PRESIDENTE:**
1099 Cirlene, no início do artigo 2º, você vai incluir a palavra ‘recomendar’. Que a SEDESE
1100 articule com a Secretaria da Fazenda. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Recomendar
1101 à SEDESE que articule com a Secretaria da Fazenda as medidas necessárias para
1102 assegurar a regularização dos repasses dos recursos dos passivos do piso mineiro fixo
1103 e variável. E inclui o número das ações orçamentárias. É o número das ações. Referente
1104 aos respectivos anos. Eu não sei falar as ações porque tem que falar com a Sirlene para
1105 colocar na resolução. **SILVESTRE, SEF/MG:** Mariana, ao meu modo de ver não é
1106 preciso colocar 4132. Eu acho que esse processo de articulação com a Secretaria da
1107 Fazenda e, como representante da Fazenda aqui nesse processo, eu me coloco à
1108 disposição para participar dessa articulação, para buscar um processo, um canal. E já
1109 estou colocando em outra situação, que é colocando a Roberta aqui já em contato com
1110 o diretor do tesouro, para que ela possa já encaminhar alguma coisa que ela necessita.

1111 Dando sequência a esse processo, eu me coloco à disposição para essa articulação.
1112 Mas eu entendo que não precisa colocar as ações. Eu acho que nessa articulação já
1113 engloba. Não é só isso, não. São todos os aspectos que têm que ser envolvida a
1114 Secretaria da Fazenda nesse processo. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Na
1115 verdade, são duas propostas. Eu propus uma e o Conselheiro Silvestre está
1116 apresentando uma nova redação excluindo as ações. Para mim é indiferente. Eu acho
1117 muito importante essa sua ação, Silvestre. Você está lá dentro e articular isso para o
1118 conselho é muito bom. Eu gostaria de recomendar também, fazer uma outra inclusão
1119 de artigo, que é recomendar à SEDESE que envie esforços necessários ao projeto de
1120 Lei Orçamentária Anual de 2023 para manutenção das ações, das três ações que estão
1121 na LOA e que não sejam com janela orçamentária. Não sei como é que faz aí, que é a
1122 ação de assistência para população em situação de vulnerabilidade. Recomendar à
1123 SEDESE que envie esforços necessários ao projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023
1124 para a manutenção das ações 1049, 1066, 4534 e 4535, com o valor orçamentário.
1125 **ELDER, SEDESE:** Eu acho que é ‘envide esforços’ porque está envie reforços. **MARIA**
1126 **JUANITA, FEAPAES/MG:** São essas as minhas contribuições. **SILVESTRE, SEF/MG:**
1127 Presidente, só complementando a minha fala. Eu gostaria de deixar claro a você que a
1128 Secretaria da Fazenda está aberta a essas propostas, a escutar isso. Isso faz parte da
1129 cultura da Secretaria da Fazenda nessa área. E é importante demais ouvir da SEDESE
1130 essas propostas. E, para isso, volto a falar que estamos às ordens aqui como
1131 Conselheiro e como servidor da Secretaria da Fazenda. **PRESIDENTE:** Muito obrigada,
1132 Silvestre. A sua participação, com certeza, é fundamental aqui para este conselho neste
1133 processo. Obrigada. **SUZANNE, SEDESE:** Só porque o quadro do que a gente alterou,
1134 a planilha vai como anexo da resolução. Eu só queria confirmar se o anexo com as
1135 alterações que eu falei está aprovado. Se pode usar ele mesmo. **PRESIDENTE:** Sim.
1136 Aprovado. Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu também
1137 quero incluir um artigo recomendando. **PRESIDENTE:** Cirlene, vamos fechar os dois
1138 artigos e partir para mais um. Artigo 2º que foi incluído. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**
1139 **DE CURVELO - SSVP:** Posso sugerir alteração da redação para colocar “Artigo 2º -
1140 Recomendar à SEDESE: inciso I.” **PRESIDENTE:** É inciso. Isso. O outro você vai
1141 transformar em inciso também. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
1142 **SSVP:** A mesma coisa. **PRESIDENTE:** Inciso II. Isso. E o Lucas vai propor mais um.
1143 **SIRLENE - CEAS:** Inciso ou artigo? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
1144 **SSVP:** Inciso. **PRESIDENTE:** Tira a palavra ‘recomendar’. **LUCAS, CONSELHO**
1145 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Isso. E você vai colocar ‘envidar esforços’.
1146 “Articulação com o Conselho Estadual – CEAS-MG para elaboração de plano
1147 estratégico de fortalecimento do controle social.” Isso é uma deliberação que foi trazida

1148 na aprovação do 2º trimestre de 2021. Discussão nas comissões. Vai ser tudo no
1149 infinitivo. O primeiro também é a mesma coisa. Um plano estratégico para fortalecer
1150 aquelas ações da 4133. **PRESIDENTE:** Do controle social. O que o Lucas está
1151 solicitando é a elaboração de um plano estratégico de fortalecimento do controle social
1152 que foi falado no ano passado. É isso que ele está lembrando aqui. E ele está pedindo
1153 para constar isso também na parte de recomendação. **SUZANNE, SEDESE:** Posso dar
1154 uma sugestão, Lucas? É melhor a gente procurar na ata e a gente coloca conforme
1155 pactuado na plenária do dia tal. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
1156 **SSVP:** Tem resolução da aprovação. **SUZANNE, SEDESE:** Está escrito? **LUCAS,**
1157 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Está escrito. **SUZANNE, SEDESE:** É
1158 bom mencionar. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** A resolução
1159 que aprovou a prestação de contas do 2º trimestre tem essa menção. **SUZANNE,**
1160 **SEDESE:** Ótimo. A gente procura. Só para eu esclarecer para os Conselheiros que não
1161 estavam aqui na gestão passada. No momento em que a gente estava analisando a
1162 prestação de contas do 3º trimestre, a gente notou que tinha uma execução financeira
1163 muito baixa na ação do CEAS. A prestação de contas foi aprovada com essa ressalva
1164 de que fosse feito com a SEDESE e com o conselho o planejamento de execução dos
1165 recursos dessa ação para esse ano. É só para esclarecer para quem não estava aqui.
1166 **PRESIDENTE:** Eu estou conversando aqui em paralelo também. É importante
1167 esclarecer que a gente vai deliberar o planejamento também hoje à tarde para ficar
1168 atento a isso que a gente tem que incluir no planejamento. Apresentadas as
1169 considerações, posso colocar em votação? Os Conselheiros estão esclarecidos para
1170 colocar o assunto em votação? Sim? Conselheiros que aprovam a proposta de
1171 resolução apresentada sobre aprovação do plano de aplicação dos recursos. **MARIA**
1172 **JUANITA, FEPAES/MG:** Presidente, uma questão de ordem. Desculpa. Eu comi
1173 mosca. Na ementa da resolução, porque lá está reportando somente à LOA de 2022.
1174 Mas nós fizemos a inclusão da reprogramação de recursos do fundo nacional. Então,
1175 eu acho, eu entendo que tem que vir no artigo 1º e lá na ementa ou, se vocês acham
1176 que não, é uma observação. **PRESIDENTE:** Vamos só pensar na redação da ementa.
1177 “Dispõe sobre a aprovação do plano de aplicação dos recursos alocados no FEAS em
1178 consonância com a lei orçamentária anual de Minas Gerais tal e Resolução CEAS nº
1179 01/2022.” Só citando a resolução já fica claro. E acrescentar embaixo. Colocando em
1180 votação proposta de resolução CEAS que dispõe sobre aprovação do plano de
1181 aplicação dos recursos alocados no FEAS em consonância com a LOA 2022 e
1182 Resolução CEAS nº 01/2022. Conselheiros que aprovam, manifestem, por favor.
1183 Conselheiros que não aprovam, não concordam, manifestem. Sem manifestações.
1184 Conselheiros que se abstém, sem manifestações. A proposta de resolução aprovada

1185 por unanimidade. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Presidente,
1186 questão de ordem. Como se trata de uma matéria orçamentária, planilha, é votação
1187 nominal. **PRESIDENTE:** Muito obrigada. Planilha, Cirlene. **SIRLENE - CEAS:** Mariana?
1188 **PRESIDENTE:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Elder? **ELDER, SEDESE:** Pela
1189 aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Érica? **PRESIDENTE:** A Érica não está. O suplente.
1190 **SIRLENE - CEAS:** Daniel? **MARIANA:** Daniel está presente. **DANIEL:** Pela aprovação.
1191 **SIRLENE - CEAS:** Lígia: **LÍGIA:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Magna? **MAGNA:**
1192 Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Silvestre? **SILVESTRE, SEF/MG:** Pela aprovação.
1193 **SIRLENE - CEAS:** Arlete? **ARLETE, GRAAL:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:**
1194 Gabriela? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Grazielle?
1195 **GRAZIELE, CRP:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Isac? **ISAC, ASQUIS:** Pela
1196 aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Kariny? **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** Aprovado.
1197 **SIRLENE - CEAS:** Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:**
1198 Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Leandro? **LEANDRO:** Pela aprovação. **SIRLENE -**
1199 **CEAS:** Ludson? **LUDSON, CRESS:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Maria Juanita?
1200 **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Marilene?
1201 **MARILENE, FETAEMG:** Pela aprovação. **SIRLENE - CEAS:** Simone? **SIMONE,**
1202 **CMAS/BH:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Muito obrigada. Aprovado. Agora,
1203 11h48min. Pergunto: saímos para o almoço e retornamos às 13h em ponto para as
1204 pautas da parte da tarde? Pela aprovação? Ok. Obrigada. **PRESIDENTE:** E é aqui que
1205 eu peço a atenção de todos vocês para os membros da sociedade civil, Dona Arlete. A
1206 senhora tem notícia? Chama? Aguardamos mais um pouquinho? Nosso próximo ponto
1207 de pauta é planejamento das comissões e planejamento do CEAS. Precisamos dos
1208 coordenadores de comissão, da Secretaria Executiva e dos técnicos da Secretaria
1209 Executiva que vão colocar a proposta aqui que foi feita. **SIRLENE - CEAS:** Mariana, nós
1210 vamos começar com a do CEAS ou com alguma comissão? **PRESIDENTE:** Eu acho
1211 importante a das comissões primeiro. Cada coordenador ou técnico da Secretaria
1212 Executiva apresenta. Os coordenadores que não estiverem... **SIRLENE - CEAS:** O
1213 coordenador da Comissão de Normas já está presente. **PRESIDENTE:** A Soraia não
1214 veio hoje. O João Vitor não chegou ainda e está faltando a Juanita. Só a de normas que
1215 está aqui. O Isac. Daniel, é você que vai apresentar o planejamento da Comissão de
1216 Orçamento? **ROSA - CEAS:** Ele já está aqui no drive. **PRESIDENTE:** O nosso ponto de
1217 pauta agora é planejamento das comissões e planejamento do CEAS. Eu vou pedir ao
1218 coordenador da comissão e o técnico da Secretaria Executiva para apresentar.
1219 Comissão de Normas está aqui presente. O coordenador é o Ludson e a Rosa é a
1220 técnica. E só adiantando uma questão também que está aqui para a gente corrigir nas
1221 comissões que isso ainda não foi feito. A gente precisa, em todas as comissões, ter um

1222 coordenador e o coordenador adjunto. Na ausência do coordenador a gente tem um
1223 adjunto que responde pela comissão. A Secretaria Executiva pontuou que não foram
1224 escolhidos os coordenadores adjuntos de algumas comissões. Não é isso? Eu queria
1225 aproveitar já o coordenador presente, o técnico, já apresentam o planejamento e a gente
1226 já pontuar também essa questão do coordenador adjunto. Por favor, Ludson,
1227 Coordenador da Comissão de Normas. **LUDSON, CRESS:** Boa tarde. Nós fizemos
1228 ontem uma discussão da Comissão de Normas com base nas atribuições da comissão
1229 colocadas pelo regimento e por outras normativas. E também considerando as
1230 deliberações da conferência e das conferências regionais de assistência social. Para a
1231 gente ir bem rápido, ler só a ação e o prazo, que eu acho que vai ser mais resolutivo.
1232 Dentro das coisas que a gente pactuou e têm algumas prioridades da Comissão de
1233 Normas, acredito, que são lidar com as questões de barragens. Em parceria com a
1234 Comissão de Apoio aos Conselhos, questões referentes à capacitação também foram
1235 abordadas no nosso grupo. A gente tem outros Conselheiros da comissão que também
1236 quiserem intervir, o espaço está aberto para a gente apresentar em conjunto. Mas a
1237 primeira ação que a gente pontuou seria regulamentar o processo de denúncias do
1238 CEAS. A comissão tem a tarefa de fazer um pouco esse exercício de pensar uma
1239 regulamentação. Fazer o estudo dessa temática. A gente tinha colocado o prazo para
1240 junho, mas a gente já vai ter que rever. Algumas coisas, rever não. Está certo. É junho
1241 mesmo. Estou pensando que a gente está no mês de junho. A gente está em maio. Está
1242 certo. É isso mesmo. Segundo ponto é capacitação continuada para os Conselheiros e
1243 todos os técnicos da Secretaria Executiva do CEAS nas resoluções estaduais,
1244 nacionais, código de ética, atribuição dos Conselheiros, inscrição de entidades,
1245 Regimento Interno, entre outros assuntos. Uma ação contínua da Secretaria Executiva,
1246 em relação as próprias barragens, a gente já teve uma discussão em termo de
1247 capacitação inicial junto com a Rosa e têm mais tarefas a serem feitas acerca disso. E
1248 também junto com o plenário, Mesa Diretora e outras comissões. Plano para melhorar
1249 a qualidade do acesso às informações do CEAS. O conselho teve problemas sérios com
1250 a questão de acesso à informação há um tempo atrás. Acho que essa é uma demanda
1251 do próprio plenário, no sentido de a gente ter uma regulamentação, uma normatização
1252 desse processo. E a gente está colocando isso como objetivo da Comissão de Normas
1253 para dezembro deste ano, até dezembro. Realizar capacitação aos CMASs. Aqui uma
1254 atribuição em conjunto com a Comissão de Apoio aos Conselhos que é a protagonista
1255 desse tipo de intervenção, dividido por regionais sobre Regimento Interno, lei de criação,
1256 planejamento, Secretaria Executiva, conforme artigo 30 da LOAS. A gente tinha
1257 originalmente perspectivado o início dessa discussão com a Comissão de Apoio para
1258 maio, só que a gente já está em maio. Tem uma questão de agenda que a gente vai

1259 precisar ajustar. Provavelmente seria interessante a gente passar isso para julho e o
1260 início das tratativas para julho para a gente conseguir ajustar em termos de cronograma.
1261 Capacitação interna da Comissão de Normas em relação ao Plano de Assistência Social
1262 para a população atingida por construções de barragens. A gente já tem algumas
1263 discussões colocadas pela própria comissão que a gente fez no mês de maio e temos
1264 a questão de capacitar novos Conselheiros. Acho que isso vai ter que ficar para depois.
1265 A gente poderia colocar maio e junho. Algumas ações ficaram defasadas porque a gente
1266 fez o planejamento da comissão há algum tempo, mas, no desenrolar desse mês, a
1267 realidade já mostrou algumas coisas diferentes. Depois, discussão sobre a política
1268 estadual dos atingidos por barragens, no caso, a Lei nº 23.795/2021, também uma
1269 pendência importante. Ela faz uma reconfiguração das obrigações do estado em relação
1270 à temática de barragens. Isso impacta necessariamente o CEAS e, dependendo da
1271 interpretação que a gente faça dessa norma, o CEAS vai passar a ter que opinar por
1272 todos os tipos de barragens do estado. A Comissão de Normas e o plenário, o conjunto
1273 dos Conselheiros vai ter que pensar em uma proposta de regulamentação para o
1274 governador, uma regulamentação interna, de forma que a gente possa dar tratamento
1275 a esse tipo de assunto com exequibilidade. A gente colocou o início da discussão sobre
1276 a regulamentação no mês de junho, tendo em vista que esse vai ser um tema de longo
1277 prazo. É um início da discussão. A gente vai ter que se apropriar dela. Discussão acerca
1278 da composição do CEAS. Existe um problema e a gente viu isso em relação ao próprio
1279 decreto. A gente tem hoje uma normatização precária acerca da composição do CEAS,
1280 principalmente no que diz respeito à sociedade civil. A gente vai ter que retomar essa
1281 discussão tendo em vista a própria deliberação já aprovada pelo conselho. Isso está
1282 colocado como tarefa para a comissão no segundo semestre desse ano. Fechar essa
1283 discussão. Apresentar algo para o colegiado com base naquilo que o próprio CEAS já
1284 aprovou em tempos anteriores. Criar um caderno com modelo de leis, resoluções,
1285 inscrição e fiscalização, entidades, entre outros. Aqui seria uma forma de também
1286 pensar junto com a Comissão de Apoio aos Conselhos ações de orientação, de
1287 capacitação para os municípios no âmbito do controle social. E a ideia da comissão
1288 seria uma ação bem interessante produzir esse caderno nesse tempo, talvez lançá-lo,
1289 aliás, produzir esse caderno até o primeiro semestre de 2023 para lançá-lo na
1290 conferência de assistência social. Lançar na conferência tendo em vista que se trata de
1291 uma proposta de fortalecimento do controle social. Outro objetivo, consolidação da mesa
1292 de diálogo com o sistema de justiça, o judiciário, Ministério Público e aqui uma atribuição
1293 a ser exercida junto com a Comissão de Política. Como é uma ação contínua, que tem
1294 um cronograma específico, a gente não delimitou um prazo para ela. Esse é o
1295 planejamento da comissão. Rosa, se quiser fazer alguma consideração ou algum outro

1296 Conselheiro da comissão que queira fazer. **PRESIDENTE:** Conselheiros da Comissão
1297 de Normas? Rodrigo. **RODRIGO:** Sobre o caderno, é tão importante, porque na
1298 entidade na qual trabalho sou responsável por essa articulação, essa interlocução com
1299 os conselhos, criança e adolescente e assistência. A gente está vivendo um momento
1300 muito difícil, porque tem conselho municipal, região metropolitana e interior pedindo
1301 cível, criminal dos nossos dirigentes. Pedindo também plano bianual. Resolução 14 fala
1302 em plano anual, plano de ação. É uma possibilidade de a gente aproximar. A gente não
1303 sabe tudo. A gente não suposta saber nessas coisas assim, mas é uma forma de a
1304 gente fortalecer o SUAS na ponta no interior. Afasta, muitas vezes, a entidade. Afasta a
1305 implementação da política pública nova. No caso da minha entidade, a gente está
1306 fazendo ampliação, muitas vezes com um empresário procurando, querendo fazer a
1307 implantação do serviço no interior, na ponta, e infelizmente a gente está vivendo isso
1308 agora. Existindo uma desregulamentação, a gente não sabe por quê, mas, enfim, está
1309 rolando isso aí agora no interior. E é difícil. Traz um retrabalho. Cria ônus para a
1310 entidade. Isso está tudo fora da resolução 14, de as outras normativas e também do
1311 MROSC. Obrigado. **PRESIDENTE:** Mais algum Conselheiro da Comissão de Normas?
1312 Alguma outra questão para a Comissão de Normas? Podemos passar para a próxima
1313 comissão? Sim, desculpa, Juanita. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu não sei se
1314 comi mosca, se eu cheguei atrasada, provavelmente devo ter perdido parte da
1315 apresentação do planejamento da comissão. Com relação à resolução, que a proposta
1316 de resolução que trata de denúncia, o CEAS já tem. É atualizar essa resolução que
1317 vocês estão propondo? Atualizar, não é? Ótimo. Que bom. **ROSA - CEAS:** Se não me
1318 engano é a 642/2018. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Outra coisa, é com relação
1319 ao decreto. Vocês trouxeram qual é a proposta da comissão com relação ao decreto?
1320 Quais são as ações que vão ser feitas? Porque o nosso principal foco é esse decreto e
1321 a resolução, e a lei do CEAS que precisa ser atualizada. Eu vi ali que são as
1322 representações, composição do CEAS. Eu não sei se é articular com a assembleia ou
1323 com o próprio executivo para um projeto de lei e alterar a lei do SUAS. A lei do SUAS
1324 do estado precisa ser atualizada. Eu não sei se tem. Se vocês trouxeram o decreto e a
1325 necessidade de alterar a lei do SUAS. O que a comissão vai trazer nesse sentido.
1326 Obrigada. **LUDSON, CRESS:** Juanita, a gente abordou, sim. Na verdade, a ideia da
1327 comissão, até com base no histórico recente do CEAS, o conselho inclusive aprovou
1328 uma proposta de lei para tentar resolver esse problema do decreto, da composição. E a
1329 ideia da comissão é partir desse debate e também fazer, propor articulações, ou até
1330 mesmo atualização dessa deliberação para o plenário. Está contemplado no
1331 planejamento sim, tanto essa questão da articulação como da própria abordagem do
1332 tema da composição. Do decreto, sim. Tudo é um assunto conexo. Eles estão

1333 vinculados. **PRESIDENTE:** Obrigada. Podemos passar para a próxima comissão? A
1334 Comissão de Normas já foi. Comissão de Apoio, a gente vai aguardar o João Vitor
1335 porque ele falou que está chegando. Comissão de Orçamento ou a Comissão de
1336 Política. A Comissão de Política, a Soraia não está presente, mas a técnica e o
1337 coordenador adjunto. Você quer fazer, Kariny e Adelmira? Pode ficar à vontade.

1338 **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** Nós nos reunimos na última reunião do dia 28 e
1339 também reunimos on-line, porque a gente não deu conta, no dia 9 de maio. Nós optamos
1340 pela aprovação do planejamento realizado. E uma das ações que a gente discutiu
1341 bastante foi a necessidade de fazer uma comissão de acompanhamento de benefícios
1342 e transferência de renda, uma outra comissão. E também uma necessidade da gente
1343 capacitar essa plenária sobre a instituição dessa nova comissão e, bem como, a gente
1344 sugeriu uma convidada para fazer isso, que é a Mariana. Ela trabalha aqui em Belo
1345 Horizonte, e a sugestão de alguém da SUBAS estar presente. Eu sou da Comissão de
1346 Política. Nessa proposta aprovada, o primeiro tema foi a apuração de denúncia recebida
1347 no conselho estadual. Ela vai ser embasada na leitura da Resolução nº 642, que dispõe
1348 sobre os procedimentos que a comissão adota... **LUDSON, CRESS:** Desculpa
1349 interromper, Kariny. A Juanita estava até lembrando aqui. Eu reparei que faz todo o
1350 sentido, é que a gente não fez a votação aprovando o planejamento da Comissão de
1351 Normas. **PRESIDENTE:** É porque eu ia passar comissão por comissão, mas a gente
1352 pode retornar, sim. **LUDSON, CRESS:** Só para a gente votar de uma vez.

1353 **PRESIDENTE:** Podemos. A plenária está esclarecida para votar a proposta de
1354 planejamento da Comissão de Normas? Colocamos em regime de votação. Os
1355 Conselheiros que aprovam a proposta da Comissão de Normas podem se manifestar.
1356 Não precisamos fazer votação por planilha para esse item. Algum Conselheiro discorda
1357 ou não aprova a proposta da Comissão de Normas? Algum Conselheiro se abstém de
1358 votar? Aprovada a proposta da Comissão de Normas. Obrigada. **LUDSON, CRESS:**
1359 Desculpa, Kariny. **PRESIDENTE:** Muito obrigada. Só para a gente retomar. Kariny,
1360 Coordenadora Adjunta da Comissão de Política, porque a Soraia não pôde estar
1361 presente hoje, continua apresentando a proposta da Comissão de Política. **KARINY,**
1362 **BEM ESTAR DO MENOR:** Vocês entenderam que a nossa proposta é para a
1363 aprovação, nosso encaminhamento enquanto comissão. A gente discute depois. A
1364 apuração de denúncia recebida no conselho é fundamentada pela resolução que adota
1365 todos os procedimentos a serem aplicados. Ela é como uma ação contínua e como
1366 fazer, analisar a denúncia, identificar documentos que comprovem ou não, analisar
1367 fatos, solicitar informações complementares, analisar respostas de processos, realizar
1368 encaminhamentos e deliberar em plenária. **PRESIDENTE:** Pode continuar e, no final da
1369 sua apresentação, a gente vai para a discussão. Está bom? **KARINY, BEM ESTAR DO**

1370 **MENOR:** Ok. Analisar as ações da gestão estadual do SUAS através do relatório de
1371 gestão estadual anual do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais.
1372 Justificativa: de acordo com a Lei Estadual nº 12.262/1996, compete ao CEAS, inciso
1373 XXVI, aprovar relatório anual de gestão da política estadual de assistência social e
1374 conforme está na Resolução nº 33/2012, que aprova a norma operacional básica. Como
1375 fazer. Analisar o relatório com a Comissão de Normas e Orçamento, discutir a execução,
1376 fazer encaminhamentos, deliberar em plenária uma ação anual, acompanhar, avaliar e
1377 fiscalizar benefício e transferência de renda. NOBSUAS Resolução nº 33/2021, inciso
1378 IV, artigo 121, inciso XXXII do artigo 25 do Regimento Interno do CEAS. É a justificativa.
1379 Como fazer. Sugerir à instituição de comissão de acompanhamento de benefícios,
1380 transferência de renda com membros de todas as comissões, conforme o conselho
1381 nacional. Essa é uma ação contínua. É nessa proposta que a gente colocou a sugestão
1382 de ter um treinamento com os novos Conselheiros e a gente, como sociedade civil,
1383 sugeriu a Mariana, de Belo Horizonte, e alguém da SUBAS. Vou passar para a Adelmira
1384 para me ajudar. **ADELMIRA - CEAS:** O que eu queria colocar é porque a comissão
1385 discutiu e foi sugerido na plenária de fevereiro, que a Comissão de Política assumisse
1386 esse ponto, mas a Comissão de Política entendeu que às vezes é necessário instituir
1387 uma comissão específica. Mas para tomada dessa decisão, fazer uma capacitação do
1388 conselho convidando algumas pessoas, inclusive a comissão sugeriu esse nome, para
1389 avaliar se ela mesma assume ou se institui uma comissão específica. É só esse detalhe.
1390 **PRESIDENTE:** Eu vou deixar a Conselheira Juanita. Eu também tenho uma colocação.
1391 **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É só quando ela terminar, estou me inscrevendo
1392 para fazer. **PRESIDENTE:** Eu acho que ela voltou em um ponto, vocês me dão licença
1393 para eu falar, porque é assim, criação de nova comissão, a gente tem que inclusive
1394 alterar o Regimento Interno. O nosso Regimento Interno já traz as comissões
1395 permanentes. O meu entendimento, acho que talvez a gente pode também aprofundar
1396 em outro momento, a gente cria grupos de trabalho temporários para determinados
1397 assuntos. Mas criar uma nova comissão, a gente dependeria inclusive de alteração de
1398 Regimento Interno do conselho. Alteração de toda a estrutura de funcionamento do
1399 conselho, porque olhando o nosso Regimento Interno, no artigo 25, fala das comissões
1400 temáticas de caráter permanente que integram a estrutura do CEAS. Nossas comissões
1401 são de caráter permanente. Comissões provisórias seriam os grupos de trabalho. Só
1402 trazer essa questão, acho que merece uma reflexão. Não acho que é para agora. Eu
1403 estou entendendo que a comissão discutiu isso lá e está trazendo. Talvez a gente
1404 colocar isso até como ponto de discussão de plenária em outro momento. Só esse
1405 ponto, Kariny. **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** Iara, você me ajuda aqui.
1406 **PRESIDENTE:** Vamos dar sequência na sua apresentação e depois a gente abre

1407 inscrição para todo mundo? **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** O que foi discutido é
1408 que a gente faça um treinamento primeiro, se enche de conhecimento para ver se há a
1409 necessidade ou não de uma criação permanente. Se for deliberar para uma permanente,
1410 a gente altera o Regimento Interno. Só para a gente... **PRESIDENTE:** Então a proposta
1411 da comissão é ter um treinamento sobre essa pauta. Ok. É isso, gente? **KARINY, BEM**
1412 **ESTAR DO MENOR:** Avaliar. Precisa treinar e avaliar bem porque a gente não se sente
1413 seguro para fazer isso nesse momento. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
1414 **CURVELO - SSVV:** Uma questão de ordem e pedir um apoio da Secretaria Executiva
1415 para verificar a ata da plenária de janeiro. Acho que houve uma deliberação da plenária
1416 pela criação dessa comissão e resgato o embate que tive junto com a Juanita. Ela
1417 querendo propor uma comissão nova e eu sugeri que fosse uma comissão formada por
1418 membros das que já existiam. Só queria fazer esse resgate para ver se houve a
1419 deliberação da criação dessa comissão ou não. Só fazer esse resgate das atas. Não sei
1420 se de dezembro ou de janeiro. Acredito que é de janeiro. **PRESIDENTE:** Até para clarear
1421 o entendimento de todo mundo. A própria Comissão de Política está dizendo que
1422 primeiro precisa de um treinamento para avaliar melhor a questão. É isso. Eu acho que
1423 até o ponto de criação de comissão vai ficar para depois dessa capacitação que a
1424 própria comissão levantou como necessária. **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** Até
1425 porque as normas, por exemplo, do benefício Auxílio Brasil ainda são muito obscuras,
1426 eu acho que a nível nacional. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu queria dar uma
1427 sugestão aqui que a Kariny concluísse a leitura do planejamento da comissão e os
1428 Conselheiros anotassem as contribuições que gostariam de fazer para a gente avançar
1429 na pauta. É a minha proposta. **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** Definir temas afetos
1430 à comissão que estejam na pauta do dia a dia. Essa é uma ação contínua. Ela é
1431 justificada pelo próprio Regimento Interno, artigo 2, no item 12, que é fiscalizar,
1432 acompanhar e avaliar os serviços da assistência social prestados no estado,
1433 especialmente com relação às condições de acesso da população a esses serviços,
1434 indicando medidas pertinentes a correção de exclusões constatadas. É uma ação
1435 contínua. Esse é o nosso planejamento. Encerro e abro para discussão. **PRESIDENTE:**
1436 Está aberta a discussão. A Conselheira Juanita se inscreveu. **MARIA JUANITA,**
1437 **FEAPAES/MG:** Considerando as atribuições da comissão no Regimento Interno, eu
1438 entendo que essa comissão tem 3 eixos que têm que constar no planejamento. E eu
1439 não consegui visualizar. Me corrija se eu estiver errada, Kariny. Vocês propõem criar ou
1440 alterar a resolução uma forma de apurar denúncia. A Comissão de Normas já está
1441 trazendo isso. A gente tem que ver em qual comissão vai ficar porque Normas já trouxe,
1442 nós já aprovamos. Alterar a resolução do CEAS que trata de denúncias. Não? A primeira
1443 ação. Apuração de denúncias. Olha lá. **PRESIDENTE:** Fala alto no microfone, Adelmira.

1444 **ADELMIRA - CEAS:** A função da Comissão de Política gera muito entorno da apuração
1445 de denúncias que chegam cotidianamente. Essa primeira ação está falando só da
1446 apuração de denúncias recebidas no CEAS. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É uma
1447 ação continuada da comissão, é isso? **ADELMIRA - CEAS:** Continuada, direcionada
1448 para a Comissão de Política. Não fala de alteração da resolução. **MARIA JUANITA,**
1449 **FEAPAES/MG:** Entendi. É função de todas as comissões que diz afeto àquela questão
1450 específica da comissão que tem essa função. A gente precisa, eu não consegui
1451 visualizar, como é que a comissão vai avaliar o PEAS, que é de função dessa comissão,
1452 apesar da deliberação da revisão ser conjunta, o monitoramento, a fiscalização da
1453 execução do Plano Estadual de Assistência Social, no meu entendimento é dessa
1454 comissão. Com relação a acompanhar benefícios de transferência de renda, porque a
1455 gente tem dois benefícios que foram instituídos no âmbito do estado nessa questão da
1456 Covid-19, que é uma preocupação que esse CEAS tem que ver como é que está a
1457 execução desse recurso que é transferido para as famílias. E nós já tínhamos
1458 deliberado, o Lucas falou muito bem, na reunião passada, na plenária passada ou
1459 retrasada, não sei, sobre essa comissão de benefícios, que o Lucas traz essa
1460 disparidade de informação, uma comissão nova e a comissão de política mesmo fazer.
1461 Como já foi deliberado por uma comissão nova, é preciso ver de que forma que a gente
1462 faria isso. Se vai ser uma comissão nova ou se a própria Comissão de Política vai
1463 assumir essa função, porque já foi deliberado por uma comissão nova. Porque o nosso
1464 Regimento Interno, inclusive, já foi alterado. A Comissão de Deliberação de Conferência
1465 faz parte do rol de comissão do CEAS. Não é mais um grupo de trabalho. Ele foi
1466 incorporado no Regimento Interno como uma comissão. Está lá no Regimento Interno,
1467 então a gente vai criar mais uma comissão. Essa análise precisa ser muito bem
1468 realizada para ver de que forma a gente vai fazer esse trabalho. **PRESIDENTE:** Só
1469 porque já tem gente ali que pediu, eu só vou acrescentar aqui a questão do regimento.
1470 Tanto o PEAS quanto o relatório de gestão, eles competem a todas as comissões, por
1471 isso que eles vão para a reunião conjunta de comissão. É só esclarecendo, porque
1472 vocês colocaram também relatório de gestão na comissão de vocês, então é para todas
1473 as comissões. Na ordem de inscrição tem o Ludson, Lara e Grazielle. Correto? **LUDSON,**
1474 **GRESS:** Meu comentário é muito rápido e até abordando algumas questões que a
1475 Juanita já colocou. Eu acho que na meta de propor, criar novas comissões, está
1476 colocado, o que está colocado é fazer um estudo, capacitação. Eu acho que o texto
1477 mais interessante é avaliar. Avaliar a necessidade de instituição de uma nova comissão.
1478 E só deixo a minha opinião para os membros da Comissão de Política. Eu acho que é
1479 um tema bastante delicado criação de comissões. Eu acho que quanto menos melhor,
1480 nesse sentido. E a Comissão de Política já tem um escopo bem interessante dentro da

1481 proposta do CEAS, mas é só uma indicação e o trabalho da comissão é que vai
1482 determinar as propostas que ela vai apresentar para o plenário. **PRESIDENTE:** Iara.
1483 **IARA, CSJB:** Eu gosto das discussões do CEAS porque, no final, a gente está falando
1484 a mesma coisa. Só falta consolidar o que está sendo dito. Mas eu vou fazer essa
1485 tentativa aqui, Kariny. Veja se estou no raciocínio certo. A ideia é essa mesma, sabe
1486 Ludson e Juanita. Pena que a gente não teve a oportunidade de conversar com vocês
1487 enquanto sociedade civil para a gente fazer alguns alinhamentos que eu acho
1488 fundamentais. O que a gente chama de fazer esses momentos para poder analisar
1489 melhor, talvez o termo capacitação não seja o ideal, mas para avaliar mesmo a
1490 necessidade de uma comissão, fazendo a compreensão da importância dos benefícios
1491 eventuais do entendimento do que são benefícios eventuais enquanto política pública
1492 de assistência social. Eu tenho uma trajetória de experiência porque eu venho do
1493 Conselho Municipal de Assistência Social, que a gente deu uma tratativa em Belo
1494 Horizonte em relação a essa pauta. E de ir em alguns municípios em Minas Gerais que
1495 eu vejo que muitos não fazem essa compreensão do que são os benefícios eventuais
1496 dentro da Política de Assistência Social. A nossa intenção, enquanto Comissão de
1497 Política, é a gente ter pessoas que possam dialogar conosco acerca dessa temática
1498 para amadurecer melhor o entendimento e, com isso, a partir de aí ver se traz para essa
1499 plenária a possibilidade de fazer a construção de uma comissão. Volto a dizer que os
1500 benefícios eventuais são importantíssimos. Eu vejo que muitos de nós, eu também me
1501 coloco nesse lugar. Ludson, quando eu uso a palavra tratativa, é justamente dizendo do
1502 tanto que a gente precisa ampliar nesse entendimento. Não é pouco não. É muito, mas
1503 muito mesmo porque, para mim, é o mais importante para de fato definir qual é o papel
1504 do SUAS enquanto política. Talvez a gente não tenha sido assertivo em alguns lugares,
1505 em alguns momentos, mas é esse o interesse. E o CEAS, eu entendo que é fundamental
1506 nesse sentido, porque a partir do nosso entendimento aqui, é que a gente vai trabalhar
1507 essa interlocução com 853 municípios de Minas Gerais. Eu vejo muito frágil. No meu
1508 entendimento, quanto mais a gente entender o que está para a nossa política enquanto
1509 sociedade civil, enquanto gestores, mais a gente fortalece o SUAS. É nesse sentido. A
1510 proposta da Comissão de Política é analisar melhor se temos pernas, de fato,
1511 considerando a importância dos benefícios eventuais e dos programas de transferência
1512 de renda, sobretudo na atual conjuntura que estamos para, a partir disso, analisar se
1513 cabe, se temos pernas enquanto Comissão de Política ou se seria a proposta de trazer
1514 uma outra comissão. Espero que eu tenha esclarecido, porque é nesse sentido. Grata.
1515 **PRESIDENTE:** Obrigada, Iara. Grazielle. **GRAZIELE, CRP:** Na verdade, estou com uma
1516 dúvida mesmo. Eu gostaria que vocês me esclarecessem se seria nessa comissão. Nós
1517 não temos ainda no âmbito estadual a mesa de negociação do SUAS e nem a mesa de

1518 gestão estadual do trabalho. Não seria atribuição dessa comissão? E vou solicitar que
1519 incluam no planejamento de vocês, porque isso é muito caro para a gente enquanto
1520 controle social também, para os trabalhadores. **PRESIDENTE:** Eu vou pedir à Secretaria
1521 Executiva para conferir o Regimento Interno, porque eu acho que algumas dessas
1522 questões que a gente está trazendo, tipo essa ou o que a lara trouxe, o nosso regimento
1523 responde de quem é a competência. Se é para ficar claro. **GRAZIELE, CRP:** Tentei
1524 buscar ali e, pelo que eu entendi, é a Comissão de Política mesmo, pelo regimento, pela
1525 leitura rápida que eu fiz e de lembrança também. Mas é só para fazer o apontamento e,
1526 se for o caso, incluir no planejamento a mesa de negociação do SUAS e a mesa de
1527 gestão do trabalho do SUAS. **PRESIDENTE:** Só um minuto. A Kariny pediu e depois eu
1528 passo para o Lucas e Juanita. **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** Só para eu tentar
1529 entender a sua primeira dúvida. Você disse que a Comissão de Política é responsável
1530 pela análise do PEAS, é isso? Eu não entendi. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Se
1531 você for analisar as competências de cada comissão, têm ações que são conjuntas e
1532 são específicas. E como eu disse, e a Presidenta reforçou, aprovação de PEAS, revisão
1533 de PEAS, é de responsabilidade das comissões conjuntas. Entretanto, o monitoramento
1534 da execução do PEAS é de responsabilidade da Comissão de Política. E eu não vi a
1535 ação na proposta de vocês que vai responder a essa responsabilidade. Outra coisa que
1536 não vi é normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e
1537 privada no campo da assistência social. A gente sabe que o estado tem CREAS regional
1538 de execução própria, tem parcerias público-privada. Eu não sei se isso está regulado
1539 em termos de serviços, parâmetros de ofertas de serviços. Se não tiver, essa comissão
1540 deve se debruçar, no meu entendimento, sobre essa questão que está trazendo aí. E
1541 da mesma forma, critérios de partilha que é pactuado na CIB e vindo para cá, antes de
1542 vir ao pleno, essa é uma pauta que deve ser analisada e discutida pela Comissão de
1543 Política, dentre as responsabilidades desse CEAS. Eu não vi no planejamento, Kariny.
1544 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só uma correção. Quando
1545 disse que nós havíamos deliberado com relação a criação da comissão. Foi uma
1546 proposta colocada pela Conselheira Juanita, mas não deliberamos, porque foi... **MARIA**
1547 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Foi a Baião que colocou. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL**
1548 **DE CURVELO - SSVP:** É. E depois a proposta veio consolidada na sua fala. Eu peguei
1549 ata aqui. Nós não avançamos com a discussão com relação a essa comissão porque o
1550 Conselheiro Élerson trouxe a notícia do decreto. Nós suspendemos a discussão sobre
1551 a criação ou não desta nova comissão. Não foi deliberado sobre esse ponto em
1552 específico, então é uma pauta que ainda está pendente para debruçarmos sobre.
1553 Obrigado. **PRESIDENTE:** Mais alguém se inscreveu e eu não vi? lara, eu queria verificar
1554 com vocês e não sei, propor ver com a Secretaria Executiva e com os membros da

1555 comissão se dá uma última conferida no Regimento Interno. Porque eu acho que tem
1556 uma dúvida, talvez na própria comissão, sobre os incisos do Regimento Interno. Só para
1557 lembrar, o nosso Regimento Interno tem um artigo que fala exatamente de cada
1558 comissão. E tem os incisos específicos das comissões. Eu acho que isso esclarece na
1559 hora de fazer o planejamento. Vê se ficou alguma coisa para trás. Eu acho que os
1560 Conselheiros já trouxeram aqui. Acho que já ficou como encaminhamento o consenso
1561 de todo mundo aprofundar na questão dos benefícios eventuais, dos programas de
1562 transferência de renda ou ações de transferência de renda, entendo, super-relevante.
1563 Estou querendo só fechar o encaminhamento ou, talvez, já pensar, Kariny, vocês
1564 aceitam sugestão para a gente alterar a redação? IARA, CSJB: Eu entendo que fica assim.
1565 Estou perguntando para vocês que construíram. A gente já adequar, ajustar da forma
1566 como fica melhor aqui? Vocês concordam? IARA, CSJB: Eu entendo que fica assim.
1567 Acho que trazer a matéria para o pleno é justamente para esse momento, para a gente
1568 fazer discussões e adequações, inclusive buscar por expertise de outros colegas que
1569 têm uma trajetória já e que nos faz pensar acerca de questões que precisam ser
1570 discutidas. De fato, eu acho que é incluir o que a Juanita coloca, vem de encontro com
1571 o que está para a Comissão de Política. A gente não conseguiu atinar no momento para
1572 uma questão tão importante. Acho que é incluir e acho válido. A Presidenta Mariana e
1573 a Adelmira foram muito eficientes no sentido de nos trazer o que está disposto no
1574 regimento, mas nada que não possa ser agregado a partir do que está lá. Eu acho que
1575 é incluir essa última questão que a Juanita colocou, que acho ser de extrema
1576 importância. E avançar nessa interlocução em relação ao regimento e o que está posto
1577 para a Comissão de Política. E o que a Grazielle colocou também, a mesa de gestão e
1578 negociação, que é importantíssimo. Acho que são dois tópicos importantes e, esse pleno
1579 estando de acordo, entendo que a Comissão de Política vai se debruçar sobre as
1580 questões considerando a importância. Está certo, Coordenadora? É isso? KARINY,
1581 BEM ESTAR DO MENOR: Corretíssimo. Os dois pontos que a Juanita e a Grazielle
1582 trouxeram não estão no planejamento. IARA, CSJB: Acho que não tem nenhuma
1583 oposição em relação aos outros membros da Comissão de Política, podemos seguir.
1584 PRESIDENTE: Você tomou nota? Ficou registrado? Mais algum esclarecimento?
1585 Podemos colocar a proposta da Comissão de Política em votação, feitos os registros
1586 pela Secretaria Executiva? Ficou que eles têm que avaliar. Eles ainda vão aprofundar
1587 no entendimento sobre o assunto, se capacitar e, depois, trazer uma proposta aqui para
1588 o conselho. É isso. Ficou: “avaliar a necessidade de instituição de comissão de
1589 acompanhamento”. ADELMIRA - CEAS: Para esse ponto a comissão já fez o
1590 encaminhamento que seria planejar para fazer uma capacitação em junho.
1591 PRESIDENTE: Tem que incluir também naquele planejamento. Se for para todo mundo,

1592 no planejamento do CEAS aquelas capacitações que são para todos os Conselheiros.
1593 **ADELMIRA - CEAS:** Durante a plenária. **PRESIDENTE:** Ok? Graziele. **GRAZIELE,**
1594 **CRP:** Vai passar para a próxima comissão agora? **PRESIDENTE:** Vamos votar primeiro.
1595 Podemos colocar em votação? Conselheiros que concordam em aprovar a proposta de
1596 planejamento de trabalho da Comissão de Política, se manifestem. Obrigada.
1597 Conselheiros que discordam da proposta apresentada pela Comissão de Política. E
1598 Conselheiros que se abstém? Não havendo manifestação contrária e nem abstenção,
1599 consideramos aprovado o planejamento da Comissão de Política. Agora passamos para
1600 a Comissão de Orçamento. A Graziele quer falar antes. **GRAZIELE, CRP:** Juanita,
1601 enquanto você se organiza para apresentar, eu só quero fazer um registro, que nós
1602 temos presente a Sandra do SINTIBREF, Conselheira estadual que foi eleita
1603 Conselheira Nacional da Assistência Social. **SANDRA, SINTIBREF:** A gente está
1604 representando a federação por causa do âmbito nacional, mas eu ia até dar esse
1605 informe. Cheguei atrasada e falei: “Deixa que na plenária de sexta-feira eu informo
1606 direitinho.” Mas é isso. Eu vejo que o controle social foi discussão, foi tenso o processo,
1607 porque teve a discussão interna com as entidades sindicais e também com o fórum
1608 nacional, e a gente representa. Eu penso que a FENATIBREF já esteve no conselho
1609 nacional. É uma caminhada do SINTIBREF no âmbito das políticas públicas. E o
1610 caminho é esse, é consolidar o SUAS. É trabalhar o SUAS. E a gente como
1611 representante do segmento de trabalhadores, parabenizar a Graziele que lembrou da
1612 mesa de gestão, da mesa de negociação. Conversamos sobre isso no fórum estadual,
1613 mas é um desafio. Ser sociedade civil, participar do controle social hoje, a gente está
1614 vendo muito desafio, porque parece que perdemos o nosso horizonte e, de fato,
1615 construir uma assistência social firme, sólida, sem atropelos. E a gente não vê isso por
1616 parte dos governantes. Eu faço uma leitura que a gente está entre aspas, porque nós
1617 estamos aqui trabalhando e atuando, “perdendo muito tempo”, muitas vezes com essas
1618 questões. Eu fico vendo se a pauta do funcionamento do conselho e no âmbito nacional
1619 também foi a mesma coisa quando baixou o decreto das trevas de perseguição, o 9759.
1620 A gente chamava lá de decreto das trevas, porque há uma ausência de luz alguém
1621 querer, é discutir e banir a questão do controle social. Mas, enfim, me coloco à
1622 disposição enquanto FENATIBREF, SINTIBREF, para participar. Estarei lá
1623 representando o segmento dos trabalhadores, mas, de fato, é um compromisso desde
1624 a minha atuação no âmbito municipal de consolidar o SUAS, de aprimorar, apoiar,
1625 aprender também, porque eu acho que a cada momento a gente aprende, porque a
1626 realidade vem se mostrando cada vez mais difícil. E a gente pensar que rumo está a
1627 assistência social. Eu falei na última plenária, eu sinto que estamos doentes em certo
1628 sentido. Nós discutimos no Fórum Estadual de Trabalhadores. Nós sentimos vitoriosos

1629 e vamos falar da resolução do cartão da alimentação. De fato, fomos vitoriosos, mas é
1630 necessário isso? Será que isso já não faz parte de toda a organização do governo do
1631 estado de promover toda essa estrutura? Nada de pessoal aqui, Mariana, o governo
1632 que está aqui. Mas sentimos vitoriosos e a gente fica feliz. Nós ganhamos. Mas será
1633 que isso tinha que ser em pauta para discutir e a sociedade se sentir vitoriosa com isso,
1634 Arlete? A gente estava no fórum estadual discutindo isso. São coisas que já deveriam
1635 estar consolidadas, essa organização, esse funcionamento e a gente trazer alguns
1636 pontos só para aprimorar, não para ter que ficar lutando porque se perde um dia de
1637 plenária e a essência, a política, o que está acontecendo está muito grave. Não vou nem
1638 repetir o que todos os meus colegas da sociedade civil e tenho certeza de que muitos
1639 do governo também sentem isso, como estamos caminhando no âmbito das políticas
1640 públicas. Eu agradeço sempre e me coloco à disposição porque a gente também é
1641 legitimado e referenciado pelos pares. É um compromisso muito grande quando a gente
1642 ocupa esse lugar do controle social. Nosso colega Lucas também estava. O segmento
1643 do Lucas não conseguiu, mas eu penso assim, as entidades estão mais aguerridas.
1644 Além de ser um número maior, mais difícil o processo. E elas estão sempre mais
1645 presentes. Para vocês terem uma ideia, a gente já fez uma pesquisa. O trabalhador é o
1646 que menos ocupa os espaços de controle social, a nível Brasil. A gente tem que pensar
1647 sobre isso. **LUDSON, CRESS:** Sandra, me parece que dessa vez também, você pode
1648 me corrigir se eu estiver errado, mas houve a eleição de representante de trabalhador
1649 enquanto fórum dos trabalhadores, não foi? **SANDRA, SINTIBREF:** O fórum foi. Ele foi
1650 eleitor. Uma das propostas também é a gente buscar essa discussão interna, esse
1651 aprimoramento. Buscar muita assessoria e consultoria para nos ajudar mesmo no
1652 discernimento do fórum, ocupar uma cadeira no controle nacional, controle social no
1653 âmbito nacional o que já ocorre nos estados, São Paulo. A gente quer avançar. Têm
1654 resistências internas, mas eu vejo que ainda tem muita incompreensão. Eu acho que a
1655 gente tem que buscar mais conhecimento para qualificar também o nosso discernimento
1656 para decisão. Outro ponto que também a gente pensa como bandeira é esse bendito
1657 acórdão do TCU que a candidatura do CNAS é no CPF, não é na instituição. Isso a
1658 gente já discutiu lá atrás. Por exemplo, se eu não puder participar, a entidade tem que
1659 sair e vir outra. Está errado. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:**
1660 Quem arrumou encrenca com isso? **SANDRA, SINTIBREF:** Pois é. Quem arrumou na
1661 plenária encrenca com isso? Justamente o Lucas. Sabe essa postura dele aqui de cadê
1662 o Ministério Público? Chamou o Ministério Público. Sexta-feira foi o dia inteiro de eleição
1663 e o Lucas está lá, cutucando, exatamente o que ele faz aqui. Ajuda muito. Aprimora
1664 muito e amplia muito a gente à reflexão. Obrigada. Me coloco à disposição.
1665 **PRESIDENTE:** Parabéns e obrigada, Sandra. A Comissão de Orçamento. **MARIA**

1666 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Boa tarde a todos. Vou fazer o relato da Comissão de
1667 Financiamento e Orçamento. Essa comissão, somos em oito Conselheiros, cinco do
1668 governo e três da sociedade civil, onde estou como coordenadora. Junto comigo está a
1669 Grazielle, do CRP; a Maria Aparecida Baião, do Fórum de Usuários; o Elder, da
1670 SEDESE; Daniel, do CMAS de Barbacena; o João Vitor, da SEPLAG; Silvestre, da
1671 Fazenda e a Suzanne, da SEDESE. Peço que os demais Conselheiros façam
1672 contribuição, me ajudem. Nós fomos secretariados pelo Daniel, Secretaria Executiva.
1673 Antes de entrar na planilha do planejamento, a Secretaria Executiva trouxe uma
1674 proposta, um texto base do planejamento que é uma introdução que fala um pouco da
1675 história do conselho. Fala da legislação do conselho. Fala dos instrumentos de
1676 planejamento do conselho, da fundamentação legal do CEAS. Fala da composição da
1677 comissão. Fala também sobre a Comissão de Financiamento e Orçamento, quais são
1678 as competências específicas trazidas no Regimento Interno. Foi pensando nessas
1679 nossas responsabilidades do Regimento Interno que a comissão se debruçou sobre o
1680 planejamento. A comissão sugeriu que esse histórico, esse texto que a Secretaria
1681 Executiva apresentou, que ele entrasse no planejamento geral do CEAS, que fosse um
1682 texto único para todas as comissões. E, depois desse texto, entraria com os planos de
1683 metas de cada comissão. Eu pergunto ao plenário se quer que eu leia ou não tem
1684 necessidade. Não? Ok. Só para dar ciência a vocês do trabalho que foi realizado pela
1685 Secretaria Executiva. De acordo com o Regimento Interno são atribuições específicas
1686 da comissão: apreciar e aprovar os planos de aplicação de recursos do Fundo Estadual
1687 de FEAS e os atos normativos necessários a sua gestão; acompanhar e avaliar a
1688 execução orçamentária e financeira e aprovar a prestação de contas ao final de cada
1689 exercício; determinar as diligências necessárias ao esclarecimento de dúvidas quanto à
1690 correta utilização de recursos de assistência social, ouvidos os conselhos municipais de
1691 assistência social em primeira instância. Depois ele traz as atribuições comuns a todas
1692 as comissões. É claro que todas as comissões devem ter feito essa observação. Vamos
1693 ao quadro de metas que é essa tela que está aparecendo aí. Quais são as metas da
1694 Comissão de Financiamento e Orçamento? Analisar e emitir opinião sobre a
1695 reprogramação de saldo dos recursos do FEAS, oriundos do Fundo Nacional de
1696 Assistência Social, referente ao exercício de 2021. O planejamento era para acontecer
1697 em fevereiro e já foi realizado. Meta 2. Analisar e emitir parecer sobre o plano de
1698 aplicação dos recursos do FEAS 2022. Aconteceu agora em abril. Nós acabamos de
1699 aprovar. Meta 3. Analisar e emitir parecer sobre os relatórios trimestrais de execução
1700 financeira e física do FEAS e ao 4º trimestre do exercício anterior, previsto para
1701 acontecer agora em abril. Meta 5. Analisar e emitir opinião sobre os parâmetros para
1702 proposta orçamentária financeira e física do CEAS de 2023, para junho. Analisar e emitir

1703 opinião sobre a revisão anual do PPAG, agosto. Propor e defender emenda parlamentar
1704 na assembleia proposta de emenda para o PPAG de 2023, previsto para acontecer em
1705 novembro. Analisar e emitir opinião sobre os relatórios de prestação de contas do 2º
1706 trimestre, agosto. Analisar e emitir prestação de contas do relatório de prestação de
1707 contas do 3º trimestre, novembro. Analisar e emitir opinião sobre o plano de ação e
1708 prestação de contas dos recursos federais no Sistema SUASWEB, que está previsto
1709 para acontecer em julho. Este é o planejamento da Comissão de Financiamento e
1710 Orçamento que a comissão apresenta. Se os demais Conselheiros quiserem contribuir,
1711 fiquem à vontade. **PRESIDENTE:** Obrigada, Juanita. Inscrições, temos Elder e Iara, na
1712 sequência, Ludson e Grazielle. **ELDER, SEDESE:** A gente já tem algumas discussões,
1713 mas o planejamento ficou adequado às nossas discussões. Acho que está alinhado. A
1714 gente só discutiu na comissão, acho que o pessoal da Secretaria Executiva pode ter
1715 esquecido, de a gente não colocar o ano nas ações, de colocar do ano seguinte, do ano
1716 anterior, só para ficar um planejamento atemporal. Não ficar colado a esse ano. Não sei
1717 se vocês lembram que a gente discutiu isso e aí ainda está constando 2022 e 2023.
1718 Seria só essa alteração. Tanto é que a terceira, para analisar teria o parecer sobre os
1719 relatórios trimestrais execução do exercício anterior. É só seguir essa lógica que é o que
1720 foi discutido em comissão. **PRESIDENTE:** Iara. **IARA, CSJB:** Só mesmo um
1721 esclarecimento, Juanita, porque na sua leitura, depois você fez a correção do termo
1722 'analisar e emitir opinião'. No meu entendimento, emitir um parecer, conforme sua fala
1723 trouxe. Porque opinião é dizer: "Eu opino acerca de..." Agora, quando eu analiso, eu dou
1724 um parecer com olhar técnico a respeito de uma determinada temática. Então, eu acho
1725 que o termo não deveria ser analisar e opinar, mas analisar e emitir um parecer que a
1726 comissão é subsidiada e ela tem autonomia para fazer essa construção de um parecer.
1727 É só para eu entender se realmente é nesse sentido. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
1728 Esclarecendo a Conselheira Iara, na verdade, quando a gente coloca emitir opinião, aqui
1729 deveria ter opinião técnica, porque, na verdade, a nossa análise é opinião política
1730 mesmo sobre o processo. Mas, no meu entendimento, é a mesma coisa, entretanto, fica
1731 à decisão dessa plenária para colocar. E se os demais Conselheiros da comissão
1732 entender que é possível alterar, para mim não tem problema. **IARA, CSJB:** Juanita, até
1733 entendo a questão da opinião política. Até concordo com você que é o espaço, mas
1734 trazendo como uma questão de orçamento e que, de fato, esse conselho vai deliberar
1735 sobre essa temática para operacionalizar toda oferta de serviço no estado, não entendo
1736 que é só uma opinião política, não, mas um parecer acerca de dados que estão sendo
1737 apresentados e analisados, e que a sociedade civil concorde mais, Juanita, tenha além
1738 do olhar de um parecer, mas um posicionamento político acerca das questões que estão
1739 trazendo. Mas ainda reitero e acho que só assim mesmo para a gente avançar na

1740 discussão que seria mesmo um parecer vindo juntamente com uma opinião política,
1741 certamente que não pode faltar e é o papel principal desse conselho. **PRESIDENTE:**
1742 Ludson, depois Grazielle, depois Suzanne e depois Elder. **SUZANNE, SEDESE:** Eu vou
1743 pular, porque tem a ver com o comentário da Iara. Eu concordo com a alteração proposta
1744 pela Iara, pessoal da Comissão de Orçamento. Só para registrar. **LUDSON, CRESS:**
1745 Primeiro é parabenizar a comissão pelo planejamento. E aproveitar o ensejo para tirar
1746 uma dúvida sobre como é o processo de fiscalização do CEAS no orçamento. Já vi que
1747 em conselhos muito grandes, nas cidades maiores, a avaliação do orçamento ocorre de
1748 forma mais sucinta, às vezes com dados consolidados. A SEDESE quando vai fazer
1749 prestação de contas tem costume, por exemplo, de remeter relatórios sintéticos com
1750 todos os empenhos e todas as movimentações de contas? Como que funciona?
1751 **PRESIDENTE:** O que a gente faz é prestação de contas trimestral. O formato que é
1752 utilizado hoje foi, inclusive, solicitado pelo CEAS e, a cada solicitação, ele sofre
1753 mudanças. Vem a planilha. Nós vamos ver isso na reunião de amanhã. Uma planilha
1754 por ação, igual a gente fez no plano de aplicação, analisa e detalha dentro de cada ação
1755 a execução. Mas nada impede de todos ou quaisquer outras solicitações que a gente
1756 atenda. Entendeu? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Muito bom o questionamento do
1757 Ludson. Na verdade, esse é um problema do funcionamento do CEAS hoje, Ludson.
1758 Nós não recebemos, pelo menos chega para a gente, o formato formal da prestação de
1759 contas protocolado que entra no CEAS. A gente recebe a planilha. E a planilha não vem
1760 encaminhada dos anexos que são referentes aquela data do registro do SIAFI, que na
1761 época o relatório de atividades da prestação de contas exigia que viesse. Vinha o ofício
1762 da secretária encaminhando. Aquele instrumento de prestação de contas, que é o
1763 relatório que a SEDESE apresenta aqui, ele vem impresso com a assinatura da
1764 secretária em todas as páginas. E, em anexo, vem a impressão do SIAFI referente
1765 àquela informação. Na verdade, a garantia que o CEAS tem é isso. É aquele documento
1766 formal que entra aí. Na entrada desse documento, é isso que está na resolução, na
1767 entrada desse documento vai para a Comissão de Orçamento, que faz a análise e
1768 subsidia o pleno com relação às questões, solicita informações complementares. Essa
1769 sua pergunta é muito pertinente e o grupo de trabalho também vai trazer sobre essa
1770 questão que é necessária. **LUDSON, CRESS:** Só um aparte nessa questão porque eu
1771 acho e até para os Conselheiros entenderem o que eu quis dizer, quando eu falo de um
1772 relatório de movimentação de empenhos, geralmente são relatórios financeiros,
1773 planilhas financeiras nas quais você detalha despesa por despesa. Na data tal foi
1774 adquirido um copo de leite, custou tanto, foi na ficha tal, já está empenhado, pago e
1775 liquidado e por aí vai. Com o jargão financeiro respectivo. Obviamente os Conselheiros
1776 não têm obrigação de ver tudo isso, mas eu acho que é importante estar disponível para

1777 todos. E aqueles que quiserem fazer a sua avaliação, que façam, porque esse tipo de
1778 documento é aquele que, de fato, dá a segurança da análise do orçamento. Quando a
1779 gente olha uma planilha sintética quando a secretaria diz assim: “Eu gastei R\$
1780 500.000,00 com os CREASs regionais.” Você faz essa avaliação em bloco, mais
1781 genérica. O risco de você ter todo tipo de despesa irregular embutida dentro desse tipo
1782 de declaração é enorme. Eu já cansei de ver isso em outros municípios que eu passei.
1783 Por exemplo, tem município que colocava dentro de uma despesa de assistência social,
1784 asfaltamento de ruas. E quando você pede um relatório detalhado, você vê que o cara
1785 pagou um asfaltamento de rua com recurso da assistência social. Pagou remédio.
1786 Pagou isso. Pagou aquilo. Fez as despesas de pessoal mais esdrúxulas possíveis,
1787 enfim. É importante, sim, ter um relatório sintético para ser apresentado na plenária,
1788 para ser apresentado para o coletivo da comissão, mas se pudesse ter um relatório
1789 detalhado enviado para todos os Conselheiros e apenas aqueles que quiserem, façam
1790 as suas observações. Acho que seria de bom tamanho e daria muito mais segurança
1791 para o processo. **PRESIDENTE:** Ludson, só para informar. Nessa planilha tem uma aba
1792 com relação de pagamentos, todos os pagamentos. **LUDSON, CRESS:** Todos os
1793 pagamentos? **PRESIDENTE:** É porque a planilha tem várias abas. Uma aba de cada
1794 ação. Uma aba consolidada. Porque nesse momento de reunião a gente está só na
1795 consolidada, mas a planilha que vai no e-mail, até pedir à Secretaria Executiva conferir
1796 para mim na prestação de contas tanto do 4º trimestre do ano passado que a gente
1797 encaminhou em janeiro quanto a do 1º desse ano, se essa planilha completa está no e-
1798 mail. **LUDSON, CRESS:** Só para eu entender, porque talvez eu não vi todas as abas. A
1799 relação de pagamentos com conta, função. **PRESIDENTE:** Vem fornecedor. Vocês
1800 podem me ajudar? Tem que abrir a planilha para ver o dado exato que consta lá. Você
1801 está abrindo, Rosa? **ROSA - CEAS:** Eu estou vendo se tem na de... Na 273 tem
1802 prestação de contas. Vou abrir de quatro em quatro meses. É esse aqui, não é?
1803 **PRESIDENTE:** Quarto trimestre, 2021. Nesse telão aqui, acho que está dando para ver
1804 com mais clareza, as abas ali embaixo. Vai passando a setinha. São abas, cada aba
1805 tem. **LUDSON, CRESS:** Está por ação e não por despesa. **PRESIDENTE:** Lá no final
1806 as ações. Esse é o exemplo. Vamos esclarecer. Ela abriu uma aba para a gente
1807 exemplificar. Ação 4129. Ali tem a informação dos valores: empenhado, liquidado, pago.
1808 Embaixo tem uma descrição. Agora a aba. **LUDSON, CRESS:** Aí você está fazendo
1809 uma divisão por projeto atividade. **PRESIDENTE:** Só um momento. Microfone, a reunião
1810 está sendo gravada. **JAQUELINE:** Tem unidade executora, o mês que é quando
1811 acontece a despesa, projeto atividade, o grupo de despesa, é o grupo 3, é o grupo 4,
1812 investimento ou custeio, a fonte de recurso, procedência, elemento item de despesa que
1813 detalha se é água, luz, número de empenho, a razão social do credor, o município da

1814 regionalização da ação, o valor da despesa empenhada, o valor da despesa liquidada,
1815 o valor da despesa paga também tem. **LUDSON, CRESS:** Entendi. Vocês fazem essa
1816 extração direto do sistema de vocês. **PRESIDENTE:** Esse é um relatório do SIAFI, é o
1817 sistema financeiro da despesa pública, mas a gente executa a despesa. **LUDSON,**
1818 **CRESS:** É o sistema que gera esse relatório em Excel, vocês simplesmente copiam e
1819 colam e fazem... **PRESIDENTE:** Isso. Exatamente. **JAQUELINE:** É um BO.
1820 Exatamente. É uma foto do que está sendo... **PRESIDENTE:** BO significa relatório
1821 porque o pessoal não sabe o que é BO. É porque chama BO, é um relatório que é
1822 gerado no sistema e ele vem em forma de planilha de Excel. **JAQUELINE:** Isso. É uma
1823 foto do sistema. **LUDSON, CRESS:** É o BO, Boletim Orçamentário. **PRESIDENTE:** Só
1824 um minuto. A Grazielle. Depois do Ludson é a Grazielle que estava inscrita. **ROBERTA,**
1825 **SEDESE:** Posso só complementar uma informação rapidíssima aqui? Essa informação
1826 que também é colocada na prestação de contas está disponível no portal da
1827 transparência. Ela é diretamente retirada do SIAFI. Ela é também disponível ao público
1828 em geral por meio do acesso ao www.transparencia.mg.gov.br. **PRESIDENTE:**
1829 Obrigada, Roberta. **GRAZIELE, CRP:** Nós vimos que a planilha é um BO realmente. É
1830 bem complicado para quem não tem familiaridade. Dizendo disso, na Comissão de
1831 Orçamento, como também já foi dito nas últimas plenárias, na plenária que a gente teve
1832 a primeira capacitação do orçamento. Lá na comissão a gente também colocou a
1833 necessidade de treinamento, de capacitação para executar bem os trabalhos na
1834 Comissão de Orçamento. E foi dito que isso entraria no planejamento geral do CEAS.
1835 Ok. Eu espero isso. Essa é a primeira questão. A outra questão que Juanita também
1836 colocou, que no início falou do trabalho da Secretaria Executiva, que ele faz um relato,
1837 coloca algumas normativas e ela compreende e sugeriu na reunião que fosse para o
1838 planejamento geral também do CEAS. Contudo, no começo da nossa conversa, eu e
1839 Juanita, ela com mais experiência, eu pedi algumas orientações para ela. E ela
1840 prontamente me passou e me colocou algumas questões, que era importante eu ficar
1841 atenta para pensar a Comissão de Orçamento. Então eu sugeri que essas legislações
1842 fossem incluídas no planejamento do orçamento e a gente não viu essa alteração, não
1843 é Juanita? Ela coloca na sugestão para eu ficar atenta, a lei de criação do CEAS, a lei
1844 de criação do FEAS, os artigos referentes ao que eu precisava ficar atenta para exercer
1845 o trabalho na comissão. Eu acho que citei lá na comissão, não foi Juanita, quais foram
1846 as leis referentes que a gente solicitou que colocasse no planejamento do orçamento
1847 especificamente. Compreenderam? **PRESIDENTE:** Você está solicitando à Secretaria
1848 Executiva para incluir a citação normativa no planejamento? É isso? **GRAZIELE, CRP:**
1849 Isso. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Você quer que faça a leitura de como que
1850 ficou? **GRAZIELE, CRP:** Eu não recebi o documento feito, não. **MARIA JUANITA,**

1851 **FEAPAES/MG:** Não? Daniel mandou na Comissão de Orçamento. Está no WhatsApp
1852 da Comissão de Orçamento. **GRAZIELE, CRP:** Mandou já corrigido? Desculpa, eu que
1853 li e não li direito. Ok. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Se você quiser que eu leio,
1854 está aqui impresso. **GRAZIELE, CRP:** Eu li e achei igual. **PRESIDENTE:** Tinha mais
1855 alguém inscrito? Eu perdi a sequência, Iara. Rosa, a Iara está pedindo para ler. Está ali
1856 no arquivo da Secretaria Executiva? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Vou fazer a
1857 leitura, se vocês me permitem. A sugestão da comissão é que essa parte entre no
1858 planejamento geral do CEAS e depois entre as planilhas de cada comissão. “Introdução.
1859 O CEAS criado pela Lei Estadual nº 12.262, iniciando as suas atividades em março de
1860 1997 com a atribuição de apreciar, aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a Política
1861 de Assistência Social no Estado de Minas Gerais. Integram a estrutura do CEAS, a
1862 plenária, a Mesa Diretora, as comissões temáticas, grupos de trabalho e a Secretaria
1863 Executiva. As atribuições de cada um desses órgãos estão dispostas pela Resolução
1864 CEAS nº 358, de 10 de maio de 2011. Conforme definido no Regimento Interno do
1865 CEAS, a plenária é sua instância deliberativa constituída pela reunião de seus membros,
1866 podendo ser ordinárias que ocorrem uma vez por mês ou extraordinárias que ocorrem
1867 mediante convocação do presidente ou de 1/3 dos seus membros. O conselho é
1868 composto por 20 Conselheiros titulares e 20 suplentes, sendo 10 representantes de
1869 órgãos governamentais e 10 representantes da sociedade civil. Os Conselheiros são
1870 indicados pelos governos e entidades segmentos que representam, sendo 2 da
1871 Secretaria da SEDESE, 1 da Secretaria de Educação, 1 da SEPLAG, 1 da Secretaria
1872 de Saúde, 1 da Secretaria da Fazenda, 1 da Secretaria de Agricultura, 1 Secretário
1873 Municipal de Assistência Social, 2 representantes governamentais dos Conselhos
1874 Municipais de Assistência Social, 2 de entidades de usuários de Assistência Social no
1875 âmbito estadual, 4 de entidades de assistência social de âmbito estadual, 2 de entidades
1876 representativas de trabalhadores da área de assistência social de âmbito estadual, e 2
1877 representantes não governamentais de conselhos municipais de assistência social. A
1878 Mesa Diretora é paritária e de natureza colegiada. Também composta por Conselheiros
1879 eleitos para os cargos de presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário. Tem
1880 a participação dos coordenadores das comissões temáticas eleitos entre seus membros
1881 titulares ou suplentes. Cabe à Mesa Diretora, dentre outras atribuições, dispor sobre as
1882 normas e atos relativos ao funcionamento administrativo do CEAS e observar e fazer
1883 cumprir esse Regimento Interno. As comissões temáticas de caráter permanente e os
1884 grupos de trabalho de caráter eventual integram a estrutura do CEAS-MG. Cada
1885 Conselheiro titular e suplente deve compor uma comissão temática, pois as ações do
1886 CEAS-MG são divididas em 4 comissões.” Aqui eu pedi para incluir já a de deliberação,
1887 porque eu vi que está no Regimento Interno. E foi bom ler porque ela não está incluída.

1888 “Pois as ações do CEAS são divididas em 4 comissões: Apoio ao CMAS, Normas,
1889 Financiamento e Orçamento, Política e Deliberação de Conferências, que têm a
1890 responsabilidade de discutir as matérias que serão deliberadas pelas plenárias
1891 ordinárias e pelas extraordinárias. Compete a todas as comissões – aqui foi tirado esse
1892 pedaço, está riscado, mas não foi excluído do texto porque já fala lá em cima – As
1893 reuniões das comissões ocorrem uma vez por mês, sempre um dia antes da plenária ou
1894 extraordinariamente, conforme necessidade do assunto a ser discutido. As atribuições
1895 de cada comissão estão dispostas no artigo 25, do Regimento Interno do conselho. A
1896 Secretaria Executiva é o órgão de apoio técnico e administrativo do CEAS, diretamente
1897 subordinada à presidência plenária, coordenada por um secretário executivo e
1898 composta por uma equipe técnica e uma equipe de apoio administrativo. Os técnicos
1899 são divididos entre as comissões para subsidiar as discussões e deliberações dos
1900 Conselheiros. Porém, nesse planejamento, estaremos discutindo especificamente a
1901 Comissão de Financiamento e Orçamento e Finanças quais são suas atribuições
1902 dispostas no Regimento Interno e como é o trabalho dos Conselheiros que compõem a
1903 comissão para cumprir essas atribuições. Ressaltando que este planejamento não deve
1904 ser apenas um documento, mas um instrumento para guiar a atuação da Comissão de
1905 Financiamento e Orçamento de seus Conselheiros. - Esse parágrafo deve ser feito
1906 visto que esse texto vai entrar para todas as comissões. Ele deve ser feito. – Compõe
1907 a Comissão de Financiamento e Orçamento, Conselheiros da sociedade civil: Grazielle,
1908 CRP; Baião, Fórum de Usuários; Maria Juanita, Coordenadora da Federação das
1909 APAEs. Conselheiros governamentais: Daniel Martins, CMAS Barbacena; João Vitor,
1910 SEPLAG; Silvestre, Secretaria da Fazenda; Suzanne, SEDESE. Esse parágrafo
1911 também deve ser alterado. **ELDER, SEDESE:** Está faltando o meu nome no parágrafo
1912 de cima. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** E foi para você na comissão e você não
1913 viu, não é? **ELDER, SEDESE:** Eu não estou no grupo da Comissão de Orçamento até
1914 hoje. Não me colocaram. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Misericórdia. **ELDER,**
1915 **SEDESE:** Eu não recebi. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu vou pedir à Secretaria
1916 Executiva para refazer porque vai ter que fazer um parágrafo de todas as comissões,
1917 visto que vai ser o texto geral. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:**
1918 Juanita, esse texto já é padrão para as comissões. O espelho é da Comissão de
1919 Normas. Vou puxar a sardinha para a minha técnica. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
1920 Muito bom, porque a gente não sabia, por isso que eu coloquei. Por isso que a comissão
1921 trouxe lá e, como não foi falado, bom ter falado aqui a sardinha. Merecido. **MARIA**
1922 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Todas as comissões têm esse texto? **ROSA - CEAS:** Não
1923 sei se a Comissão de Apoio tem. **PRESIDENTE:** Eu queria até, puxando... **MARIA**
1924 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Então nem é preciso ler. **PRESIDENTE:** Isso. Queria só

1925 conferir e reforçar para a Secretaria Executiva, a partir de hoje, os planejamentos sendo
1926 aprovados aqui na plenária, a elaboração de um documento conforme a Juanita citou,
1927 com esse texto introdutório, os quadros das comissões, e depois o planejamento anual
1928 que a gente vai discutir na sequência. E isso ser postado no nosso site após a
1929 deliberação da plenária. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Pessoal, todas as
1930 comissões têm esse texto? Então não é preciso eu ler. Têm? Tem, entretanto, na
1931 leitura... **PRESIDENTE:** A Adelmira e Paula estão respondendo sim. Cirlene, Daniel,
1932 ok? Sim. Voltamos ao questionamento da Grazielle. A Grazielle falou que o texto está
1933 incompleto sem o que a comissão sugeriu. É isso? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
1934 Está correta a Grazielle. Não foram incluídas as legislações. **SUZANNE, SEDESE:** O
1935 documento final do CEAS a gente vai ter que aprovar também? **PRESIDENTE:** Sim.
1936 **SUZANNE, SEDESE:** Às vezes a gente pode sugerir as adequações na próxima
1937 plenária provavelmente, não é? Não sei se a gente consegue. **PRESIDENTE:** Agora.
1938 Na sequência desse tem aquele quadro do planejamento anual. **SUZANNE, SEDESE:**
1939 Eu sei, mas o documento que junta todos esses. **PRESIDENTE:** Ok. O documento a
1940 Secretaria Executiva tem que formatar, juntar todos e montar um documento só. É isso
1941 que eu estou falando. É isso que você falou? Gente, estamos em uma questão de ordem
1942 aqui. Tem que ficar claro para a Secretaria Executiva o documento que ela vai elaborar.
1943 Ela vai juntar e elaborar um documento só. **ROSA - CEAS:** Conselheiros, eu estou
1944 perguntando à Grazielle qual é a legislação que nós vamos inserir na Comissão de
1945 Orçamento. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu tinha anotado a legislação no meu
1946 papel, só que passei para a Secretaria Executiva, não sei onde está. **ROSA - CEAS:**
1947 Para incluir no planejamento geral. A Grazi está querendo inserir essa legislação só no
1948 planejamento da Comissão de Orçamento. Não é para incluir no texto das demais, da
1949 geral do CEAS. Só para ficar registrado em ata, porque quando a gente apresentar o
1950 planejamento geral do CEAS, se ficar faltando essa legislação, a gente deixa claro, é
1951 para incluir apenas no planejamento de Orçamento. **PRESIDENTE:** Por que não pode
1952 ser na introdução? **SUZANNE, SEDESE:** Eu queria fazer uma sugestão. E ficaria de
1953 trabalho de encaminhamento para a Secretaria Executiva, colocar uma seção comum
1954 em todas as comissões, legislações pertinentes à temática. Para a Comissão de
1955 Orçamento coloca aquilo que afeta aos temas do orçamento. Da Comissão de Política,
1956 por exemplo, coloca a resolução que aprovou o PEAS. Não sei, só para ficar um pouco
1957 mais padronizado, porque eu acho importante citar as legislações. A gente discutiu isso
1958 na reunião de Orçamento, minha sugestão é essa, que no documento final, que está
1959 juntando o planejamento de todas as comissões, tenha um ponto sobre as legislações
1960 pertinentes às temáticas daquela comissão. **PRESIDENTE:** Vocês entenderam a
1961 sugestão de encaminhamento da Conselheira Suzanne? A Suzanne está sugerindo

1962 para a Secretaria Executiva, na organização do documento compilado, que dentro de
1963 cada comissão cite a normativa mais específica referente à comissão, ao trabalho da
1964 comissão. Ok? Está registrado para a Secretaria Executiva e os Conselheiros de acordo.
1965 **ROSA - CEAS:** Levantar a legislação pertinente a cada comissão para o planejamento
1966 geral do CEAS. No momento em que a gente for descrever cada comissão, nós vamos
1967 levantar a legislação pertinente de cada comissão. Ok? **PRESIDENTE:** Muito obrigada.
1968 Esclarecidos sobre o planejamento da Comissão de Orçamento? Podemos colocar em
1969 votação? Plenária, sobre a apresentação da proposta de planejamento da Comissão de
1970 Orçamento, quem aprova se manifeste, por favor. Conselheiros que discordam e
1971 manifestam de forma contrária. Não temos manifestação contrária. Temos abstenção?
1972 Não temos abstenção. Aprovado por unanimidade o planejamento da Comissão de
1973 Orçamento. Passamos para a Comissão de Apoio aos Conselhos Municipais. O João
1974 Vitor, o coordenador chegou. O Isac também está aqui e a técnica é a Paula. **JOÃO,**
1975 **CMAS/CAETÉ:** Boa tarde a todos. Quero pedir desculpas pelo meu atraso de hoje, mas
1976 tive compromisso na minha cidade, Caeté. Enfim, consegui chegar a tempo aqui para a
1977 apresentação das propostas de ações da Comissão de Apoio. Quero que os outros
1978 Conselheiros da Comissão de Apoio fiquem à vontade para qual intervenção durante a
1979 explicação das propostas de intervenção. A primeira proposta de intervenção e a gente
1980 também vê como uma das mais urgentes, é a regularização de alguns conselhos
1981 municipais e relativo ao artigo 30 da LOAS para questão de repasses de recursos
1982 federais e estaduais. Alguns conselhos não estão adequados ainda mediante ao artigo
1983 30. E, com isso, tem um impedimento de receber esses recursos. Por isso que há uma
1984 certa urgência de ter contato com esses municípios para que possamos sanar isso. A
1985 primeira proposta é apoiar com reuniões e atuações dos conselhos da região para
1986 superação do cumprimento do artigo 30 da LOAS dos municípios que ainda estão com
1987 suspensão desses recursos. O Lucas está me falando aqui que já foi aprovado em
1988 conjunto com a Comissão de Normas. Segunda proposta, monitorar a evolução dos
1989 CMASs dos aspectos relacionados à organização funcional através de cursos de Censo
1990 SUAS - Conselho. No terceiro é uma ação até proposta pela sociedade civil, foi pelo
1991 Isac, aprovar o CMAS para que 100% se discuta e aprove a prestação de contas dos
1992 recursos federais, estaduais e municipais da gestão de assistência social. Segundo
1993 ponto também implementado pelo Conselheiro Isac também junto à Comissão de Apoio,
1994 apoiar o CMAS para que 100% se desculpem e aprove o Plano de Assistência Social.
1995 São duas propostas que vejo que seriam fundamentais para o conselho estadual, até
1996 para a assistência social do nosso estado como um todo. Mas a gente também tem a
1997 dificuldade de reunir todos os municípios, de conseguir dar atenção a todos esses
1998 municípios. Às vezes a gente tem a própria dificuldade de não conseguir marcar as

1999 nossas próprias reuniões com dificuldade de tecnologia e de acesso à internet para que
2000 a gente possa discutir, parar, pensar, resolver ações mediante o conselho. Eu vejo que
2001 a gente tem que pensar sempre de forma utópica para que a gente possa alcançar o
2002 melhor para a assistência social a gente tem que sempre almejar o melhor. Atuar na
2003 organização da execução dos encontros das URCMASs, realizadas as reuniões
2004 mensais, presenciais e virtuais. A questão das URCMASs, se eu não me engano, a
2005 gente teve uma reunião presencial com toda a Comissão de Apoio aos Conselhos
2006 Municipais de Assistência Social. Tive o conhecimento das URCMASs já. Sei que é uma
2007 forma sensacional de a gente poder ter o contato e o conhecimento do funcionamento
2008 de cada região do nosso estado e quais são as suas dependências. Então, retomar ela
2009 de forma em cumprimento com as deliberações das conferências, considerando a
2010 Resolução nº 580, do CMAS 2016. Já temos até alguns encontros agendados. Tem uma
2011 pequena agenda aí. Claro que essa agenda pode ser modificada de acordo com a
2012 disponibilidade dos Conselheiros para poder fazer o apoio e até da própria cidade
2013 também. Mas já tem uma agenda previamente marcada, Comissão de Apoio, Secretaria
2014 Executiva e representantes do CMAS. Capacitação em assunto afetos à Comissão de
2015 Apoio e ao CMAS. Capacitação sempre é importante para todos nós Conselheiros,
2016 ainda mais nós os Conselheiros novatos e me incluo nessa. A gente sempre tem algo
2017 para aprender. Toda capacitação é sempre bem-vinda, não só para a Comissão de
2018 Apoio aos Conselhos Municipais de Assistência Social e para os CMASs do Estado de
2019 Minas Gerais, mas para todos os Conselheiros que aqui estão. Realização de reuniões
2020 mensais do CMAS por região. Mais um adendo também, apoiar para que alcance 100%
2021 da paridade na composição das estruturas das secretarias executivas. Isso é
2022 importante, a participação, tanto do governo quanto da sociedade civil, da classe de
2023 trabalhadores para que a gente possa dar voz e escutar a voz de todos dentro do
2024 conselho, porque o conselho serve para isso, para que a gente possa escutar todos os
2025 lados e que ali, juntos, a gente consiga fazer um bom trabalho. Atendimento presencial
2026 aos municípios solicitantes procurando sempre em agrupamentos dos municípios. Antes
2027 fazia de forma virtual por causa da pandemia. Ainda vamos continuar fazendo alguns
2028 atendimentos virtuais. Já têm esses próprios agendados, mas é claro que o presencial
2029 tem aquela proximidade maior, a gente consegue entender melhor os problemas para
2030 que a gente possa resolver. Temos vídeos de orientação sobre assuntos específicos,
2031 de acordo com a demanda de cada município. A gente tem as capacitações, mas, às
2032 vezes, tem um assunto que a gente pode deixar com vídeo para os conselhos e eles
2033 terem acesso ao material quando eles bem entenderem ou quando tiverem a própria
2034 dúvida. Eu acho que é uma ação muito importante. Atendimento presencial do CEAS
2035 em dia anterior da plenária. Isso parece que ocorria esse atendimento dos CMASs e

2036 eles viriam até o Conselho Estadual e aqui a gente poderia fazer esse atendimento
2037 presencial. Seria mais um retorno dessa atividade que já funcionava no CEAS nas
2038 gestões anteriores. Nota sobre inscrição de entidades, demandas da plenária, isso com
2039 comissão conjunta de apoio, conjunta de normas, retomada de atendimento virtual aos
2040 municípios que tinha dado uma parada. Eu acho que agora com a Comissão de Apoio,
2041 ela voltando a se encontrar, ela tendo mais reuniões, eu acho que a gente consegue
2042 estruturar melhor para poder fazer essa retomada desse atendimento aos municípios
2043 que tanto carecem da nossa ajuda. Relatório anual da gestão 2021 conjunta com as
2044 demais comissões. Reuniões com os coordenadores das URCMASs e fóruns da região,
2045 usuários, trabalhadores e entidades. Essa questão da URCMAS volta mais uma vez e
2046 quero dizer a importância que ela tem, que só com essas diretorias a gente vai conseguir
2047 atingir o máximo de municípios para que a gente possa também sanar a deficiência dos
2048 conselhos mediante o artigo 30. Preparação e realização do Dia D estabelecida pela
2049 Resolução CEAS nº 638/ 2018. Isso é um dia que o conselho faz uma ação, parece que
2050 é em agosto que ocorre, não é, Paula? **PAULA - CEAS:** O Dia D foi pensado no evento
2051 comemorativo da criação da LOAS. Ele foi instituído em 2018, que foi o primeiro ano
2052 que realizamos e foi um grande evento de mobilização aqui na Praça Sete, com
2053 palestras lá na universidade na Praça da Liberdade. Depois descemos e ficamos a
2054 manhã inteira com carro de som, panfletamos muito. O evento comemorativo foi muito
2055 bonito e chama muito a atenção. A intenção é que todos os outros municípios, ou, pelo
2056 menos por regionais, fizessem também esse dia de mobilização para lembrar mesmo
2057 da importância do SUAS, da importância da criação da LOAS. Depois disso, no ano
2058 seguinte, foi a conferência e não conseguimos realizar. Soubemos que na época
2059 algumas regiões fizeram, alguns municípios tiveram um evento bacana. Claro que não
2060 todos. Não conseguimos atingir todos, mas foi bem interessante onde conseguiram
2061 comprar essa ideia. A conferência impediu no ano seguinte e depois veio a pandemia e
2062 não conseguimos realizar mais nenhum. Eu espero que esse ano a gente consiga, o
2063 conselho como um todo, realizar um grande evento. A gente está precisando disso para
2064 marcar a importância do SUAS novamente. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Dando
2065 continuidade. Apuração de denúncias recebidas do CEAS. Parece que já temos uma ou
2066 duas denúncias que a gente já começou a discutir no mês passado, no dia 29 de abril.
2067 E já estamos tomando providências quanto a isso. Promover a divulgação de
2068 informações sobre direitos sociais e fortalecimento de espaços de controle social. Isso
2069 vejo que é de uma importância tanto para a Comissão de Apoio aos Conselhos
2070 Municipais de Assistência Social fazer, mas também do CEAS fazer, que é ampliar mais
2071 as informações que a gente discute aqui. Ampliar mais informações para que os
2072 conselhos e a própria sociedade civil possam ter conhecimento do que é direito dela de

2073 verdade. E essa é uma outra ação também. Nunca tive a oportunidade de participar,
2074 mas é a questão das caravanas do CEAS, conforme já posto pela Comissão de Apoio
2075 e aprovada pela Resolução nº 644/2018. Se eu não me engano, a Dona Arlete estava
2076 comentando disso na Comissão de Apoio, fala que é um networking muito bacana, que
2077 a gente consegue visualizar os problemas dos outros municípios. E que a gente possa
2078 apoiar, ajudar eles a superar esses problemas. A gente fez essas propostas de ações.
2079 Infelizmente, com 5 meses de CEAS, nós só tivemos uma reunião presencial, temos
2080 algumas reuniões virtuais nas quais não tivemos a possibilidade de discutir por ene
2081 motivos, mas eu sei que a gente vai conseguir reunir mais coisas e conseguir trabalhar
2082 de uma melhor forma na gestão. Obrigado. **PAULA - CEAS:** Todas as comissões
2083 citaram os seus membros, devido ao tempo de ir direto para as ações, não fizemos nem
2084 a introdução do planejamento. Mas vou citar os nomes porque eu acho importante. A
2085 Comissão de Apoio atualmente conta com a Arlete Alves de Almeida, Carla Valéria,
2086 Gabriela Loiola, Isac dos Santos, Jacqueline Caldeira, João Vitor, que é o nosso
2087 coordenador, Marinete que se ausentou hoje e a Simone Maria que é a nossa
2088 coordenadora adjunta que ainda não tinha vindo a uma reunião. Não é, Simone? Estou
2089 te marcando que a Simone é a nossa coordenadora adjunta. Contando com a ausência
2090 da Sandra que saiu. **PRESIDENTE:** Paula, obrigada. Só o Isac pediu inscrição primeiro,
2091 depois Juanita e depois Grazielle. **ISAC, ASQUIS:** Boa tarde. Só para fazer um
2092 esclarecimento. Vocês perceberam que, no plano, algumas ações estão bem mais
2093 estruturadas com todas as colunas preenchidas com o como fazer e prazo, inclusive.
2094 Só para explicar esse detalhe que, primeiro, a gente teve um texto básico da Secretaria
2095 Executiva com as ações. Discutimos esse texto na reunião passada. Incluímos alguma
2096 coisa, como essa questão da caravana do SUAS, do CEAS, que é uma construção
2097 antiga da própria comissão desde 2018 e pelos motivos colocados aí, conferência e
2098 pandemia, não foi possível ser executado antes, então a gente achou importante
2099 retomar. Outras ações que ficaram sem o 'como' e o 'quando' está no plano é porque
2100 após a gente repassar no grupo da sociedade civil, tiveram essas outras sugestões que
2101 o João Vitor colocou como sugestão do Isac, mas não é. É sugestão da sociedade civil
2102 mesmo para serem incorporadas e, a partir dessa incorporação, a gente não conseguiu
2103 reunir para fazer a discussão disso. A gente tentou uma reunião on-line na semana
2104 passada, mas eu mesmo não consegui conectar para participar. Outros Conselheiros
2105 não conseguiram e alguns outros tinham impedimento de agenda e tal. A partir de sexta-
2106 feira estou sem celular mesmo. Já não tinha como discutir mesmo e não avançamos
2107 nesse 'como' e 'quando' exatamente por isso, mas são questões que a maioria é de
2108 ação continuada mesmo. **PRESIDENTE:** Juanita. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
2109 Só contribuir mesmo. Eu acho que a redação ficou, deve ter acontecido algum erro de

2110 digitação, quando vocês colocam lá apoiar “os municípios em 100% na estruturação da
2111 Secretaria Executiva” e não da paritária. Vocês colocaram Secretaria Executiva
2112 paritária. Vocês têm que fazer essa... **PRESIDENTE:** Volta o texto para a gente. **JOÃO,**
2113 **CMAS/CAETÉ:** Foi a leitura, eu acho. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Não. Eu
2114 prestei bastante atenção. **PRESIDENTE:** Pode ler no microfone, Paula. **MARIA**
2115 **JUANITA, FEAPAES/MG:** “Realizar reunião mensal com os conselhos municipais por
2116 regional, apoiar para que alcancem 100% a paridade da composição e estruturação da
2117 Secretaria Executiva.” Deve ser alcançar 100% na estruturação da Secretaria Executiva.
2118 Eu fico imaginado, porque não tem essa questão da paridade. **PAULA - CEAS:** Seriam
2119 dois temas. Alcançar a paridade. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** São duas ações
2120 em uma? **PAULA - CEAS:** São duas ações. **PRESIDENTE:** Gente, calma porque
2121 senão, a ata, ninguém entende nada. Vamos focar só porque a reunião está sendo
2122 gravada e o registro é importante. Vocês estão querendo dizer que está faltando um ‘e’.
2123 São duas ações ali. Por favor, colocou aí, Paula? **PAULA - CEAS:** Eu tinha colocado
2124 um ponto e vírgula, uma ação e a outra.. **PRESIDENTE:** Mas não está aparecendo para
2125 a gente, não. **PAULA - CEAS:** É porque identificamos que seriam duas maiores
2126 fragilidades nos conselhos. Uma que é a questão da paridade, que o artigo 30 que está
2127 aproximadamente 30 municípios sem recursos, exatamente a fragilidade é que eles não
2128 contemplam essa paridade. E a outra que é uma grande fragilidade também é a falta de
2129 estrutura da Secretaria Executiva, que muitos nem contam com ela. Seriam dois pontos
2130 a serem apoiados. **PRESIDENTE:** Ok. Agora ficou claro. **MARIA JUANITA,**
2131 **FEAPAES/MG:** Agora ficou claro. Essa é uma informação nova para mim. Nós temos
2132 30 municípios no estado que não recebem recurso do fundo nacional, federal por que
2133 não tem conselho organizado? **PAULA - CEAS:** Sim. Os cumprimentos estão sendo
2134 pedidos pela portaria 109. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Mas não vamos ter uma
2135 ação específica no planejamento da comissão com esses 30 municípios ou vai ser
2136 100%? Esses são para ontem, eu fico imaginando. **PAULA - CEAS:** Não é a primeira
2137 ação. Nós já fizemos, inclusive a Conselheira Juanita, já tivemos a honra de tê-la em
2138 um desses eventos que foi uma reunião virtual que trataram desse assunto. Depois
2139 daquele já fizemos outro no qual o Conselheiro Lucas esteve presente. Além de todos
2140 os e-mails, telefonemas, reuniões com os DGSUASs e nós tínhamos, eram muitos
2141 municípios. Nós baixamos para 65 na época que eu fiz a reunião com a Conselheira. E
2142 hoje temos cerca de 30 municípios que ainda estão pendentes. Apesar de tudo isso,
2143 toda a ação do DGSUAS. Eu sei que a equipe da Rosilene está atuando, ligando direto.
2144 Mandamos a minuta do modelinho da lei para regularização. Mas, com tudo isso, ainda
2145 temos cerca de 30 municípios pendentes. Eu montei uma relação aqui agora, e a Rose
2146 ficou de me atualizar. Eu não tenho, mas ainda tem cerca de 30 que não conseguiram,

2147 com tudo isso, se adequar. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Não é uma justificativa,
2148 não. A gente sabe desses problemas que acontecem mesmo. Como a gente ainda tem
2149 um número significativo, 30 que estão deixando de receber recurso, eu não consegui
2150 ver no planejamento uma ação específica para esses 30. É uma dúvida minha. Ou tem
2151 e eu comi mosca aqui? **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** A primeira, se puder voltar na primeira
2152 ação. **PAULA - CEAS:** Na verdade, nós só citamos. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Nós
2153 citamos, mas, veja bem, a proposta está bem clara. “Apoiar com reuniões a atuação dos
2154 Conselheiros da região para superação do cumprimento do artigo 30 da LOAS.” Já têm
2155 até municípios procurando a gente e já agendamos com eles, que está na 5ª proposta
2156 também, que já têm esses municípios para a gente conseguir regularizar. Já têm ações
2157 da comissão. É claro que houve essa demora por conta do conhecimento, por conta da
2158 falta de reuniões da comissão, mas já está previsto. **PRESIDENTE:** João, eu acho que
2159 o que está sendo discutido aqui é só acrescentar priorizando os municípios que estão
2160 em descumprimento do artigo 30. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Pelo que o
2161 coordenador falou, essa ação responde a minha pergunta. No meu entendimento é só
2162 colocar “nos 30 municípios que estão nessa situação”. É só isso. **PRESIDENTE:** Pode
2163 acrescentar. Priorizando os que estão descumprindo o artigo 30. A gente não sabe se
2164 hoje é 30. Se amanhã esse número pode aumentar ou baixar. **MARIA JUANITA,**
2165 **FEAPAES/MG:** Pois é, mas é por isso que eu chamo atenção dos Conselheiros. Isso a
2166 gente tem que ter muito em nossa mente. Isso significa o quê? Quando a Paula traz
2167 essa reflexão desse histórico da minha participação como convidada, do Lucas lá no
2168 conselho estadual, a gente não tem essa informação, como Conselheiro, que nos
2169 possibilite essa análise. Essa informação trazida agora pela Paula é que nos permite
2170 avaliar, mas quando as coisas são informais, a gente se perde mesmo. Estando no
2171 planejamento, quando a comissão for trabalhar, o foco dela vai ser nesses 30
2172 municípios. Não que ela não consiga ir mais, mas a prioridade de intervenção desses
2173 30 municípios que estão sem cofinanciamento do governo federal. Essa é a minha
2174 sugestão. E a outra sugestão, eu não sei se também é digitação. Eu acho que é na
2175 última ação. Voltar a reunir. Abrir o atendimento aos municípios. Esse conselho atende
2176 conselho municipal e não o município. É isso mesmo? Vocês vão atender gestores aqui
2177 no CEAS? **PAULA - CEAS:** Não. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É o CMAS?
2178 **PAULA - CEAS:** É o CMAS. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Então, tem que ser
2179 alterado porque quem atende o gestor é a SEDESE, não é? Eu acho que é a última
2180 ação. E no mais, falar que o planejamento de vocês está ótimo. É gigantesco. Não sei
2181 como que vocês vão dar conta. **PAULA - CEAS:** Conselheira Juanita, só gostaria de
2182 voltar aqui. Nós temos esses 30. Temos que fazer ações, colocá-los como prioridade,
2183 sim, e citamos aqui, mas estamos abertos também a todas as sugestões, contribuições

2184 e colaborações de todos. Inclusive, o que pensamos quando usar os Conselheiros da
2185 região porque nem todos vamos ter Conselheiros da Comissão de Apoio, mas podemos
2186 ter uma Conselheira Juanita, de repente, que tem uns dois ou três vizinhos que podem
2187 dar um apoio, assim como todos os outros também. A nossa intenção é, de posse dessa
2188 lista, acionar aqueles da região pedindo atuação mesmo porque eles estão muito
2189 frágeis. Com todas as orientações não conseguiram, precisam de uma atenção mais
2190 específica, talvez o presencial de alguém lá, o apoio de todos. E também abertos às
2191 sugestões de ações. **PRESIDENTE:** Tem uma lista de inscrição. Só para respeitar
2192 porque a Dona Maria está me pedindo, a Grazi está pedindo. Podemos. Na sequência
2193 tem a Grazi, Baião, Ludson, Sandra e Gabriela. **GRAZIELE, CRP:** João, só para fazer
2194 um registro mesmo. A comissão se chama Apoio aos Conselhos, mas eu compreendo
2195 que é apoio ao controle social. E vocês já colocaram no planejamento de vocês apoiar
2196 URCMAS, os fóruns de trabalhadores, os usuários. Eu estou entendendo que vocês
2197 estão também pretendendo apoiar os fóruns de trabalhadores. E lembrando que a
2198 Sandra falou agora há pouco que o segmento de trabalhadores é o que menos participa.
2199 A gente tem essa dificuldade. E fazer um registro, eu sou da coordenação do Fórum
2200 Regional de Trabalhadores da Regional Timóteo. No momento da criação do fórum a
2201 gente teve o apoio da SEDESE. Em 2016 ele foi criado no fórum regional. E durante
2202 muito tempo a gente manteve esse apoio, manteve as reuniões com esse suporte muito
2203 grande da SEDESE. Veio a pandemia e nós nos desarticulamos por ene motivos. Veio
2204 o golpe de estado que causou uma ruptura mesmo no controle social, uma dificuldade
2205 do controle social. Com isso, hoje, o fórum de trabalhadores, além de desarticulado pelo
2206 contexto, a gente não tem suporte da SEDESE. Eu já fiz contato algumas vezes com a
2207 Regional Timóteo e a gente vai tentar uma plenária, porque a gente precisa recompor a
2208 coordenação dos trabalhadores, mas sem suporte nenhum. E dizer que naquele
2209 momento em 2016 a gente só conseguiu instituir o fórum regional de trabalhadores pela
2210 participação da SEDESE. Só fazer esse registro da importância que é o controle social,
2211 principalmente o fórum de usuários. Se a gente pensa na responsabilidade dos
2212 conselhos municipais, no conselho estadual, é fomentar esse controle social.
2213 **PRESIDENTE:** Obrigada. Na sequência, Dona Maria Baião. **MARIA BAIÃO,**
2214 **FMTSUAS-BH:** Boa tarde a todos. João, eu fico preocupada com a sua leitura e quando
2215 a Paula fala. Gente, é uma palavra que eu não concordo e acho que não entra na
2216 assistência social essa coisa de prioridade. Não existe. Se a LOA tem o artigo e os
2217 direitos que são para todos, essa prioridade, Paula, tem que acabar. Se são tantos
2218 municípios por que priorizar 30? Nós temos que correr atrás dos entes federados que
2219 estão quebrando essa LOAS. Quebraram a LOAS. Quando eles deixam de depositar o
2220 dinheiro que sabem que é o orçamento que sustenta a LOAS. Não adianta você fazer

2221 os programas, igual vocês colocaram e que foi bom, bem-feito. E daqui para frente, se
2222 não tem o orçamento? Acho que nós temos que cobrar, assentar e botar na cabeça que
2223 para a assistência social continuar, para o CREAS, para o CEAS, seja o que for, se não
2224 tiver o financiamento, se nós não cobrarmos esse financiamento, não tem como a gente
2225 planejar. Nós temos o Plano de Ação da Assistência Social. É uma prestação de contas
2226 porque eu participei. Nossa Senhora, foi uma semana para prestar conta para governo
2227 que não o dinheiro, está devendo milhões para a prefeitura. Prestar conta para o
2228 governo federal que está devendo horrores. Nós temos que fazer plano, mas faz o plano,
2229 manda, envia. Cadê o dinheiro para a gente fazer as ações? Eu acho que essa mesa
2230 tem que repensar no financiamento. Não é só montarmos as comissões, tem reunião
2231 daqui, é reunião dali, mas tudo que a gente faz depende do financiamento. É injusto eu
2232 trabalhar com 30 municípios e os demais? Eu fico lá na ponta onde não tem uma luz,
2233 onde não tem uma escola e que a professora sai para fazer comida para dar para os
2234 meninos para eles não passem fome. Isso a gente ainda tem dentro do Estado de
2235 Minas Gerais. E é muito. Não é pouco. E nós estamos aqui brigando para 30 municípios
2236 que também não têm o dinheiro para continuar a política. Por isso, Mariana, que na
2237 última reunião eu briguei tanto com o tal do programa que o governo fez sem saber de
2238 onde vai sair o dinheiro. E aqui está outra vez, brigando por uma coisa porque não tem
2239 dinheiro. Eu acho que cada comissão devia puxar ao menos duas linhas cada vez que
2240 reunir como que vamos pressionar o governo. Vamos fazer o quê? Vamos para o
2241 governo de estado, mandar documento? Vamos juntar uma caravana e vamos
2242 pressionar? É assim que a gente sempre fez. A gente não pode ter medo de continuar
2243 brigando, não. Me preocupa muito. O programa é bom. O projeto é bom, mas não tem
2244 financiamento. Se eu for sair com a Paula hoje, “Baião, nós vamos passar uma semana
2245 visitando.” E o financiamento disse para nós? Vai sair de onde? Do meu bolso não vai.
2246 Da Paula também não vai. Isso é reprogramar, é programar e assentar para buscar uma
2247 política para o SUAS de fato. Essa política do SUAS, o que falta para ela é
2248 financiamento, porque disposição nós temos muita gente. **PRESIDENTE:** Obrigada,
2249 Dona Maria. A senhora trouxe um ponto importante. Só para esclarecer, Dona Maria, os
2250 prioritários que a Comissão de Apoio aos Conselhos está falando são os que estão com
2251 irregularidade. Eles estão precisando de mais atenção ainda. A Gabriele e a Suzanne
2252 trouxeram o número correto que hoje são 34 conselhos municipais de assistência social
2253 que não estão funcionando de acordo. Esses 34 precisam ser priorizados pelo apoio do
2254 CEAS para que regularizem o seu funcionamento. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** E os
2255 demais? **PRESIDENTE:** Os demais estão regularmente funcionando. Precisam de
2256 acompanhamento também. Entendeu? Eles precisam de acompanhamento também,
2257 com certeza. Próximo inscrito é o Ludson. **LUDSON, CRESS:** Eu passo, já

2258 esclareceram. **PRESIDENTE:** Sandra. **SANDRA, SINTIBREF:** Eu também já fiquei
2259 muito esclarecida aqui com os pontos, mas há dois anos atrás no mandato do CNAS foi
2260 feito um estudo sobre essa questão do controle social e as fragilidades em termos de
2261 Brasil. A gente tem que resgatar esse estudo. Não sei se a última gestão também
2262 aprofundou mais, e foi constatado isso tudo que se está falando, a falta de paridade,
2263 muitos municípios sequer têm Secretaria Executiva. Isso também foi um ponto levantado
2264 porque joga a questão para o gestor. Quando a gente fala da fragilidade e faz o estudo
2265 onde a gente destrincha porque trabalhador que tem o menor segmento, que está lá
2266 também representada. A gente tem que destrinchar também a dificuldade porque têm
2267 questões para o lado do gestor e questões para o lado do próprio segmento. Eu já falo
2268 pelo meu segmento que é trabalhadores que é de trabalhadores que estão nas
2269 entidades. Há de se ter uma conversa com o gestor para ele sensibilizar melhor esse
2270 trabalhador, disponibilizar esse trabalhador para participação. A gente aqui se sente
2271 privilegiado vindo de entidade. Eu vim do Salesianos, representei entidade no município
2272 porque a gente era liberado, mas hoje está difícil a gente buscar esses trabalhadores
2273 que estão na rede socioassistencial que estão executando o SUAS lá na ponta para
2274 poder participar. A gente fala, não se interessam por isso. Mas não interessa por quê?
2275 Por que não querem? Porque também não têm condições. Como que está o repasse
2276 para as entidades se no lugar que tinha 4 educadores, tem 2? Trabalhando 12 x 36 e
2277 como é que libera? Com o acolhimento institucional precisando desse educador. É uma
2278 série de situações que a gente vai destrinchando a dificuldade, mas eu vejo que a
2279 comissão, participei da comissão de acompanhamento de conselho no âmbito nacional
2280 e fizemos esse estudo. E trouxemos esses dados alarmantes. Veio outro mandato, eu
2281 não sei. Mas eu acho que é papel da Comissão de Acompanhamento olhar de perto e
2282 priorizar sim. Porque eu lembro que surgiu essa coisa, mas a gente vai ter que
2283 constranger mesmo os municípios se eles não se adequarem, não recebem o repasse.
2284 Para ver se muitos já devem ter se adequado e hoje, aqui em Minas, você está falando
2285 que tem em torno de 30. E tem que ser priorizado mesmo. Mas está para além disso no
2286 controle, Secretaria Executiva funcionando, organizada. Teve vários eixos, na
2287 representação, na estruturação que a gente fez esse estudo lá a comissão e ficou dados
2288 alarmantes, e por estado. Quando faz recorte por estado, eu falei: “Não, Minas Gerais
2289 não está desse jeito, não.” A gente fica trazendo para o estado. A gente tem que resgatar
2290 esse estudo. Não sei se caminhou no último pleno. Eu acho que não caminhou no
2291 sentido de avançar e trazer até para poder mostrar aqui para o conselho. **PRESIDENTE:**
2292 Obrigada, Sandra. **SANDRA, SINTIBREF:** E outra coisa. E eu penso o seguinte, quando
2293 a gente fala de controle, desculpa, na hora que eu fui falar o reconhecimento de vocês,
2294 eu fiquei pensando por que a gente está no controle social de novo? Não é, Baião? A

2295 gente permanece. Eu vou passar essa foto. Quando vocês todos legitimarem e me
2296 parabenizaram, eu fico pensando, por que estamos até hoje nessa caminhada, Baião?
2297 E é uma foto da conferência nacional que estive com a Baião, em Brasília, em 2007. Eu
2298 queria que vocês vissem como que ela estava. A Baião não mudou nada. Vai passando
2299 essa foto, porque eu acho que todo mundo tem que ver. Porque eu acho que é esse
2300 respeito, todos nós e esse respeito e compromisso que a gente tem que ter com o
2301 usuário, com esse usuário que está lá na ponta. A minha avó foi usuária no tempo da
2302 LBA. A minha história, a minha avó que veio da roça e minha mãe perdeu irmãozinhos
2303 de fome, literalmente de fome quando chegaram em Belo Horizonte. Não escaparam.
2304 Minha mãe está fazendo 90 anos esse ano. E minha avó foi na LBA. Eu não estou aqui
2305 falando mal da LBA, pelo amor de Deus. Ela foi lá buscar uma lata de leite. A vizinha
2306 falou lá: “Eles estão dando.” Está vendo a conotação que era? Caridade.
2307 Assistencialismo. No dia que ela chegou lá na fila, a mulher da LBA falou assim, não
2308 estou criticando, mas a lógica era essa, do assistencialismo, da caridade: “Dona Maria,
2309 é só esse mês. A senhora não volta aqui mais. É só esse mês que a gente vai dar essa
2310 lata de leite.” Eu fiquei pensando: “Mas que trabalhadora danada. Por que falou isso?”
2311 Mas minha avó respondeu na hora e não sei se puxei alguma coisa dela. Ela falou assim:
2312 “Olha, foi a minha vizinha que falou pra eu vir aqui. E eu não vou vir aqui mais não. Eu
2313 vou falar para a senhora, eu não sou Maria. Eu chamo Teresa.” E foi vender pão de
2314 queijo, foi lavar roupa e aí foi a nossa história. Mas eu fiquei pensando o seguinte: como
2315 que também esses trabalhadores estavam lá na ponta operando um benefício da LBA
2316 e com toda essa fragilidade de reconhecer como direito porque a gente não tinha isso,
2317 um benefício que era um direito, era caridade, assistencialismo, humilhavam as
2318 pessoas. Como a gente vê em muitas políticas hoje. Eu penso que é por isso que a
2319 gente está aqui e a Comissão de Acompanhamento de Conselhos acho fundamental,
2320 porque, na hora que aprimora, a gente vai ter um controle social mais qualificado na
2321 questão do orçamento, na questão de trabalhar as legislações. Esse apontamento que
2322 eu faço é a partir da minha experiência. E a Baião está aí. Nós estamos aí, não é Baião?
2323 Já tem uns 15 anos, no mínimo, que a gente está nessa caminhada. E eu respeito muito
2324 os usuários. **PRESIDENTE:** Obrigada, Sandra. Gabriela Loiola está inscrita e depois o
2325 Isac, para a gente concluir, pessoal. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** É só para registrar
2326 que eu já estive nessa comissão em outro momento e foi um desafio muito grande, não
2327 é Paula, com relação a essa questão do apoio aos municípios para não acontecer a
2328 suspensão dos recursos. Eu acho que nós vamos ter que mudar as estratégias de
2329 trabalho para ver se a gente consegue atender esses 34 municípios para que eles
2330 voltem a receber os recursos necessários. E fazer quórum, aproveitando o momento, a
2331 fala da Grazi, com relação ao apoio aos fóruns. Inclusive chego a mencionar sobre o

2332 fórum de Salinas que já esteve em um momento de atuação muito forte, mas agora,
2333 depois da pandemia, tem tido uma fragilidade muito grande. A gente não está se
2334 reunindo, sequer está dialogando. E o desafio vem junto com a questão da URCMAS.
2335 E o que eu quero trazer? Que o apoio do conselho estadual foi muito importante para
2336 que os trabalhos do fórum acontecessem. Acho que estamos com um desafio
2337 gigantesco diante dessa realidade. Outra questão, baseada na minha região, sobre a
2338 Secretaria Executiva que é mais do que ter uma Secretaria Executiva. É ter uma
2339 Secretaria Executiva de acordo com o que está previsto na legislação. **PRESIDENTE:**
2340 Juanita pediu inscrição. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** O que a gente vê é uma
2341 sobrecarga da Secretaria Executiva em assumir diversos conselhos. E eu acho que isso
2342 precisa ser mencionado porque a nossa comissão precisa ficar atenta sobre isso.
2343 Porque as demandas que dizem respeito à Política de Assistência Social são
2344 gigantescas e a gente precisa, de fato, uma Secretaria Executiva que esteja atuando
2345 exclusivamente no Conselho Municipal de Assistência Social. É só para registrar isso.
2346 Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Gabriela. Vou passar para o Isac e depois Juanita
2347 e Lucas. Vou pedir para a gente encerrar a inscrição porque a gente ainda está
2348 concluindo a discussão do planejamento da Comissão de Apoio. Depois a gente vai
2349 passar para o planejamento mensal do conselho. Ok? Para a gente encerrar esse ponto
2350 de pauta. Obrigada. **ISAC, ASQUIS:** É só um pouquinho no sentido do que a Grazi falou.
2351 Só fazendo uma reconstrução, principalmente com o Capacita SUAS anterior e com a
2352 conferência de assistência social, foi fomentada a criação dos fóruns regionais de todos
2353 os segmentos e também dos usuários. A realidade dos fóruns de usuários também foi
2354 a mesma, nas regionais em que foram criados, que havia o apoio da SEDESE, os fóruns
2355 funcionaram um pouquinho bem. Na medida em que o apoio da SEDESE foi sendo
2356 excluído para os fóruns regionais, eles foram acabando. Os contatos que eu tenho, a
2357 gente começou a estruturar o fórum estadual também de usuários da mesma questão
2358 que foi o do recurso para essa participação. É uma cobrança geral no segmento de
2359 usuários que haja apoio da SEDESE para a manutenção dos fóruns regionais e
2360 estadual. E, se eu não me engano, inclusive essa cobrança veio na conferência de 2019
2361 para que a SEDESE pense em como apoiar o funcionamento dos fóruns regionais e
2362 estadual de usuários também. **PRESIDENTE:** Obrigada, Isac. Juanita. **MARIA**
2363 **JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu queria pegar a fala da Grazi e da Gabi, que as
2364 Conselheiras apresentaram uma dificuldade aqui, e esse conselho não pode não fazer
2365 nada com relação às questões que elas estão apresentando. Eu acho que mais do que
2366 escutar, é propor em cima das dificuldades que cada um traz. Se nós estamos
2367 retomando trabalhos com fóruns e URCMAS, o CEAS precisa rever, primeiro, é a
2368 SEDESE regional que vai continuar dando o apoio às URCMASs e aos fóruns conforme

2369 era antes? Se sim, é fazer essa organização para que isso aconteça. O apoio que eu
2370 falo é administrativo, logística, ligação, organização, cessão de espaço, se caso
2371 necessário, que sempre foi esse apoio. Eu penso que é disso que as colegas estão
2372 falando e esse encaminhamento precisa ser feito. Nós vamos solicitar à SEDESE, o
2373 CEAS vai solicitar à SEDESE que dê o apoio administrativo ao funcionamento das
2374 URCMASs e fóruns por meio de suas regionais? Isso é uma proposta de
2375 encaminhamento. Segundo, uma reflexão. Eu vejo a Presidente muito preocupada em
2376 dar vazão às demandas desse CEAS, mas a fala dos Conselheiros é de uma
2377 importância muito grande. E o que os Conselheiros têm que se ater é que nós só temos
2378 dois minutos para falar. É o que está no Regimento Interno. Falas muito extensas devem
2379 ser cortadas pela Presidente. Está lá no Regimento Interno. Uma outra reflexão. E a
2380 segunda reflexão é, talvez, se no planejamento nós tivéssemos tido da Secretaria
2381 Executiva uma fotografia do SUAS no estado, talvez a gente teria sido mais ágil para
2382 fazer o planejamento. Por exemplo, a Comissão de Apoio. A fotografia dos conselhos
2383 municipais. Quantos estão sem Secretaria Executiva? Quantos não têm paridade? Eu
2384 entendo que a comissão ia focar especificamente. O CEAS não tem condição, mas
2385 solicitasse à vigilância essa fotografia. Aliás, não é possível fazer planejamento sem
2386 diagnóstico. Da mesma forma, as outras comissões. Por mais que a gente não queira
2387 ouvir todos os Conselheiros, a fala dos Conselheiros traz questões muito importantes.
2388 Essa da Grazi e da Gabi, esse CEAS não pode deixar passar sem dar um
2389 encaminhamento. É a minha proposta aqui. **PRESIDENTE:** Lucas. **LUCAS,**
2390 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só para resumir e fazer um compilado
2391 disso tudo que nós estamos discutindo, a fala da Grazi, a fala da Gabi, a fala trazida
2392 pela Conselheira Juanita. Nós já deliberamos pela elaboração da SEDESE junto com o
2393 CEAS de um plano estratégico do fortalecimento do controle social. Eu acho que essas
2394 questões também têm que estar apontadas na elaboração desse plano estratégico,
2395 condensadas, para que dê um retorno urgente porque passamos por um período de 2
2396 anos de quase esquecimento do controle social, aquele mais efetivo de fóruns, de outras
2397 manifestações de controle social, URCMAS. Acho que esse momento covalida tudo
2398 isso, essa expectativa que a gente concentra nesse plano estratégico e nos dá mais gás
2399 para atuar nesse plano, tendo como base um diagnóstico, como a Juanita trouxe. E essa
2400 expectativa que temos dessa necessária e urgente urgência no fortalecimento do
2401 controle social. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada, pessoal. Só retomando aqui.
2402 Primeiro vamos deliberar sobre a proposta da comissão e depois a gente volta nesse
2403 ponto? A gente falou isso de manhã. Eu estou entendendo que o encaminhamento é
2404 também a criação de um grupo de trabalho para elaborar esse plano. O que o Lucas
2405 está dizendo, um plano de fortalecimento do controle social, não é isso que você falou,

2406 Lucas? Sim, deliberou que precisa criar. O que eu estou chamando atenção aqui é que
2407 se não colocar isso em qual comissão, qual grupo que vai elaborar, no próximo mês
2408 esse assunto vai voltar da mesma forma. É isso que estou colocando. Estou chamando
2409 atenção para isso, porque, assim como ele falou, em uma reunião plenária passada foi
2410 falado que a gente precisa fazer isso, mas esse conselho ainda não tomou iniciativa, de
2411 fato, de elaborar esse plano. Eu acho que na hora que aprovar o planejamento da
2412 Comissão de Apoio, a gente vai passar para o quadro de atividades mensal. Eu acho
2413 que algumas coisas já estarão contempladas nesse quadro. Depois a gente volta nisso
2414 que você está falando. **GRAZIELE, CRP:** Isso não seria a função da Comissão de
2415 Apoio? E a Comissão de Apoio colocar esse planejamento e, claro, pedir apoio, pedir
2416 sugestão, participação de outros Conselheiros, pedir apoio técnico. Mas eu entendo que
2417 isso é uma responsabilidade da Comissão de Apoio. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Também
2418 concordo com a Grazielle. Eu acho que é uma ação da Comissão de Apoio também.
2419 **PRESIDENTE:** Paula, você tomou nota? Incluir uma ação no quadro da comissão.
2420 **GRAZIELE, CRP:** Lembrando que vocês estão com um planejamento gigante, mas eu
2421 compreendo que essa estruturação do apoio ao controle social abarca várias ações que
2422 vocês têm ali. Eu acho que é só formalizar, registrar, organizar como que esse apoio vai
2423 ser feito através da criação do plano estratégico, como citou o Lucas. **JOÃO,**
2424 **CMAS/CAETÉ:** Grazi, a gente sabe que o plano está extenso, mas é necessário. Acho
2425 que como está previsto, a gente vai buscar chegar o mais perto daquilo. Não significa
2426 que a gente vai conseguir fazer, mas ao menos a gente tem o objetivo de tentar chegar
2427 até lá. Por isso que eu acho legal estar no plano de ação. **LUCAS, CONSELHO**
2428 **CENTRAL DE CURVELO - SSV:** Eu não vou partir para uma sugestão de criar um
2429 outro grupo, porque nós já temos muita coisa para cuidar. Mas aqueles Conselheiros
2430 que tiverem agenda e disponibilidade para auxiliar na Comissão de Apoio, porque isso
2431 diz muito sobre a organização do conselho em relação às ações que devem ser
2432 executadas. A responsabilidade é quase que compartilhada com todas as comissões. E
2433 vejam que boa parte das ações dizem respeito a esse plano estratégico de atuação e
2434 fortalecimento do controle social. Acho que aqueles que puderem auxiliar nessas ações
2435 e já me coloco à disposição da comissão, tento achar uma brecha, mas vou tentando
2436 ajudar para poder auxiliar nessas ações estratégicas da comissão. **PRESIDENTE:**
2437 Paula, tira a palavra 'solicitar'. É uma ação dentro da comissão. Realizar. **GRAZIELE,**
2438 **CRP:** João, também me coloco à disposição principalmente na questão do fórum de
2439 trabalhadores e fórum de usuários, enquanto representante dos trabalhadores.
2440 **PRESIDENTE:** Eu acho que ficou ótimo o encaminhamento. Gostaria de perguntar à
2441 plenária se estão esclarecidos para a gente votar a proposta de planejamento da
2442 Comissão de Apoio com a inclusão desse ponto? Esclarecidos? Posso colocar em

2443 votação? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** E o encaminhamento do CEAS com
2444 relação ao pleito à SEDESE? Funcionamento dos fóruns e URCMAS? **PRESIDENTE:**
2445 Pois é, estou entendendo que isso é fora da comissão. É fora do planejamento da
2446 comissão. É um encaminhamento que a plenária tem que deliberar. **MARIA JUANITA,**
2447 **FEAPAES/MG:** Depois da comissão a gente delibera? Entendi. **PRESIDENTE:** O Lucas
2448 está perguntando se isso não seria uma das ações que também viria dentro do plano
2449 da Comissão de Apoio. **GRAZIELE, CRP:** Não. Nós estamos solicitando apoio. E
2450 agradecer também a Juanita que prontamente lembrou que há uma demanda. E essa
2451 demanda precisa de uma resolutividade. A gente está dizendo que a gente tinha o apoio
2452 e que o fórum de trabalhadores, o fórum de usuários acontecia, inclusive lembrar que o
2453 Isac esteve na criação do fórum de trabalhadores da Regional Timóteo. É o apoio
2454 imediato mesmo. **PRESIDENTE:** Eu posso colocar primeiro para deliberação do
2455 planejamento da comissão e depois esse ponto? Para a gente deliberar separadamente.
2456 Esclarecidos os Conselheiros? Passamos para a votação do planejamento das ações
2457 da Comissão de Apoio aos Conselhos Municipais. Conselheiros que manifestam pela
2458 aprovação, por favor levantem as placas. Conselheiros que manifestam pela
2459 reprovação. Conselheiros que se abstém. Não havendo manifestação contrária e nem
2460 abstenção, fica aprovado o planejamento das ações da Comissão de Apoio aos CMASs.
2461 Agora, partindo para o encaminhamento do CEAS. O encaminhamento é solicitar à
2462 SEDESE apoio das regionais para retomada do funcionamento dos fóruns de usuários
2463 e fóruns de trabalhadores no interior de Minas. É esse o encaminhamento? Secretaria
2464 Executiva, vocês precisam registrar isso. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu
2465 gostaria de sugerir. É um ofício do CEAS à SEDESE solicitando a retomada do apoio
2466 das regionais, as reuniões de URCMAS e fóruns que vão acontecer de acordo com o
2467 planejamento delas. **LUDSON, CRESS:** Eu acho que em esse ofício da Juanita poderia
2468 ser indicada a necessidade de agendar uma reunião, que representantes da SEDESE
2469 com a Comissão de Apoio para organizar esse processo. **PRESIDENTE:** Só aguardar
2470 que a Secretaria Executiva está tomando nota e a gente confere a leitura do
2471 encaminhamento. Fechar o encaminhamento. O encaminhamento da plenária é: "Ofício
2472 à SEDESE solicitando a retomada do apoio das diretorias regionais às atividades das
2473 URCMASs e fóruns de trabalhadores, usuários e entidades da sociedade civil." A
2474 plenária concorda com o encaminhamento? Está claro? Registrado? Ok. Passando
2475 agora para o próximo ponto de pauta dentro dessa questão do planejamento. Ainda
2476 temos a Comissão de Ética para aprovar o planejamento. Temos uma questão aqui que
2477 a Gabriela levantou, que a Comissão de Monitoramento de Deliberação das
2478 Conferências não fez planejamento porque está incompleta e não se reuniu. Isso é um
2479 ponto que está na pauta aqui também, que é recomposição das comissões. E temos o

2480 quadro mensal das atividades. Vou passar para a Comissão de Ética. A Rosa que é a
2481 técnica? A Rosa vai apresentar primeiro da Comissão de Ética e depois a gente passa
2482 para a próxima comissão. O Lucas está registrando que o planejamento da Comissão
2483 de Ética não precisa ser submetido à aprovação, mas ele precisa ser apresentado aqui
2484 para conhecimento da plenária. Por que, Rosa? Eu que pergunto. Os Conselheiros
2485 estão perguntando por que não é submetido à aprovação? **LUCAS, CONSELHO**
2486 **CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Porque a Comissão de Ética tem caráter normativo
2487 e executivo. É a única comissão que tem essa prerrogativa. Está no código de ética.
2488 **ROSA - CEAS:** Conselheiros, a Comissão de Ética de qualquer órgão, qualquer
2489 conselho, é acompanhado pelo CONSET, Conselho Estadual de Ética do Estado.
2490 Qualquer coisa que nós fazemos é acompanhado pelo CONSET, tanto que esse pleno
2491 vai ser encaminhado para o CONSET. Nosso código de ética é acompanhado e
2492 monitorado pelo CONSET. É uma comissão que também é monitorada por um conselho
2493 de âmbito estadual como o nosso. Não é só o CEAS. Todos os conselhos que têm
2494 Comissão de Ética são acompanhados pelo CONSET. A Comissão de Ética é formada
2495 por 4 Conselheiros, um de cada comissão. Nós temos o Conselheiro Silvestre,
2496 Comissão de Orçamento; Conselheira Camila, Comissão de Normas; Conselheira
2497 Jacqueline, Comissão de Apoio e Conselheiro Philipe, Comissão de Política. Esta é a
2498 composição da Comissão de Ética. **PRESIDENTE:** E o coordenador da Comissão de
2499 Ética. **ROSA - CEAS:** Nós elegemos o Silvestre como coordenador da comissão. A
2500 Comissão de Ética tem um diferencial que esse plano tem um monitor. Nós temos a
2501 coordenação do Silvestre, mas esse plano de ação da Comissão de Ética tem um
2502 Conselheiro que é responsável pelo monitoramento do plano de ação e o eleito foi o
2503 Philipe. Tudo que for falado nesse planejamento, o Philipe, que é o nosso monitor do
2504 planejamento, ele tem esse papel dentro conselho. “Olha, gente, a nossa ação tem tanto
2505 ao prazo.” Nós temos essa figura do monitor do planejamento da Comissão de Ética.
2506 **PRESIDENTE:** Rosa, questão de ordem, porque o Conselheiro Lucas está me
2507 chamando a atenção. A gente precisa aprovar aqui o Silvestre como coordenador dessa
2508 Comissão de Ética, eleito dentro da própria comissão. Para aprovação dessa plenária,
2509 quem concorda com o Conselheiro Silvestre como presidente dessa comissão, por
2510 favor. Aprovado por unanimidade, não havendo manifestação em contrário. Vou pedir
2511 para a Comissão de Ética continuar a apresentação do planejamento. **SILVESTRE,**
2512 **SEF/MG:** Primeiro, vou agradecer a concordância de todos ao sacrifício, por livre e
2513 espontânea pressão, diga-se de passagem. O plano de ação da Comissão de Ética, a
2514 Comissão de Ética foi criada pela Resolução CEAS nº 320/2010. No seu artigo 17, tem
2515 por determinação: I - receber denúncias e propostas para averiguação de infração ética
2516 que lhe forem encaminhadas, indicando a conveniência de instauração de procedimento

2517 específico e aplicação de eventuais penalidades; II – Instaurar, de ofício, procedimento
2518 sobre o ato ou matéria que considere configurar, em tese, infração a princípio ou norma
2519 ética; III - instruir o procedimento que deverá ser concluído no prazo de 30 dias,
2520 prorrogável por igual período; IV) Elaborar relatório circunstanciado e parecer
2521 conclusivo, propondo, se devida, a aplicação de penalidade. Antes de falar o que já foi
2522 realizado, eu gostaria de registrar aqui um agradecimento especial ao Lucas que se
2523 prontificou, de uma forma extremamente competente e extremamente colaborativa, a
2524 estar presente nas nossas reuniões para nos dar assessoria jurídica. Sem a qual eu me
2525 coloco como uma pessoa incompetente para realizar esse trabalho aqui. Deixo
2526 registrado isso e também a prestatividade, a atenção, a colaboração de estar presente
2527 nas nossas reuniões de uma forma de gestão muito grande que é a Rosa. Com uma
2528 prestatividade incrível em fornecer tudo aquilo que posteriormente deveria ser
2529 apresentado aos componentes do grupo. Todas as ações a serem realizadas pela
2530 comissão em 2022, seria a primeira delas. Aliás, foram três. Já foram realizadas e
2531 concluídas. Convocar a primeira reunião da Comissão de Ética, que foi concluída no dia
2532 15/03/2022. Escolher o coordenador ou responsável pelo monitoramento do projeto. E
2533 avaliar e aprovar o plano de Comissão de Ética. Reunir-se semestralmente e
2534 ordinariamente, e tantas extraordinariamente de acordo com a necessidade. A comissão
2535 se reuniu no dia 15/03. E conforme o artigo 13, parágrafo 2º, haverá uma reunião
2536 ordinária a cada 6 meses, e tantas extraordinárias quantas forem convocadas pelo
2537 coordenador da Comissão de Ética, por 2 de seus membros ou pela plenária.
2538 Considerando a necessidade da revisão do código de ética e diminuir o prazo para 2
2539 meses para a próxima. A próxima seria dia 16/05, às 14h, que foi realizada anteontem,
2540 a serem gravadas para o arquivo. E fazer um calendário com datas das reuniões.
2541 Receber denúncias e propostas para averiguação de infração ética que lhe forem
2542 encaminhadas, indicando a conveniência de instauração de procedimento específico e
2543 aplicação de eventuais penalidades; II - Instaurar, de ofício, procedimentos sobre o ato
2544 ou matéria que considere configurar, em tese, infração a princípio ou norma ética. Cabe
2545 à comissão. Isso é sempre continuada. Avaliar o código de ética. O nosso código de
2546 ética está desatualizado. E, para tanto, nós pedimos a participação do Lucas para que
2547 nos auxiliasse a fazer essa avaliação e as alterações que se tornam necessárias fazer.
2548 Isso está em andamento. A gente vai fazer. E temos um prazo até o dia 7/11,
2549 considerando essa necessidade de avaliação. Foi aprovada até novembro as reuniões,
2550 que serão bimestrais. A revisão deverá revisar o código mais dinâmico e que não conflita
2551 com o CONSET. Participações das ações do CONSET. Verificar como se dá essa
2552 participação e solicitar informe sobre as reuniões do CONSET, à Comissão de ética do
2553 FEAS. VII - apoiar as comissões temáticas do CEAS sobre os dispositivos do código de

2554 ética. Isso é contínua também e será rotina da comissão. Orientar os Conselheiros em
2555 relação ao código de ética do CEAS. Também é contínua. Elaborar o fluxo para análise
2556 das manifestações éticas. É necessário normalizar o fluxo antes da instauração do
2557 processo, pois o código de ética não prevê averiguação prévia para garantir o
2558 Conselheiro rever os seus atos. A Conselheira Ivone ficou de elaborar uma minuta de
2559 fluxo das manifestações até setembro. Isso já foi feito. Já passou. Porém, não houve,
2560 devido às conferências de assistência. Justamente por isso ela pode fazê-lo. Fazer o
2561 relatório do ano de 2022 para a comissão até novembro. Conforme eu falei, esse
2562 relatório deverá ser entregue no final de novembro à plenária de dezembro. E, por
2563 último, isso já tinha sido proposto, por mim, pelo Lucas, que éramos da Comissão de
2564 Ética anterior, fazer uma capacitação a cada Conselheiro sobre o que representa o
2565 papel dele eticamente dentro do CEAS. O que cada um tem por obrigação de policiar o
2566 seu procedimento no que faz, no que fala, no que age e no trabalho dele dentro do
2567 CONSEAS. Essa capacitação envolveria, talvez, eu acredito e o Lucas também pensa
2568 da mesma forma, que em um dia de capacitação a gente levaria isso. Trazendo uma
2569 pessoa com essa capacidade para poder informar isso a todos os Conselheiros. Já foi
2570 citado aqui um monitor que eu fiquei muito feliz de ser, que é o Philipe. E já deu a
2571 demonstração de colaboração que é muito grande na nossa reunião anterior. E
2572 agradeço a todos. Esse é o plano de ação do Conselho de Ética. **PRESIDENTE:** Muito
2573 obrigada, Conselheiro Silvestre e os demais Conselheiros da comissão, e o apoio do
2574 Conselheiro Lucas. Fica registrada apresentação do planejamento da Comissão de
2575 Ética. Podemos passar para a apresentação do quadro de planejamento anual de
2576 atividades? Eu queria chamar atenção, e já coloquei aqui para a Cirlene, de todos os
2577 coordenadores e os técnicos da Secretaria Executiva, que no planejamento das
2578 comissões apareceu, ou a solicitação ou já a organização de alguma capacitação, igual
2579 a essa da Comissão de Ética, a da Comissão de Apoio. E lá no nosso quadro de
2580 planejamento anual, que está mês a mês, a gente precisa colocar isso no planejamento
2581 para que seja executado. **PRESIDENTE:** E é aqui que peço atenção de todos vocês
2582 para a gente preparar essas capacitações, as outras atividades no mês correto. Já
2583 pensando que se não for executado dentro de um mês, vai automaticamente para o mês
2584 seguinte. Mês de abril pode passar. A gente já cumpriu. Só a título de informação. Para
2585 o mês de abril estava prevista a prestação de contas do 4º trimestre, que acabou ficando
2586 para esse mês. Plano de aplicação de recursos do FEAS, outros assuntos e o
2587 planejamento do CEAS, que exatamente o que a gente está fazendo hoje. Mês de maio.
2588 Plenária extraordinária para os assuntos não vencidos em abril; deliberação sobre o
2589 plano de aplicação; planejamento do CEAS e das comissões; o grupo de trabalho sobre
2590 o funcionamento do CEAS e a prestação de contas do 4º trimestre que já pode tirar

2591 porque isso vai entrar na plenária do dia 20. Você já pode recortar e jogar na do dia 20,
2592 Rosa. **ROSA - CEAS:** A prestação de contas? **PRESIDENTE:** Isso, porque ela tem que
2593 passar, primeiro, na reunião conjunta de comissões, que é amanhã. E no dia 19
2594 também. Só alertando que para a reunião conjunta de amanhã temos esses três pontos
2595 que são densos. Acredito que a gente não vai conseguir vencer esses três pontos
2596 amanhã. Então, a gente já poderia, inclusive, considerando aqui a gente está
2597 deliberando sobre o planejamento de atividades, a prestação de contas do 1º trimestre
2598 já sugiro colocar no mês de junho. Vocês estão entendendo? Juanita. **MARIA JUANITA,**
2599 **FEAPAES/MG:** Posso contribuir, Presidente? **PRESIDENTE:** Sim. **MARIA JUANITA,**
2600 **FEAPAES/MG:** Eu penso que, para agilizar o trabalho do CEAS, a Secretaria Executiva
2601 deve pegar as deliberações das comissões e trazer para esse quadro. A gente aprovou
2602 tanta coisa hoje. Eu, pelo menos, não dou conta de prestar atenção e lembrando tudo
2603 que a gente já deliberou. Talvez seria um exercício, a Secretaria Executiva revisitasse
2604 as deliberações das comissões, fizesse a adequação e mandasse para a gente. E cada
2605 um emitiria a opinião ou viria depois de amanhã para a gente aprovar aqui. É uma
2606 sugestão. **PRESIDENTE:** Eu entendo. Concordo. Agora preciso ver com a Secretaria
2607 Executiva. Vocês acham que é possível readequar esse quadro para sexta-feira. E a
2608 gente voltar nele na sexta-feira ou volta no mês de junho. Eu estou colocando já para a
2609 gente ter bastante clareza se vai conseguir fazer isso de hoje para amanhã, até sexta-
2610 feira, ou o quadro fica para o mês de junho e ter ele enviado no e-mail dos Conselheiros
2611 antes da reunião. O que vocês acham? Pode falar, Kariny. **KARINY, BEM ESTAR DO**
2612 **MENOR:** É justamente isso, porque colocamos uma capacitação e a gente precisa
2613 definir data para coincidir com as plenárias. **PRESIDENTE:** Obrigada. A Comissão de
2614 Normas também tem uma proposta de capacitação que é para junho e precisa ser
2615 aprovada aqui também. Vamos só ver as atividades de junho. A Comissão de Política
2616 já tem data para essa capacitação? Seria em junho também? Então a gente teria que
2617 aprovar isso agora. Para junho nós temos ali, além das pautas, relatório de gestão,
2618 revisão do PEAS ou outros assuntos. A revisão do PEAS a gente vai tentar tratar
2619 amanhã, se não conseguir vai ficar para junho. Além dos assuntos de deliberação de
2620 plenária, a gente tem a proposta de capacitação para Conselheiros sobre o sistema de
2621 gestão do SUAS. Temos essa capacitação proposta pela Conselheira Kariny sobre
2622 benefícios eventuais e transferência de renda. E temos da Comissão de Normas sobre
2623 o Plano de Assistência Social para os municípios de barragens. Nós temos 3 propostas
2624 de capacitação para o mês de junho e isso a gente precisava deliberar aqui. A gente
2625 pode suprimir uma ou recombina. São os sistemas que os Conselheiros citaram,
2626 SUASWEB, os que os conselhos têm que preencher. **LUDSON, CRESS:** Mariana, só
2627 queria reforçar que a demanda da Comissão de Normas, até pela questão das

2628 barragens e a Rosa me lembrou bem agora, existem processos de barragens para
2629 serem distribuídos e eles são pendentos dessa capacitação. Se a gente não faz ela para
2630 agora, eles vão atrasar e vão ficar atrasando, enfim, até ela ser realizada.

2631 **PRESIDENTE:** Exatamente, Ludson. Graziele. **GRAZIELE, CRP:** É só reforçar o que a
2632 Juanita falou que, por exemplo, o grupo de trabalho que a gente aprovou, tem que entrar
2633 em junho, então vai ter que incluir a deliberação das conferências e incluir essas outras
2634 questões que a gente votou. **PRESIDENTE:** Vamos aqui objetivamente. O quadro
2635 completo, a gente pode deixar a Secretaria Executiva adequar e trazer em junho. Mas
2636 as atividades que têm proposta para serem executadas em junho, a gente precisa
2637 aprovar hoje porque senão a gente não consegue fazer agenda. Essa que é a questão
2638 bem objetiva. A gente precisa fechar a agenda de maio/junho aqui. Por quê? Essas
2639 capacitações, só para vocês entenderem, sobre barragens demanda tempo dos
2640 Conselheiros, tempo da Secretaria Executiva. A de benefícios eventuais demanda
2641 tempo de pessoas externas que vão ser convidadas, agentes externos para tratar dos
2642 assuntos. A gente precisa deliberar. Eu sugiro tirar essa parte dos sistemas e jogar para
2643 julho. É porque eu acho que esse arquivo deve ser mais antigo e ele foi sendo mexido.
2644 Vamos focar. A prioridade para junho. Vamos definir qual é a temática? É barragens.
2645 Eu entendo que é barragens. E a transferência de renda e benefícios também pode ser
2646 jogada para julho, Rosa? E depois a gente pensa melhor na divisão de julho para frente.
2647 Vocês estão acompanhando? Vocês estão de acordo? Está todo mundo caladinho,
2648 estou entendendo que está todo mundo de acordo. A gente vai ter que fazer uma
2649 escolha aqui. **IARA, CSJB:** Eu estou, Presidenta. Eu só acho que deveriam ser ações
2650 que não estivessem necessariamente vinculadas ao quadro, porque eu acho que ainda
2651 vai passar por uma revisão e a gente vai aprovar. Mas entendendo que essas duas
2652 ações são urgentes, que a gente já retirasse elas como proposta, desse o
2653 encaminhamento necessário. E depois faz a aprovação do quadro com a inclusão delas,
2654 mas que não fosse algo que a gente aprovasse uma parte do quadro e outra não. Mas
2655 que a gente entendesse que são duas ações que precisam ser tratadas com mais
2656 urgência. **PRESIDENTE:** Ok. Concordo com a Conselheira Iara, então a gente vai tratar
2657 apenas de duas capacitações prioritárias para junho, a ver as agendas ainda. E a
2658 Secretaria Executiva vai ter que organizar com as pessoas de fora ou com os
2659 Conselheiros que vão ter que fazer o material e a capacitação. E depois apresenta a
2660 proposta aqui de data, manda no grupo de WhatsApp. Todos estão de acordo? E depois
2661 a gente vai voltar no quadro em junho com todas as adequações. **LUCAS, CONSELHO**
2662 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** É só pedir um pouco de antecedência para definição
2663 dessa data da capacitação para que todos nós possamos estar na capacitação. Até
2664 porque essa capacitação atinge os Conselheiros titulares e suplentes, mas ela é de

2665 responsabilidade estritamente direta dos Conselheiros titulares, porque a resolução que
2666 trata sobre as barragens, diz que quem pode ser relator dos processos de barragens
2667 são os Conselheiros titulares. É importante a participação de todos os titulares para essa
2668 capacitação. **ROSA - CEAS:** Lucas, só completando a sua fala, e os suplentes deveriam
2669 participar também porque, no caso da ausência do titular, quem apresenta relatoria para
2670 ser votada é o suplente. É interessante que o suplente também consiga participar dessa
2671 capacitação. Eu queria só fazer uma pergunta. Essa segunda capacitação é sobre os
2672 benefícios que foram falados na Comissão de Política? Benefícios eventuais que foram
2673 falados na Comissão de Política? **GRAZIELE, CRP:** A capacitação tem carga horária
2674 ou vai ser construída? Que aí a sugestão seria que fizesse da forma como estamos
2675 fazendo hoje, anterior à plenária e às reuniões de comissão. Aqui está 23 de maio, então
2676 seria 22, 23 e 24. **PRESIDENTE:** Depende, primeiro, essa de benefícios ainda depende
2677 de agenda de outras pessoas que não são da SEDESE e nem do CEAS. A gente não
2678 tem como afirmar a data e nem o formato. Tem essa questão. Porque quando eu estou
2679 falando formato, eu estou falando exatamente porque a gente não sabe se vai conseguir
2680 fazer presencial, virtual. Ainda vai ter que definir. A quantidade de tempo não tem como
2681 falar agora. Sobre as barragens, a Rosa, que é a técnica da Secretaria Executiva que
2682 está elaborando. Rosa, qual o prazo, o tempo necessário que você precisaria, o formato.
2683 Pode ficar à vontade para apresentar a sua proposta. **ROSA - CEAS:** A proposta que é
2684 minha e da Comissão de Normas, porque está sendo construída junto com a Comissão
2685 de Normas. Nós estamos pensando num período mínimo de 2 horas. Por quê? Nós
2686 vamos falar das legislações que regem essa ação dentro do CEAS. Nós vamos abrir
2687 espaço para debate para vocês tirarem o máximo de dúvidas, apesar de que as dúvidas
2688 vão surgindo na medida em que vão surgindo os processos aqui dentro do CEAS. É no
2689 mínimo duas horas. **PRESIDENTE:** Acho que pode fechar a proposta em 4 horas.
2690 **ROSA - CEAS:** É uma parte da manhã. Geralmente a gente faz essa capacitação, em
2691 outras gestões, é em uma parte da manhã que antecede a plenária para que vocês
2692 possam estar aqui, que a maioria dos Conselheiros esteja aqui. Pode ser em uma
2693 quinta-feira? **PRESIDENTE:** Rosa, a plenária de junho... **ROSA - CEAS:** Dia 23 e 24.
2694 **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** A gente poderia pensar na possibilidade que a
2695 segunda capacitação, se não for período integral, que a gente faça à tarde, para que
2696 haja um dia e tenha duas capacitações, se o formato que elegermos for presencial,
2697 depende da agenda do outro. **ROSA - CEAS:** A voz dela não está saindo na gravação.
2698 **PRESIDENTE:** E vamos começar a escrever as propostas para ficar claro. Pode falar,
2699 Kariny. Primeira proposta da capacitação sobre barragens, 4 horas. A Rosa está
2700 propondo. É um período. **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** A minha proposta, para
2701 que a gente não perca um dia, que façamos a segunda capacitação sobre transferência

2702 de renda e benefícios eventuais, no período da tarde do mesmo dia, no mesmo formato,
2703 4 horas, aberto ao diálogo. Seria o que a gente pensa. **IARA, CSJB:** Eu só fico com
2704 receio de travar a agenda pela disponibilidade que a Presidenta tempo todo está
2705 sinalizando para a gente, das pessoas externas que a gente vai convidar. Já que a Rosa
2706 e a comissão sinalizaram urgência da tratativa da questão sobre as barragens, eu fico
2707 só com receio disso, Kariny. Eu acho que a sugestão é válida, mas não devíamos atrelar
2708 as duas agendas para não travar a mais urgente delas. **PRESIDENTE:** Eu só quero
2709 reforçar o prazo, porque a gente já tem um processo de barragem que vai ser colocado
2710 até sexta-feira. Já tem que ter a escolha do Conselheiro relator. A Rosa vai fazer a
2711 introdução do assunto e esse processo tem prazo. Não sei. Estou perguntando se daria
2712 para esperar até dia 23 de junho, que ainda está longe, para fazer a capacitação
2713 considerando que já tem um processo com prazo para esse conselho se manifestar.
2714 Você entendeu a minha pergunta? **MARIA MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** Eu gostaria
2715 de saber qual a finalidade de uma capacitação tão complexa para fazer em um dia só.
2716 É de uma importância tão grande que eu acho que em um dia não dá para discutir e
2717 debater um problema tão sério de dois municípios tão sofridos. **PRESIDENTE:** O
2718 Ludson pode falar e a Rosa também. **LUDSON, CRESS:** Rosa, você complementa.
2719 Dona Maria, como coordenador de Comissão de Normas que a gente trata desse
2720 assunto e a Rosa faz a capacitação. A gente não está pegando caso concreto de
2721 Brumadinho, de Mariana. Não é o caso específico dessas cidades. O CEAS tem
2722 obrigação de fazer uma fiscalização sobre barragens em geral, barragens de água
2723 referente à hidrelétricas, à questão de águas e tudo mais. Tem uma legislação
2724 específica que rege isso e esse momento de capacitação é um momento para a gente
2725 conhecer essa legislação minimamente. E conhecer como que funciona o processo de
2726 fiscalização. Então, aa gente acredita que um dia é suficiente, sim, porque embora seja
2727 algo complexo e tenha as suas dificuldades, não demanda muitos dias. Você não vai ter
2728 uma pessoa falando: “Ah, você vai ter uma demanda de 3, 4 dias para fazer essa
2729 exposição”. A maioria das dificuldades que os Conselheiros terão com o tema da
2730 barragem vai ser na prática. Quando o Conselheiro pegar para fazer a fiscalização,
2731 pegar para fazer o processo, vai ter a Secretaria Executiva para tirar as dúvidas na hora.
2732 É uma coisa muito da prática. Ali que vão surgir as dúvidas mais significativas, mas esse
2733 momento inicial é muito importante da gente ter um conhecimento mais superficial do
2734 assunto. E esse é o objetivo da capacitação, é dar uma base para quando chegar a
2735 prática a gente não estar cru de tudo e conseguir caminhar. Não sei se é isso. Acho que
2736 a Rosa pode complementar. **MARIA BAIÃO, FMTSUAS-BH:** É porque estou fazendo
2737 parte de um grupo. O grupo foi formado por mais de 500 entidades, segmentos. Na
2738 última plenária que tivemos aqui, a Grazi até me deixou lá em um dos dias, na Católica.

2739 Nós tivemos 3 dias de seminário, para falar do plano diretor da cidade. E, junto ao plano
2740 diretor da cidade, veio a questão da Serra do Curral. Esse grupo, cada um de nós desses
2741 500 segmentos, está tratando de um assunto do plano diretor e essas mineradoras do
2742 Estado de Minas Gerais. Ontem, tivemos uma reunião que terminou às 23h. A questão
2743 da capacitação não é simples assim. Você tem que entender de uma coisa para depois
2744 você passar para a outra. Não adianta você passar, e tem uma parte técnica, é o que
2745 mais pesa no grupo. O que mais pesa no grupo é a parte técnica porque se você não
2746 entender da parte técnica junto com um pouquinho da lei, fica muito difícil, Ludson. Me
2747 desculpa. Eu estou ficando assim até meia tererê de tanta coisa porque, de repente,
2748 uma coisa vai puxando a outra. E como a gente ajuda a montar, criar, não tem como
2749 fugir. A questão é muito mais do que... Não existe. Mas eu sei. Lucas, me desculpa.
2750 Você falar que uma barragem é simples. Pelo amor de Deus. **PRESIDENTE:** Questão
2751 de ordem. Calma, Dona Maria. Ludson, deixa. A Dona Arlete pediu inscrição também.
2752 Eu acho que a gente tem que tentar esclarecer para a Dona Maria entender. Deixa a
2753 Dona Arlete falar e depois a Rosa. **ARLETE, GRAAL:** Primeiro, eu só quero justificar
2754 que a Juanita precisou sair. Ela estava com a consulta agendada. Mas a lara já está ali
2755 a substituindo. É isso. Quanto a essa questão dos barramentos, especificamente esse
2756 lado de Jequitaiá, eu acompanho essa história há muito tempo. Eu moro lá perto. E aquilo
2757 já virou uma questão social. Ali tem vários desdobramentos. E para discutir essa
2758 questão, claro, o CEAS especificamente, a ideia está mais voltada para a questão social.
2759 Compreender a relação dessas pessoas com aquela área. Tem gente que às vezes não
2760 quer receber indenização porque plantou um pé de manga. E ela não aceita sair de ali
2761 por conta do pé de manga. Tem gente que não quer sair dali porque ali morreu um
2762 parente. “Eu não vou sair de aqui porque está enterrado aqui.” É uma série de questões
2763 que vai passando pela vida dessas pessoas que estão ali. Tem crianças. Tem pessoas
2764 com mais de 20 anos que nasceram ali. Tem toda uma história do afetivo com aquela
2765 região. É preciso muito cuidado para tratar sobre isso. Quanto às capacitações, a gente
2766 precisa pensar assim, a gente vai ter a primeira. E, a partir disso, a gente vai construindo
2767 uma agenda para que a gente possa ir compreendendo todo esse processo e esse
2768 cuidado da abordagem com as pessoas que moram ali. Eu acho que a Dona Maria tem
2769 razão, sim. É uma situação muito complexa, mas a gente precisa começar. A ideia é
2770 essa. **ROSA - CEAS:** Na realidade, vocês sabem melhor do que nós sobre o Plano de
2771 Assistência Social para a população atingida por barragem. Nós vamos falar de garantia
2772 de direitos. Direitos esses, não para barragem de mineradoras, é para barragem para
2773 uso de recurso hídrico para fins econômicos. Quais são esses? Usinas hidrelétricas,
2774 abastecimento de água, irrigação de terrenos. São essas as barragens que o CEAS lida.
2775 E o CEAS, melhor do que ninguém, quando surgiu essa atribuição ao CEAS, foi até um

2776 movimento de atingidos por barragem em 1998, há muito tempo atrás, que achou, viu
2777 no CEAS, em vocês Conselheiros, aqueles que iriam garantir os direitos deles. Aquelas
2778 pessoas que são realmente capacitadas na questão de direitos socioassistenciais. A
2779 Conselheira me perguntou, falou assim: “Você sabe sobre os direitos
2780 socioassistenciais?” É isso. É isso que no Plano de Assistência Social a gente busca
2781 garantir para as famílias atingidas. Não olhamos valores. Nós olhamos os direitos. O
2782 que vocês vão garantir no Plano de Assistência Social é aquilo que vocês trabalham 24
2783 horas, são os direitos. E a gente lida com direitos nisso. E a gente busca a garantia para
2784 não acontecer o que aconteceu nas mineradoras. O que está acontecendo na serra,
2785 onde têm famílias atingidas. Vocês têm uma capacidade de garantir, de proteger, de
2786 cercar essas pessoas que vão ser atingidas pelos direitos que estão apontados, todos
2787 relacionados no Plano de Assistência Social, e a gente faz esse monitoramento. É sobre
2788 isso. É sobre direitos que vamos falar. Nós vamos falar sobre tamanho de barragem.
2789 Nós não vamos falar sobre barragens de mineradoras porque o CEAS não tem essa
2790 atribuição da lei de barragens, deixou para o CEAS essas características. Nós vamos
2791 falar de direitos. E direitos vocês conhecem, tanto que vocês estão aqui em busca de
2792 quê? De direitos, de garantia de direitos. E é sobre isso que vamos falar. Vamos
2793 começar a sexta-feira com a distribuição de processos. Eu vou dar uma geral para vocês
2794 na sexta-feira. E em junho a Comissão de Normas vem falando sobre as resoluções,
2795 sobre a lei de barragem. O que tem que estar no Plano de Assistência Social, que são
2796 os atingidos, porque a palavra correta é ‘atingido’. Tem uma definição sobre atingido.
2797 Essa definição veio do próprio movimento MAB, que é o Movimento Internacional de
2798 Atingidos por Barragens, porque barragens não existem só em Minas, existem no Brasil
2799 e fora do Brasil. O movimento que trouxe isso. E quais são os direitos? E, ainda no final
2800 dessa capacitação, vocês vão conseguir entender que quando o direito de um atingido
2801 por barragem é violado, um direito socioassistencial é violado, e muito violado, então
2802 nós garantimos isso. E a nossa proteção é essa. Qual é o direito que a gente vai ter que
2803 garantir para essas famílias? É sobre isso. A gente vai conversar sobre direitos.

2804 **PRESIDENTE:** Obrigada, acho que, isso. Acho que Rosa já esclareceu uma parte, até
2805 introduzindo o assunto. A gente só precisa pensar no prazo que a gente precisa fazer
2806 essa capacitação. Enquanto a Rosa olha, eu vou deixar a Marilene. Depois eu retomo
2807 só para a gente fechar o encaminhamento. **MARILENE, FETAEMG:** Acho que é só,
2808 Baião, essa é uma aflição que eu tive também no primeiro momento quando a gente foi
2809 falar sobre essa questão de barragens. Quando começa a tocar no assunto já me dá
2810 uma aflição muito grande, porque eu também, considerando o tamanho do CEAS, esse
2811 conselho, pelo pouco que estou participando, percebo o histórico, a força e a coragem
2812 desses Conselheiros que aqui estão para construir direitos, eu fiquei muito animada com

2813 essa possibilidade da gente também discorrer sobre barragens de mineração. Mas,
2814 infelizmente, não é isso. Concordo com tudo que já foi dito aqui pela Dona Arlete, pela
2815 Baião, e eu acho que a responsabilidade da gente é muito grande. Essa capacitação
2816 precisa realmente acontecer porque, inclusive, nós temos projetos novos e acredito que
2817 vão entrar no CEAS para a gente trabalhar, de mineração. **PRESIDENTE:** Isso ainda
2818 não está. **MARILENE, FETAEMG:** Rosa, nós temos mineração que está prevista
2819 barragem de abastecimento. **LUDSON, CRESS:** Na verdade, a questão da mineração
2820 não está posta hoje, mas ela é uma possibilidade e objetivo por conta de uma
2821 atualização no artigo que foi feito no Estado de Minas Gerais. **PRESIDENTE:** Uma lei
2822 nova. **MARILENE, FETAEMG:** Sim. É porque nós temos um projeto de mineração no
2823 Norte de Minas que, inclusive, a gente está fazendo um grande enfrentamento, que
2824 prevê uma barragem para abastecimento. Era uma questão que eu ia conversar porque,
2825 caso isso aconteça, nós, povo do campo, geraizeiros dos territórios, precisamos muito
2826 desse conselho para que a gente possa atuar, interferir nessa questão da perda de
2827 direito desses povos. Então, essa capacitação precisa ir aí. E uma outra questão que a
2828 gente precisa dialogar mais para frente é dialogar sobre a resolução. Acho que o CEAS
2829 que já tem uma entrada nessa questão, é sobre a lei de barragens também. E é um
2830 outro debate que eu não estou entrando nisso, sim, mas também é um outro debate
2831 que, de repente, a gente já pode começar a atualizar isso, a pincelar isso. E como que
2832 nós também podemos contribuir nisso de forma pensando na questão dos direitos da
2833 assistência mesmo. **ROSA - CEAS:** Só para os Conselheiros terem ideia. O Estado de
2834 Minas Gerais, para vocês verem a força que é Minas Gerais, é o único estado da
2835 federação que tem uma lei que protege os atingidos por barragem. Até 98 era tudo feito
2836 pelo COPAM, como faz de mineradora e trouxeram isso para o CEAS. E por que
2837 escolheram o CEAS? Depois que comecei a ter contato com o MAB, eles entenderam
2838 que o CEAS, como ele garante direitos, é o único que recebe. É o único que ouve, que
2839 senta. Se, daqui a meia hora, os atingidos de uma barragem qualquer chegar aqui e
2840 pedir uma audiência, a gente ouve. A gente considera, na nossa análise, a fala deles.
2841 Nós vamos a campo. Conversamos com eles e ouvimos quais são os seus direitos. O
2842 que vocês estão entendendo disso? Qual é o processo? E vocês estão entendendo esse
2843 processo? E o CEAS ouve. O CEAS busca essas informações. E vocês, Conselheiros,
2844 vão sair dessas cadeiras e vão lá. Vocês têm que ir lá. Respondendo à pergunta da
2845 Mariana. Mariana, sim, junho dá. Por quê? O técnico tem 60 dias para análise dos
2846 relatórios finais ou do Plano de Assistência Social. Vencendo esses 60 dias, que vencem
2847 em junho, tanto que eu vou a campo agora no início de junho, termino o meu relatório
2848 e, na plenária de junho, em uma plenária eu tenho que entregar esse processo para os
2849 Conselheiros... **PRESIDENTE:** Rosa, mas na plenária de junho a gente vai ter que

2850 deliberar. O que eu estou chamando a atenção é que, se a gente já tem que deliberar
2851 na plenária de junho que vai ser dia 24 de junho, a gente precisa dessa capacitação
2852 antes. Porque se deixar para o dia 23, está em cima da hora. Não dá tempo de analisar
2853 o processo. É isso que estou colocando. **ROSA - CEAS:** O Conselheiro tem 30 dias
2854 para analisar o processo. **PRESIDENTE:** Os 30 dias do Conselheiro vão vencer em
2855 julho. **ROSA - CEAS:** Em julho. Eu entrego o processo em uma plenária. O Conselheiro
2856 tem 30 dias, até a próxima plenária, para apresentar seu relatório final. **LUDSON,**
2857 **CRESS:** Para distribuir os processos, não é? **ROSA - CEAS:** Distribuir o processo. Na
2858 sexta-feira agora a gente vai fazer um sorteio. O que é esse sorteio? A gente vai criar
2859 uma lista sequencial com o nome dos 20 Conselheiros titulares. Nós vamos colocar uma
2860 relação e vocês terão acesso a isso para saber qual é o momento que serão entregues
2861 um processo. E na plenária de junho eu já vou entregar ao primeiro sorteado, ao número
2862 1, esse processo. (trecho incompreensível) [0:30:28] vou fazer a visita a campo agora
2863 no início de junho. **PRESIDENTE:** Só retomar. Questão de ordem aqui. A gente precisa
2864 fechar a data de uma capacitação que é meio período. Primeira questão. Só que dia 22
2865 antecede a plenária. Se a gente não conseguir casar a outra capacitação, seria no dia
2866 22, na parte da tarde, emendando dois dias na sequência de reuniões do conselho. É
2867 isso? Ok, Secretaria Executiva? Rosa, volta, por favor, para registrar. **ROSA - CEAS:**
2868 Estou aqui registrando. A capacitação sobre PAS/Barragem para população atingida por
2869 construções de barragens de uso e recurso hídrico com fins econômicos, dia
2870 23/06/2022, 4 horas de duração, período da manhã. **PRESIDENTE:** Ou tarde. Vai
2871 depender, se não conseguir fazer a outra, vai ser meio só período. **ROSA - CEAS:** Ou
2872 tarde. Tanto que eu coloquei de amarelo. Por quê? Conferir data palestrante. Dia 23/06
2873 a sugestão é 20. Vou até colocar a palavra 'sugestão'. **SUZANNE, SEDESE:** Rosa, é
2874 dia 22. Dia 23 é quinta-feira. **ROSA - CEAS:** Vai ser quarta-feira. Eu peguei na cabeça
2875 dia 22. Tá bom. À tarde se não houver a capacitação sobre... **PRESIDENTE:** Podemos
2876 fechar o encaminhamento? Fechamos as datas das capacitações de junho, os temas.
2877 O quadro vai ser feito pela Secretaria Executiva, adequado e apresentado em junho.
2878 Eu preciso perguntar. Podemos encerrar esse ponto de pauta, que é planejamento, e
2879 passar para o próximo ponto de pauta, Resolução do Vale Refeição? Já dizendo que
2880 são 16h25min. Esse vai ser o último ponto que a gente vai tratar, porque não vamos
2881 conseguir entrar nos próximos. **LUDSON, CRESS:** Acho que é só votar, não?
2882 **PRESIDENTE:** Sim. Eu estou perguntando se está tudo esclarecido. Estão de acordo?
2883 **GRAZIELE, CRP:** Votar só junho? **PRESIDENTE:** Somente as duas capacitações
2884 propostas para o mês de junho. Plenária está esclarecida? Proposta: duas capacitações
2885 no mês de junho. 1º: Capacitação sobre o Plano de Assistência Social para atingidos
2886 por barragem. 2º: Benefícios eventuais e transferência de renda. Data proposta: 22 de

2887 junho, a ser confirmada com o palestrante convidado. Se houver alteração, a Secretaria
2888 Executiva vai informar pelo grupo de WhatsApp. **IARA, CSJB:** Só para ter certeza de
2889 que estou esclarecida. A ideia é já entrar em contato com as pessoas que a Comissão
2890 de Política está indicando, para ver se nesse dia eles podem. E teremos plenária três
2891 dias... **PRESIDENTE:** Exatamente. Aí já fica todo mundo esclarecido. Serão três dias
2892 de reunião. Um dia de capacitação e dois dias de reunião. **IARA, CSJB:** Estou
2893 esclarecida. **PRESIDENTE:** Pois é, gente. Vamos esclarecer. A forma como está sendo
2894 proposta está prevendo três dias de atividades do CEAS. Três dias consecutivos: 22,
2895 23 e 24 de junho. Estou vendo as caras de assustados das pessoas por causa das
2896 agendas. Se essa proposta for inviável, se a gente não tiver participação, a gente teria
2897 que refazer a agenda e pensando na possibilidade, inclusive de fazer capacitação
2898 virtual. Vocês querem discutir novamente? Os Conselheiros têm que se manifestar
2899 agora. **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** A capacitação virtual volta ao que a gente
2900 discutiu no início desse ano. A condição do Conselheiro de ter a tecnologia acessível.
2901 Não dá para a gente fechar isso. **JOÃO, CMAS/CAETÉ:** Há a possibilidade de fazer de
2902 forma híbrida? **PRESIDENTE:** Eu tenho uma questão que preciso colocar. O vale-
2903 refeição para os Conselheiros de Belo Horizonte que estão recebendo. Ele foi previsto
2904 para dois dias de reunião por mês. Quando a gente aumenta um dia de reunião
2905 presencial, a gente compromete a execução do nosso contrato. Porque quando a gente
2906 faz o contrato para pagar o recurso do vale, a empresa está fornecendo dois dias de
2907 reunião. É isso que foi contratado pela SEDESE, conforme aquele calendário anual já
2908 aprovado no final do ano passado. Estou chamando atenção disso porque eu vou ter
2909 que rever, inclusive o saldo de contrato. Roberta está aqui. Se a gente não tiver como
2910 pagar os três dias, a gente só vai conseguir pagar dois dias para o vale. Estou falando
2911 porque isso impacta nas despesas que a gente tem planejadas. **GRAZIELE, CRP:** Isso
2912 já tem que ser revisto porque até mesmo pela questão de termos reuniões
2913 extraordinárias. Já tem que conseguir prever que tenha disponibilidade da condição de
2914 presença dos usuários de acordo com a necessidade. E lembrando também o que a
2915 Kariny colocou, têm Conselheiros que já apontaram a dificuldade de reuniões virtuais.
2916 Eles não conseguem participar. O nosso questionamento e o nosso pedido por ser
2917 presencial é nessa questão, para a gente contemplar todos. Nada sobre nós sem nós.
2918 **SIMONE, CMAS/BH:** Primeiro, a respeito do vale tanto eu quanto a Baião que somos
2919 as únicas de Belo Horizonte, eu acho que isso nem deveria estar em discussão agora,
2920 porque não tem que fazer uma agenda porque tirou lá no meio do ano. E os imprevistos?
2921 No caso, se eu faltei, igual, no mês passado não pude estar presente, eu estava ciente
2922 que esse mês eu ia usar o do mês passado. Mas se tem uma capacitação e tem que
2923 me atender, eu tenho que ter preocupação com ela... **PRESIDENTE:** Simone, eu quero

2924 só esclarecer. **SIMONE, CMAS/BH:** Mariana, só um minutinho, por favor. Deixa eu só
2925 concluir minha fala. E outra coisa, de toda maneira, se acontecer outra capacitação, o
2926 que a gente está pedindo? Que seja dia 22? Para programação dia 22, 23 e 24 eu sei
2927 que estarei aqui. Se eu tenho que vir um dia antes, talvez fique muito complicado de eu
2928 vir em uma semana e na outra semana ter que estar aqui de novo, pensando nas
2929 pessoas que vêm de fora. Eu estou no comodismo de estar em Belo Horizonte, mas eu
2930 acho que quem vem de fora fica muito mais sobrecarregado. **PRESIDENTE:** Só
2931 voltando, é porque estou querendo esclarecer. No mês passado, inclusive, a gente
2932 explicou toda a forma de contratação. O contrato feito para esse ano levando em
2933 consideração um planejamento de reuniões do CEAS. A gente começar a furar, estou
2934 falando furar o planejamento, os imprevistos, não pode ser regra. Esse mês a gente já
2935 tem três dias. No mês de junho a gente tem mais três dias. Corremos o risco de não
2936 conseguir chegar ao final do ano se a gente não se planejar. Eu acho que esse conselho
2937 também falou muito o tempo todo sobre a necessidade de um planejamento, de uma
2938 organização com antecedência. Estou chamando atenção para isso. Entendo as
2939 dificuldades e a necessidade principalmente. Eu já entendi. O encaminhamento é para
2940 capacitação presencial. Eu acho que nem tem necessidade de colocar outra proposta
2941 de encaminhamento, porque foi o pedido de um Conselheiro aqui. Eu estou entendendo
2942 que a plenária já deliberou por fazer apenas na modalidade presencial. Mais alguém,
2943 gente? A gente precisa avançar. Essa data vai ser confirmada com palestrantes e
2944 confirmada para os Conselheiros posteriormente. O próximo ponto de pauta é
2945 exatamente a resolução sobre o vale-refeição que foi proposto no mês passado quando
2946 a gente fez a discussão sobre esse assunto. A Grazielle está perguntando. Estou
2947 entendendo que é consenso de data, não é gente? Data de capacitação. É isso que a
2948 gente está discutindo. **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** Mariana, a senhora falou do
2949 planejamento. Isso que a gente está discutindo agora já é o planejamento. Vocês
2950 colocaram aqui 'capacitação', mas isso que vocês fizeram. Capacitação em maio,
2951 capacitação em junho, julho. Quando você fala da refeição, eu entendo que é uma
2952 questão de organização da SEDESE. Às vezes estou entendendo que vocês estão
2953 colocando a sobrecarga de responsabilidade para o Conselheiro. **PRESIDENTE:** Não é
2954 responsabilidade. Aqui estou falando que a questão é de compartilhar com o CEAS
2955 como as coisas são operacionalizadas, porque a gente tem feito isso o tempo todo.
2956 **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** Sim, mas a senhora afirma que fez um contrato de
2957 dois dias, mas o próprio planejamento de vocês, de hoje... **PRESIDENTE:** O
2958 planejamento do CEAS aprovado em dezembro só contemplava dois dias por mês. Esse
2959 planejamento anual foi aprovado. Esse é um planejamento de atividades. O que eu
2960 estou falando é que o planejamento de reuniões foi aprovado na plenária de dezembro.

2961 Entendeu? E no planejamento de reuniões aquele calendário fixo com os dias das
2962 reuniões. É isso que eu estou trazendo. **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** Sim. Eu
2963 entendi isso. Calendário fixo que a gente aprovou em dezembro. Mas a proposta de
2964 hoje apresentada na reunião passada, está no caderninho, já veio com as capacitações.
2965 E nesse meio tempo de conseguir os tíquetes de alimentação já estava aqui. Você está
2966 entendendo? **PRESIDENTE:** Sim. É porque o que a gente está falando é da modalidade.
2967 Entendeu? **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** Mas a modalidade já foi definida aqui
2968 que vai ser presencial. Quando fala de dois dias, não acho muito justo. Não acho justa
2969 essa fala. Eu acho ela desproporcional para aquilo que a gente já vem discutindo desde
2970 janeiro. **PRESIDENTE:** É porque as discussões aconteceram em momentos separados.
2971 É isso. **ARLETE, GRAAL:** A gente está enfrentando um imbróglio, porque as demandas
2972 vão surgindo e temos que atuar para ver, enfim, encontrar uma solução. Para encontrar
2973 uma solução a gente precisa de repensar a nossa agenda. A agenda já está aprovada,
2974 mas as demandas aparecem depois. Dentro disso tem uma questão que é séria, é
2975 alimentação. A gente precisa pensar muito bem sobre isso porque nós não temos o
2976 tempo. O tempo já está determinado, uma agenda que foi aprovada anteriormente. Só
2977 que tem uma demanda que está precisando de mais tempo. A gente está dando voltas.
2978 Existe um problema e nós temos que encontrar a solução. A minha pergunta é: esse
2979 cartão alimentação é fechadinho dois dias por mês ou ele é fechado xis alimentações e,
2980 na hora que terminar esse número ele fecha? Como que é isso? **PRESIDENTE:** O
2981 contrato, a gente fez um contrato. Esse contrato tem um valor. O valor planejado foi de
2982 dois dias por mês. O que eu acho que a gente vai ter que fazer para trazer aqui na
2983 próxima reunião para todo mundo ficar bem esclarecido, inclusive da total transparência
2984 para isso? Os valores executados mês a mês. É isso que estou falando. A gente já tem
2985 um valor. Não é refeição, são valores. A gente já tem um valor contratado. No próximo
2986 mês a gente traz. Inclusive eu acho que a gente pode pactuar aqui. Todo mês a gente
2987 traz o valor demonstrando o quanto foi executado e aí a gente vai acompanhar a
2988 execução. Inclusive acho que tudo a ver com o que falamos hoje que é acompanhar a
2989 execução financeira. Isso é acompanhar a execução financeira. **GRAZIELE, CRP:** Só
2990 reforçar a fala da Kariny. **ARLETE, GRAAL:** Graziele, só um instantinho. É o seguinte.
2991 É xis em valor. Tem um valor que pode ser gasto até a gente esgotar a nossa agenda.
2992 Até o final do ano, ou seja, no ano que vem a gente vai ter esse imbróglio de novo ou
2993 está garantido... **PRESIDENTE:** Dona Arlete, é isso que estou falando. **ARLETE,**
2994 **GRAAL:** Eu não quero sofrer por antecipação. **PRESIDENTE:** Está garantido. O que eu
2995 estou falando aqui que tem tudo a ver com o que a gente falou, do CEAS acompanhar
2996 a execução financeira, de dar transparência. Ok? **ARLETE, GRAAL:** Ok. Vamos lá.
2997 **PRESIDENTE:** Eu acho que estamos delongando com uma questão que não tem

2998 necessidade agora. **GRAZIELE, CRP:** Mas eu quero só fazer um apontamento pelo que
2999 a Kariny também colocou. Houve um equívoco do CEAS. Se o CEAS não pensou na
3000 possibilidade da gente ter outros encontros, inclusive capacitação e não se ateve a
3001 própria necessidade de planejamento, então teve um equívoco do CEAS. Do CEAS não,
3002 da SEDESE, desculpa. O CEAS e os Conselheiros não podem ser responsabilizados
3003 por isso. A SEDESE resolva o seu imbróglio, a sua questão, porque ela apresenta uma
3004 condição para o trabalhador diferente do que ela apresenta na necessidade de
3005 planejamento. Acho que essa é a questão. **PRESIDENTE:** No próximo mês a gente traz
3006 aqui o detalhamento da execução e eu acho que vai ficar claro para todo mundo.
3007 Podemos avançar porque senão, a gente não consegue falar sobre a resolução. Eu
3008 estou bem preocupada com o horário. A gente precisa vencer exatamente esse ponto
3009 de pauta que a proposta de resolução. **KARINY, BEM ESTAR DO MENOR:** Já que
3010 vamos introduzir a questão da resolução, a gente pode colocar esse adendo.
3011 **PRESIDENTE:** Rosa, você faz a leitura do texto, por favor. **ROSA - CEAS:** “Resolução
3012 CEAS nº 18 de maio de 2022. Aprova a garantia de fornecimento de vale-refeição aos
3013 Conselheiros da sociedade civil, membros do Conselho de Assistência Social de Minas
3014 Gerais, residentes em Belo Horizonte quando estiverem no exercício de suas
3015 atribuições. Considerando a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; Lei
3016 Orgânica da Assistência Social.” Mariana, quem pedir destaque, que falasse o destaque
3017 e o nome, porque eu vou marcando aqui e estou de costas. Está bom, gente? **LUCAS,**
3018 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Destaque, Lucas. **ROSA - CEAS:** Na
3019 ementa ou no considerando, Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
3020 **SSVF:** Na ementa. **PHILIFE:** Destaque, Philife. **ROSA - CEAS:** Em qual, Philife?
3021 **PHILIFE:** Na ementa. **ROSA - CEAS:** Mais alguém? Posso continuar, Dona Arlete?
3022 “Considerando a Lei Estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a
3023 Política Estadual de Assistência Social, cria o Conselho Estadual de Assistência Social
3024 – CEAS, e dá outras providências. Considerando a Lei Estadual nº 12.227, de 2 de julho
3025 de 1996, que cria o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, e dá outras
3026 providências. Considerando a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que
3027 aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social –
3028 NOBSUAS, e traz no artigo 123 que cabe aos órgãos gestores da Política de Assistência
3029 Social, em cada esfera de governo fornecer apoio técnico e financeiro aos conselhos e
3030 às conferências de assistência social e a participação social dos usuários do SUAS no
3031 parágrafo primeiro, usar primeiro os órgãos gestores da assistência social, devem: 1)
3032 Promover aos conselhos infraestrutura e recursos materiais humanos e financeiros,
3033 arcar com as despesas inerentes ao seu funcionamento, bem como, arcar com
3034 despesas de passagem, traslados, alimentação e hospedagem dos Conselheiros

3035 governamentais e não governamentais, de forma (trecho incompreensível) [0:49:23] no
3036 exercício de suas atribuições tanto nas atividades realizadas no seu âmbito de atuação
3037 geográfica ou fora dele. Considerando a necessidade de custeio e alimentação para os
3038 Conselheiros do CEAS que residem em Belo Horizonte e não recebem diárias, tendo
3039 em vista as vedações constantes no Decreto Estadual nº 47.045, de 2016, relativos ao
3040 pagamento de diárias para agente colaborador que exerça atividades no mesmo
3041 município em que reside. Considerando a Resolução Conjunta COFIN SEPLAG nº 01,
3042 de 24 de fevereiro de 2022, que estabelece normas para implementação da revisão dos
3043 valores da ajuda de custo para despesas com alimentação previstas no artigo 189, da
3044 Lei Estadual nº 22.257, de 27 de julho de 2016, e regulamentada pelo Decreto Estadual
3045 nº 48.113, de 30 de dezembro de 2020. Considerando a deliberação da 271ª Plenária
3046 Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social, ocorrida no dia 18 de fevereiro
3047 de 2022, sobre a necessidade de se custear as despesas com alimentação para todos
3048 os Conselheiros que não fazem jus à diária outra ajuda financeira para execução de
3049 suas atividades no CEAS. Considerando o empenho da SEDESE de encontrar solução
3050 para garantir o vale-refeição dos Conselheiros no exercício das suas funções no CEAS-
3051 MG. Resolve.” Algum destaque nos considerandos? **SUZANNE, SEDESE:** Destaque no
3052 penúltimo considerando. **ROSA - CEAS:** Mais alguém? Posso continuar? “Resolve. Art.
3053 1º. Aprovar a garantia do fornecimento do vale-refeição aos Conselheiros da sociedade
3054 civil do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, residentes em Belo
3055 Horizonte, quando estiverem no exercício de suas atribuições como reconhecimento da
3056 relevante função desenvolvida pelos membros da sociedade civil para o constante
3057 aperfeiçoamento da Política de Assistência Social”. **PRESIDENTE:** Destaque, Lucas.
3058 **ROSA - CEAS:** “Parágrafo 1º. Terão direito ao vale-refeição as Conselheiras e os
3059 Conselheiros da sociedade civil do CEAS-MG, que residem em Belo Horizonte, que
3060 participem das reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias do CEAS, convocadas
3061 por meio da presidência.” **PRESIDENTE:** Destaque, Lucas, Isac e Ludson. **ROSA -**
3062 **CEAS:** “Parágrafo 2º. Não terão direito ao vale-refeição servidores públicos que
3063 possuem vínculo funcional e/ou recebam custeio para alimentação em pecúnia ou vale-
3064 alimentação.” **PRESIDENTE:** Destaque, Ludson e Lucas. **ROSA - CEAS:** “Art. 2º. O
3065 valor definido para o vale-refeição deve levar em consideração o valor de mercado de
3066 custo de uma refeição suficiente e de qualidade nas proximidades do local das
3067 reuniões.” **PRESIDENTE:** Destaque, Ludson, Grazielle, Lucas e Iara. Temos destaque
3068 na resolução inteira e o Lucas está inscrito. E Kariny. **ROSA - CEAS:** “Art. 3º. Esta
3069 resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 18 de maio de
3070 2022.” **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Antes de a gente
3071 passar para o destaque, eu gostaria de solicitar vista da resolução para construir um

3072 texto e sugerir. **PRESIDENTE:** Considerando o pedido do Lucas, se a plenária
3073 concordar, esse assunto volta na sexta-feira com a sua proposta. Você apresenta a sua
3074 proposta na sexta-feira? Porque hoje é extraordinária. A nossa ordinária é sexta-feira.
3075 Minha pergunta é... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Pode ser
3076 na sexta-feira. **LUDSON, CRESS:** Pode ficar pactuado que volta na sexta-feira, mas a
3077 gente pode apresentar o nosso posicionamento agora. **PRESIDENTE:** Ludson, gente,
3078 vejamos bem, questão de ordem aqui. Pediu vista. A gente aprova o pedido de vista. Ele
3079 quer fazer uma nova proposta de resolução. Ele vai vir com essa nova proposta na
3080 sexta-feira. Quando o assunto voltar, a plenária vai debater. Não vejo necessidade de
3081 debater agora e debater sexta-feira de novo, considerando que faltam 10 minutos para
3082 a reunião acabar. Gente, a gente vai colocar o pedido de vista... Vamos votar o pedido
3083 de vista ainda. Eu estou esclarecendo. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO**
3084 **- SSVP:** Na verdade, não é nem em que pese o esforço de Mariana e nem essa
3085 justificativa, mas uma vez submetido ao pedido de vista, ele deve ser votado. A matéria
3086 sai de pauta e não se discute. É só questão do rito mesmo. Não há o que falar.
3087 **PRESIDENTE:** Plenária, preciso colocar em votação o pedido de vista do Conselheiro
3088 Lucas sobre a proposta de resolução de garantia do vale-refeição. Dona Arlete está
3089 frisando o artigo 11 do Regimento Interno. De acordo com o Regimento Interno, o artigo
3090 11, o Conselheiro Lucas pede vista. A plenária se manifesta. Eu pergunto, Conselheiros
3091 aprovam o pedido de vista do Conselheiro Lucas? Aprovado por unanimidade o pedido
3092 de vista do Conselheiro Lucas. O assunto sai de pauta e retoma na próxima plenária.
3093 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu preciso saber o prazo
3094 porque eu já tive problema com pedido de vista. Vamos falar o prazo. **PRESIDENTE:**
3095 Vamos combinar o prazo. Pelo Regimento Interno é na próxima plenária. A próxima
3096 plenária é sexta-feira, só que hoje nós somos uma plenária extraordinária. Minha
3097 pergunta para essa plenária, o assunto volta na pauta de sexta-feira? Porque a
3098 Secretaria Executiva precisa refazer a proposta de pauta de sexta-feira, considerando
3099 o que está sendo deliberado hoje. Vou perguntar de novo, porque o Lucas está aqui
3100 ansioso. Esse assunto volta para a plenária de sexta-feira, dia 20 de maio? **IARA,**
3101 **CSJB:** Eu só tenho uma questão, Presidenta. Eu estou meio confusa, porque eu venho
3102 de um histórico de conselho municipal. Mas, segundo o regimento também, um dia eu
3103 vou decorar ele todo, ele volta como primeiro ponto de pauta na sexta-feira, não é isso?
3104 **PRESIDENTE:** Isso. Eu estou chamando atenção porque a Secretaria Executiva já tem
3105 uma proposta de pauta. A gente vai ter que alterar essa proposta de pauta, viu
3106 Secretaria Executiva, amanhã, na Mesa Diretora, a gente tem que aprovar nossa
3107 proposta de pauta para voltar na sexta-feira. **IARA, CSJB:** O Lucas está me
3108 esclarecendo, veja se é isso mesmo. Não é necessariamente o primeiro ponto de pauta.

3109 Ele volta como pauta. É porque eu fico preocupada, Lucas, de acontecer o que está
 3110 acontecendo agora na extraordinária e a gente não fazer a discussão desse ponto. Ele
 3111 é um ponto extremamente importante, haja vista que já temos posse do cartão de
 3112 alimentação. Eu fico com receio de ele ficar muito lá atrás nas pautas e a gente ainda
 3113 não conseguir discutir na sexta-feira. **PRESIDENTE:** Eu acho que já tem consenso. Isso,
 3114 a Mesa Diretora está aqui. A gente pode organizar isso amanhã de manhã. A gente
 3115 coloca isso no início. **GRAZIELE, CRP:** Lucas, vários Conselheiros aqui da sociedade
 3116 civil pediram destaque, a gente pode contribuir com você. **PRESIDENTE:** Muito
 3117 obrigada. Boa tarde a todos e até amanhã.
 3118

NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
Arlete Alves de Almeida	O Movimento do Graal no Brasil	
Carla Valéria Soares Vita	Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais – FASEMIG	
Cinara Lucena Rocha dos Santos Pio	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira – ADRA	
Camila Lorena Sálvio Tanúrio	SEAPA	
Daniel Martins de Mello	CMAS/Barbacena	
Elder Carlos Gabrich Júnior	SEDESE	
Gabriela de Almeida Loiola	CMAS/Salinas	
Graziele Vieira Cachapuz Machado	CRP	
Iara da Costa Nogueira Reis	Congregação São João Batista – CSJB	
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS	
Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi	CMAS/Cordisburgo	

Joao Vitor Da Silva Jorge	CMAS/Caeté	
Kariny de Amorim Silva	Bem Estar do Menor	
Leandro Luis da Cruz Sena	Instituto de Desenvolvimento Sociopolício Brasileiro – ID	
Lígia Camargos da Silva	SES	
Lucas Estevão Ribeiro da Silva	Conselho Central de Curvelo S.Vic de Paula	
Ludson Rocha Martins	CRESS	
Magna Cupertino Carvalho	COGEMAS	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais	
Mariana de Resende Franco	SEDESE	
Marilene Faustino Pereira	FETAEMG	
Simone Maria da Penha de Oliveira	CMAS/Belo Horizonte	
Carla Valéria Soares Vita	Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais - FASEMIG	
Cinara Lucena Rocha dos Santos Pio	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira - ADRA	

Claudia Cristina Da Silva	CMAS/Uberaba	
Crislaine Cristina Nascimento Flauzino	CMAS/Conselheiro Lafaiete	
Daniel Martins de Mello Neto	CMAS/Barbacena	
Iara da Costa Nogueira Reis	Congregação São João Batista - CSJB	
Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi	CMAS/Cordisburgo	
Leandro Luis da Cruz Sena	Instituto de Desenvolvimento Sociopolítico Brasileiro - ID	
Lígia Camargos da Silva	SES	
Magna Cupertino Carvalho	COGEMAS	
Philippe Nunes Vieira e Silva	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS - FETSUAS	
Rodrigo dos Santos França	Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM	
Suzanne Cristina Horta Silva	SEDESE	

3119

3120

3121